

Veículo: Varela Notícias	
Data: 23/02/2021	



Pedido de vista da oposição suspende análise de empréstimo do governo da Bahia

Com o gesto da oposição, conforme prevê o regimento da ALBA, o texto só poderá ter a apreciação retomada após 48 horas do pleito.



Chayenne Guerreiro

redacao@varelanoticias.com

Os deputados da bancada de oposição da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), conseguiram suspender a sessão que acontecia na tarde desta terça-feira (23) e discutia o pedido do Governo da Bahia para contratar empréstimo no valor de R\$ 500 milhões para a Embasa.

Em mensagem ao legislativo, o governo justifica o empréstimo junto ao Banco do Brasil pela necessidade de investimentos em saneamento básico no estado. “[...] Aplicação em Atividades Operacionais e de Investimentos em Saneamento Básico no Estado da Bahia, em consonância com a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, Novo Marco Legal do Saneamento Básico”.

Com o gesto da oposição, conforme prevê o regimento da ALBA, o texto só poderá ter a apreciação retomada após 48 horas do pleito.

Tribuna

Raio Laser

Comemoração

Através de suas redes sociais, o governador Rui Costa (PT) comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que na tarde de ontem autorizou estados e municípios a comprar vacinas contra a Covid-19. "O STF mostrou compromisso com a

**Rui Costa**

vida, formou maioria e autorizou que Estados e Municípios possam comprar vacinas contra a #Covid19. Já comecei a me movimentar para viabilizar a compra de vacinas para a Bahia. Estou trabalhando para poder, brevemente, dar boas notícias aos baianos", escreveu Rui no Twitter. O governador trabalha desde cedo com o secretário Fábio Vilas-Boas, da Saúde, pela compra da vacina russa Sputnik, com que pretende dar um up na sua projeção política.

Empréstimo

A bancada de oposição ao governador Rui Costa (PT) na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) pediu vistas do pedido de empréstimo de R\$ 500 milhões da Embasa com o Banco do Brasil. Com isso, a matéria deve ficar para a próxima sessão. A votação de ontem teria sido tranquila, se não fosse um discurso do deputado Marquinho Viana (PSB), que pediu "sensibilidade" ao bloco oposicionista. "Esse empréstimo vai viabilizar muitas obras na Bahia", argumentou.

**Marquinho Viana**

Assuntos Econômicos

O senador Otto Alencar (PSD) foi eleito, ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2021/2022. A CAE, um dos mais importantes colegiados do Senado Federal, tem 27 titulares e 27 suplentes em sua composição e é responsável por deliberar os projetos de lei que tratam de assuntos relacionados à economia.

Sefaz do Ceará vai receber pagamento de tributos via Pix a partir de julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ceará deve receber a partir de julho o pagamento de tributos pelo Pix, novo sistema de transferência bancária lançado em novembro de 2020 pelo Banco Central, segundo informou o **Governo do Estado** nesta segunda-feira (22). A iniciativa está em processo de licitação pela Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz).

O projeto terá início com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), mediante implementação de QR Code nos boletos referentes ao tributo gerados pelo site e pelos aplicativos Ceará App e Meu IPVA.

De acordo com o secretário executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais da Sefaz, Fabrício Gomes, a pasta tem buscado, cada vez mais, uma gestão inovadora, trazendo melhorias nos processos e ferramentas que possibilitem qualidade no ambiente de

negócios no estado.

'Nesse sentido, a Sefaz também larga na frente da maioria dos estados com o projeto piloto, que deve estar saindo em breve, no qual será possível a **arrecadação** dos tributos estaduais via Pix', afirma.

A iniciativa deve proporcionar diversos benefícios para o Ceará e para o contribuinte, como a redução do custo de transação bancária, praticidade e celeridade no pagamento, além de facilitar a contabilização das receitas públicas.

'Teremos agilidade no processo de **arrecadação**, pois o dinheiro entra mais rápido nos cofres públicos. Para o contribuinte, há outra vantagem: a baixa mais rápida das obrigações tributárias. Por exemplo, o motorista de caminhão que chega ao posto fiscal em um dia de domingo precisa esperar o expediente bancário para ser liberado de alguma obrigação. Com o Pix, tudo será feito em minutos', exemplificou.

Pagamento do IPVA via Pix

O pagamento do IPVA 2021 via Pix ainda não está disponível. A Sefaz lembra que a segunda parcela do imposto vence no dia 10 de março. Os proprietários de veículos emplacados no Ceará devem emitir o boleto de pagamento pelos aplicativos Ceará App e Meu IPVA ou no site da Sefaz.

O Documento de **Arrecadação** do Estado (DAE) será gerado mediante a informação do chassi do veículo, ou do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) e da placa. A rede autorizada a receber o imposto inclui os bancos Caixa Econômica, Bradesco, Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Santander, Itaú, e casas lotéricas. Há também a opção de pagar o IPVA com cartões de crédito vinculados ao Banco do Brasil ou Bradesco.

A Sefaz reforça que, após o pagamento da segunda parcela, vão restar três cotas, que deverão ser pagas nos dias 12 de abril, 10 de maio e 10 de junho.

Pagamento de contas de energia via Pix

A Enel Brasil, empresa que fornece energia para o Ceará, recebeu a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que a empresa adapte os seus sistemas para oferecer o Pix como uma nova opção de pagamento das faturas de energia elétrica. A empresa reforça que já está iniciando essa adequação de seus sistemas para em breve oferecer a opção para os clientes de todas as suas distribuidoras no país.

Assista às notícias do Ceará no G1 em 1 Minuto:

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

RODRIGO AGUIAR

O governador Rui Costa afirmou ontem que já busca comprar vacinas da contra a Covid-19 para a Bahia, após o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referendar decisão liminar anterior do ministro Ricardo Lewandowski. Há reunião virtual marcada essa semana com a Pfizer, cujo registro definitivo foi aprovado ontem pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Além disso, o governador tenta agendar uma conversa com os fabricantes da vacina russa Sputnik V.

"A decisão do STF abre espaço para que a gente corra atrás da vacina. Desde o final de semana passado estava buscando articulação para retomar [as negociações]. Ninguém ia ficar com vacina estocada esperando o Brasil. Em dezembro, anunciei que tinha um pré-contrato com a vacina russa. Ofereci ao governo federal, disse que abria mão e eles poderiam comprar", disse o chefe do Executivo estadual, em transmissão nas redes sociais.

O Supremo autorizou a compra e distribuição de vacinas contra a Covid-19 por estados e municípios sem o aval da Anvisa. Conforme a decisão, os entes federativos podem negociar imunizantes aprovados por órgãos reguladores da Europa, Estados Unidos, Japão ou China, caso a Anvisa não autorize o uso em até 72 horas após os pedidos dos laboratórios.

No início de fevereiro, o governador já havia declarado que, "se o governo federal não comprar a vacina, o estado da Bahia vai comprar para vacinar o seu povo". Em negociações para adquirir a vacina russa Sputnik V, o Estado também havia acionado o STF em busca da autorização para a compra de imunizantes sem a necessidade de autorização da Anvisa.

O registro definitivo da vacina da Pfizer/BioNTech foi comemorado pelo governador e pelo prefeito de Salvador, Bruno Reis.

"Finalmente a Anvisa concede registro definitivo para a vacina da Pfizer. Como eu tenho dito, o órgão não pode dificultar o acesso a novas vacinas diante da maior pandemia dos últimos 100 anos. É inaceitável continuar perdendo vidas humanas para a burocracia. Agora, precisamos que outras vacinas, a exemplo da Sputnik V, também sejam autorizadas para garantir a

COVID-19 Governador anuncia reunião com a Pfizer após Supremo Tribunal Federal formar maioria para liberar estados e municípios para compra direta

Rui Costa negocia vacina após autorização do STF

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 19.1.2021



Estados e municípios podem importar e distribuir as vacinas caso a Anvisa não dê aval em até 72 horas

imunização em massa. A situação é dramática. Só a vacina vai garantir nossa vitória contra o coronavírus", declarou Rui.

"Agora precisamos que outras vacinas, a exemplo da Sputnik V, também sejam autorizadas para garantir a imunização em massa. A situação é dramática. Só a vacina vai garantir nossa vitória contra o coronavírus", acrescentou o governador.

"Fico esperançoso em saber que a Anvisa concedeu o registro definitivo à vacina da Pfizer e, a partir daí, o imunizante poderá ser aplicado no Brasil. Que essa seja

Em negociações para adquirir a vacina russa Sputnik V, o Estado também havia acionado o STF

mais uma alternativa de vacinação em nosso país o mais rápido possível", disse o prefeito Bruno Reis.

Embora a vacina da Pfizer seja a primeira a conseguir o registro definitivo no Brasil, ainda não há nenhum contrato assinado com o governo federal para a compra do imunizante.

Próximos lotes

O governo do Estado e prefeitura de Salvador aguardam, nos próximos dias, a chegada de novos carregamentos da Coronavac e da vacina de Oxford/AstraZeneca para ampliar a imunização contra a Covid-19.

Em Salvador, a aplicação da primeira dose foi suspensa no último dia 16 de fevereiro, por insuficiência no estoque. Desde então, apenas tem sido aplicada a segunda dose em quem anteriormente havia recebido a primeira. No estado, 93% das doses relativas à primeira aplicação já foram utilizadas.

Ontem, chegaram ao Brasil 2 milhões de doses da

vacina de Oxford, importadas da Índia. Além disso, o Instituto Butantan entregou 1,2 milhão de doses da Coronavac para o Ministério da Saúde, responsável por distribuir as vacinas pelo país.

Procurado, o ministério informou que "o cronograma de envio das vacinas está sendo organizado e será divulgado após o recebimento das doses". No entanto, a expectativa é de que já hoje as doses da vacina de Oxford estejam prontas, segundo a Fiocruz, responsável pela conferência de temperatura e integridade do material importado. Em transmissão nas redes sociais, a subsecretária de Saúde da Bahia, Tereza Paim, reforçou que um novo lote deve chegar hoje ao estado, mas reforçou que horário e quantidade de vacinas não foram informados pelo ministério.

O lote de 1,2 milhão de doses da Coronavac faz parte de um total de 3,9 milhões que devem ser entregues até domingo (28) ao Programa Nacional de Imuniza-

ções, informou o Butantan. Além disso, segundo o instituto, na próxima semana devem chegar ao Brasil mais 8,2 mil litros de insutano para produção da Coronavac. O material é suficiente para gerar 14 milhões de doses do imunizante.

Leitos

O governo da Bahia publicou ontem no Diário Oficial do Estado edital para contratação de novo grupo para gerir o Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, que será reativado em função do aumento de casos da Covid-19.

De acordo com o governador, a expectativa é de que o equipamento, que conta com 80 leitos, dos quais 50 de UTI, seja reaberto a partir desta sexta-feira (26).

Rui informou que o limite máximo é de 100 leitos na Arena Fonte Nova. "Tem empresários me ligando para oferecer espaço, tenho explicado que o problema é a equipe de profissionais para colocar para funcionar os leitos", detalhou.

Aula remota na rede estadual iniciará no dia 15 de março

A rede estadual de ensino iniciará no dia 15 de março de forma totalmente remota o ano letivo 2020/2021, anunciaram ontem o governador Rui Costa e o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, em transmissão nas redes sociais. Não há previsão para o retorno das aulas presenciais. "Isso vai acontecer quando tivermos a contaminação sob controle, e a segurança de que não está crescendo número de mortes ou pessoas procurando os hospitais. Não vamos fixar a data do ensino híbrido", afirmou o governador.

Na segunda fase do planejamento, os estudantes se revezarão, com três dias em sala de aula e outros três dias com atividades em casa. Já na terceira fase, quando retornarem unicamente as aulas presenciais, serão seis dias de atividades nas escolas, como forma de compensar as horas do ano passado.

O planejamento estabelece a realização dos dois anos letivos, de 2020 e 2021, até o dia 29 de dezembro, com 1.500 horas aula.

Rui explicou que haverá uma alternativa para os estudantes sem acesso à banda larga em suas residências. Os alunos poderão se deslocar até as escolas, onde poderão baixar o conteúdo no celular, e depois retornarão para casa. Além disso, serão utilizados livros didáticos, salas virtuais do Google, cadernos de apoio à aprendizagem, exercícios de reforço via WhatsApp e um novo canal da TVE, o Educa Bahia, que estreia no dia 1º de março.

"Adotamos uma estratégia que irá atender a todos os alunos da rede estadual. Desde o início da pandemia, eu afirmo que não iria aceitar uma solução que alcançasse um número pequeno de alunos. Temos muitos estudantes que moram na zona rural e que não têm sequer sinal de celular. Por isso, estamos implementando esse início remoto das aulas", afirmou Rui.

Matrícula

Para os estudantes que já fazem parte da rede estadual, a matrícula será automática, sem a necessidade de ir às unidades de ensino. Para quem vai ingressar na rede estadual, um calendário específico será divulgado.

COVID-19

Praias de Salvador com os acessos bloqueados

LUANA LISBOA

Sem banhistas, comerciantes ou barracas, as praias de Salvador terão, hoje, tapumes bloqueando os locais de acesso. O principal lazer dos soteropolitanos está fechado até o dia 2 de março. A ação dá continuidade ao decreto municipal de fechar também campos e quadras públicas devido ao avanço de casos da Covid-19. Esses últimos estão sendo fiscalizados desde ontem pela Guarda Civil Municipal de Salvador (GCMS).

De acordo com o diretor da GCMS, Maurício Lima, as instalações das intervenções físicas iniciaram ontem nas praias da Barra, Ondina, Rio Vermelho e Amaralina. Hoje terá início a Operação Maré de Março, da Guarda Civil, em conjunto com a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), Salvamento Marítimo (Salvamar) e a Polícia Militar, para impedir o comércio

informal e a presença de pessoas nas faixas de areia. A operação envolverá 80 agentes, 20 viaturas, sete motocicletas e dois quadriciclos para fiscalizar o trecho de quase 60km entre São Tomé de Paripe e a Praia do Flamengo.

Todos os dias, a GCM fará rondas regulares, como foi feito em 2020. Aos finais de semana, será intensificada a presença física dos guardas da SEMOP e do Salvamar. Entretanto, ainda serão permitidas atividades pesqueiras e náuticas, com o uso de pranchas de stand up, surf e canoas. "Para essas pessoas, o uso da praia será apenas para o embarque, direto para o mar, e a saída ocorrerá imediatamente", falou o diretor.

Caso as medidas não sejam cumpridas, o banhista será orientado pelos agentes municipais e até retirado do local. Desde que as operações começaram, há quase um ano, apenas 18 pessoas foram

Uendel Galter / Ag. A TARDE



Praia do Porto da Barra estava lotada no dia de ontem

conduzidas por exaltação e desacato aos agentes.

Além das praias, a Guarda Civil e a PM iniciaram ontem a interdição das quadras e campos para atividades esportivas. Foram retiradas as traves que eram removíveis e, no meio dos campos, foram colocados tapumes.

Academias fiscalizadas

Ontem, a Vigilância Sanitária (Visa), vinculada à Secretaria

Municipal de Saúde, iniciou operação para fiscalizar as academias da cidade. Foram vistoriadas 108 academias nos Distritos Sanitários da Boca do Rio, Itapuã, Barra/Rio Vermelho e Liberdade.

Segundo o diretor da Visa, Raoni Rodrigues, nenhum dos locais precisou ser interditado, mas 84 deles foram notificados para cumprirem as determinações sanitárias contra o Covid-19.

ANÍSIO TEIXEIRA

Instituto realiza formação de educadores públicos

CASSIO SANTANA

O Instituto Anísio Teixeira (IAT) tem empreendido esforços em realizar formações contínuas com educadores e gestores das redes estaduais e municipais de ensino, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a prática pedagógica dos profissionais da educação.

A chamada Formação Contínua consiste, de acordo com a diretora geral do IAT, Cybele Amado, em um "processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores".

As ações de formação contínua são voltadas para coordenadores pedagógicos, gestores escolares e equipes técnicas pedagógicas que atuam nos períodos finais do Ensino Fundamental II e na totalidade do Ensino Médio. A Formação alcança os 417 municípios, dos 27 Territórios

de Identidade da Bahia.

"A Bahia, no processo de formação continuada, ela inova. Foi o único estado, nesse momento de pandemia, que criou um ambiente virtual de formação continuada, unindo os educadores da rede estadual", avaliou Cybele.

Com a pandemia, as formações, que seriam de forma presencial, foram redesenhadas para o ambiente on-line, através de uma plataforma desenvolvida especialmente para as atividades.

Segundo o IAT, 400 municípios já aderiram à plataforma. Eles podem acompanhar os encontros e conteúdos formativos nas salas virtuais da plataforma. Em 2020, foram mais de 9 mil educadores inscritos, 14 seminários realizados em formato de lives, cobrindo os 27 Territórios, com mais de 42 horas de transmissão.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

MUDANÇA Decreto assinado pelo presidente e publicado no Diário Oficial da União obriga postos a informar dados e entrará em vigor em 30 dias

Mostrar composição do preço do combustível será regra

AGÊNCIA BRASIL

O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que obriga os postos revendedores a informar aos consumidores os preços reais e promocionais dos combustíveis. A medida foi publicada ontem no Diário Oficial da União e entra em vigor em 30 dias.

“Os consumidores têm o direito de receber informações corretas, claras, precisas, ostensivas e legíveis sobre os preços dos combustíveis automotivos no território nacional”, diz o decreto.

As informações sobre as estimativas de tributos devem estar em painel afixado em local visível e deverá conter o valor médio regional no produtor ou no importador; o preço de referência para o ICMS, que é um imposto estadual que incide sobre mercadorias e serviços, inclusive combustíveis; o valor do ICMS; o valor das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins, que são impostos federais incidentes sobre os combustíveis; e o valor da Cide, outra contribuição federal sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural, derivados e álcool etílico combustível.

Atualmente, a Cide está zerada para o óleo diesel. No caso do PIS/Pasep-Cofins, o governo federal anunciou que também pretende cortar temporariamente esses impostos so-



Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

Estimativas de tributos devem estar em painel afixado em local visível no posto

bre o gás de cozinha e o óleo diesel. Na última semana, o preço dos combustíveis nas refinarias teve novo reajuste. Desde janeiro, a Petrobras já reajustou três vezes o preço do diesel e quatro vezes o da gasolina.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência explicou que a medida dará ao consumidor a “noção sobre o real motivo na variação de preços” dos combustíveis. “Como a oscilação está atrelada aos preços das commodities [produtos primários]

no mercado internacional, e suas cotações variam diariamente, o consumidor muitas vezes não compreende o motivo da variação no preço final”, diz a nota.

Aplicativos

O decreto assinado por Bolsonaro também obriga os postos a informarem os descontos vinculados ao uso de aplicativos de fidelização. Nesse caso, deverá ser divulgado o preço real, de forma destacada; o preço promocional, vinculado ao uso do

aplicativo; e o valor do desconto, que poderá ser pelo valor real ou percentual.

No caso de aplicativos que fazem a devolução de dinheiro ao consumidor, o valor e a forma da devolução deverão ser informados de forma correta, clara, precisa, ostensiva e legível aos consumidores.

A edição do decreto foi proposta ao presidente pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e de Minas e Energia e a Advocacia-Geral da União.

BENEFÍCIOS

Suspensão de prova de vida no INSS vai até abril

AGÊNCIA BRASIL

A obrigatoriedade da prova de vida anual para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seguirá suspensa até o fim de abril, disse ontem o presidente do instituto, Leonardo Rolim. “A partir de maio, volta a ser obrigatório”, afirmou Rolim, que participou segunda de uma transmissão pelo canal da Secretaria da Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, no YouTube.

A prova de vida anual, obrigatória para que aposentados e pensionistas do INSS não tenham seus benefícios bloqueados, está suspensa desde março do ano passado, em razão da pandemia de Covid-19. A suspensão vem sendo pror-

rogada desde então.

Antes do anúncio de ontem, um decreto publicado em 20 de janeiro havia prorrogado a suspensão da obrigatoriedade até fevereiro. Segundo Rolim, 5,3 milhões de beneficiários deixaram de fazer a prova de vida no ano passado, sem que tivessem seus benefícios bloqueados.

Prova de vida digital

Na transmissão, foi anunciada a ampliação de um projeto-piloto que permite a 5,3 milhões de beneficiários realizarem o procedimento por meio digital. O serviço está disponível no aplicativo MeuGov.br.

Apesar da suspensão, o INSS incentiva que os beneficiários regularizem a situação o quanto antes.

COMANDO

Bolsonaro diz que troca na Petrobras é natural

AGÊNCIA BRASIL

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a troca de comando na Petrobras e disse que houve acusações infundadas de interferência na companhia. Em evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro também comemorou a recuperação das ações da estatal na Bolsa de Valores brasileira.

“Eu queria cumprimentar a todos aqueles que não se deixaram levar pelas falácias da mídia. Cumprimentar que a Petrobras já recuperou 10% no dia de hoje [ontem]. As acusações, como sempre infundadas, duraram poucas horas. É natural, quando se tem um contrato ou se tem um prazo para acabar um mandato, ela seja recondu-

zido ou outro seja colocado em seu lugar. Saiu um bom gestor e está entrando um outro excelente gestor, no caso Silva e Luna”, afirmou.

As ações preferenciais da Petrobras, que dão prioridade na distribuição de dividendos, caíram cerca de 21% na Bolsa na segunda-feira, com a repercussão do anúncio de substituição do presidente da empresa. Já na tarde de ontem, as ações se recuperaram, chegando a registrar alta de 9,5% nos papéis preferenciais. Na última sexta-feira (19), o presidente anunciou a indicação do general Joaquim Silva e Luna para assumir a presidência da Petrobras, no lugar de Roberto Castello Branco, que está no cargo desde o início do governo.



Plano de ação para avanço dos pequenos negócios na Bahia

Divulgação



Carlos Gantois, coordenador, e Rosemma Maluf, vice-coordenadora, ambos do Núcleo das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Responsáveis por mais de 60% dos empregos gerados e que representam quase 99% das empresas estabelecidas na Bahia, os pequenos negócios têm uma atenção especial da Associação Comercial da Bahia (ACB), com a atuação do seu Núcleo das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Sob a coordenação de Carlos Gantois e com a ativa participação da vice coordenadora Rosemma Maluf, o Núcleo se reuniu para consolidar o Plano de Ação para 2021. Os eixos de atuação são três: regime do Simples Nacional, acesso ao crédito e reestruturação empresarial.

Em relação ao Simples Nacional, o foco está na busca de melhorias para as empresas optantes deste regime, com atuação junto à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia para eliminar a antecipação parcial. A ideia é que nas operações de vendas interestaduais, a responsabilidade do recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) seja na origem. “Para as empresas do Simples, a antecipação parcial é muito onerosa, inclusive por não permitir compensação”, pontuou Gantois.

Outra ação é conseguir o término do sublimite de R\$ 3,6 milhões de faturamento/ano, instituído pela legislação tributária baiana desde 2018, onde a empresa de pequeno porte, que ultrapassar este valor, recolherá a parte relativa ao ICMS pelo regime normal de tributação. Pretende-se também reativar o art. 273 da legislação estadual, o qual foi revogado, de maneira a permitir a retomada do desconto de 60% do valor devido do ICMS Antecipação Parcial para as microempresas que recolherem no prazo regulamentar.

No âmbito federal, o intuito é sensibilizar o governo no sentido de aumentar o atual limite de R\$ 4,8 milhões de faturamento/ano para efeito de enquadramento no Regime do Simples Nacional, através de uma alteração da Lei Complementar 123/2006, trazendo centenas de empresas que se encontram no regime normal do lucro presumido ou real.

Acerca do acesso ao crédito, o plano montado busca uma maior agilidade na concessão aos pequenos negócios. Entre as ações previstas estão: capacitar interlocutores para serem facilitadores nos processos de obtenção de crédito junto às instituições financeiras, com ênfase no Banco do Nordeste (BNB) e Desembahia; propor melhorias na atual legislação bancária e normativos internos, inclusive com a flexibilização das exigências do Banco Central.

Por último, a reestruturação empresarial é outro eixo importante, de forma que sejam criadas condições para sobrevivência e crescimento dessas empresas. Entre as medidas listadas têm-se a simplificação do processo de abertura, liberação de licença e baixa. Para esta reestruturação, alguns diálogos se fazem necessários com a Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), prefeituras municipais, Sebrae-BA e a sociedade civil organizada, da capital e do interior, com o objetivo de monitorar os pequenos negócios, sem perder de vista as médias empresas.

Elaborado com a valiosa contribuição de todos que integram o Núcleo, este plano de ação será encaminhado à Diretoria Executiva e a expectativa é de que as ações comecem logo. “É fundamental que as necessidades sejam atendidas e as distorções eliminadas, possibilitando o fortalecimento dos pequenos negócios, de reconhecida representatividade e capilaridade, de modo a se obter o desejado desenvolvimento socioeconômico do Estado da Bahia”, finalizou Gantois.

CURTAS

Conta de luz terá novo aumento

O aumento médio nas contas de luz em 2021 deve ser o maior desde 2018, foi o que afirmou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone. Segundo Pepitone, a estimativa da agência é que o aumento médio fique em 13% em 2021. Esse percentual cairia para 8% com a devolução aos consumidores de uma parte dos R\$ 50 bilhões em impostos cobrados a mais nas contas de luz nos últimos anos. Mesmo assim, o aumento de 8% continuaria sendo o maior desde 2018,

quando a alta média das tarifas foi de 15%. O Ministério da Economia informou que não comentaria o assunto.

Segundo Pepitone, a estimativa da agência é que o aumento médio fique em 13%

BB libera crédito para área rural

O Banco do Brasil anunciou ontem a disponibilização de R\$ 16 bilhões em crédito a produtores rurais, para a compra antecipada de insumos, por meio do custeio antecipado da safra 2021/2022. De acordo com o banco, o crédito tem como foco o financiamento das lavouras de soja, milho, algodão, café, arroz e cana-de-açúcar. “Permitirá aos clientes avaliar o melhor momento para a aquisição dos insumos”, informa o BB. No âmbito do Pronamp, que é destinada ao

médio produtor, a taxa cobrada será de 5% ao ano, com prazo de até 14 meses e teto de R\$ 1,5 milhão.

O crédito tem como foco o financiamento das lavouras de soja, milho, algodão, café


Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redabahia.com.br

 @satelite

•• Vamos encontrar um caminho para ajudar estados, municípios e União com recursos. É fundamental garantir mais investimentos para reforçar o combate à pandemia e comprar vacinas
Otto Alencar

Senador do PSD da Bahia, ao ser eleito ontem presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Clube dos milhões

As investigações sobre o caixa do “Cartel das Placas” no Detran revelaram que o esquema, desarticulado no último dia 10 pelo Ministério Público do Estado (MP), rendia um lucro anual de ao menos R\$ 5 milhões para a rede de empresas suspeitas de dominar o setor de emplacamento veicular na Bahia há mais de três décadas. Segundo apurou a Satélite, a análise do fluxo financeiro do cartel apontou que cada uma das 14 empresas até agora identificadas como integrantes do esquema recebia, em média, R\$ 30 mil mensais, já descontadas despesas legais e operacionais - cerca de R\$ 360 mil por ano. Os repasses eram feitos pelo empresário Adriano Muniz Dacia, preso a pedido do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas do MP (Gaeco) e tido como o principal operador do cartel.

CONTABILIDADE OCULTA

O lucro do esquema foi calculado com base nas contas de 2019, quando o cartel perdeu força por causa da modernização do serviço e de novas regras adotadas pelo Detran. Para o Gaeco, a renda era certamente maior nos anos anteriores.

Entrega a caminho

Até a próxima sexta-feira, o MP vai oferecer à Justiça a primeira denúncia contra alvos da Operação Cartel Forte, garantem fontes que atuam no caso. Conforme antecipado quinta-feira passada pela coluna, o Gaeco estava prestes a concluir e remeter ao Judiciário o pedido de abertura de ação penal e a consequente condenação de até cinco suspeitos de participar do esquema.

Ponta de iceberg

Os movimentos na cúpula do MP indicam ainda que o ataque ao cartel é o início de uma ampla ofensiva para desmontar outros ramos de corrupção supostamente montados no Detran. Caso a tendência se confirme, será a primeira vez que a Promotoria se concentrará para investigar com profundidade a caixa-preta do órgão.

Bola de cristal

Em grandes bancas de advocacia, dá-se como certa a escolha do advogado Luiz Coutinho para juiz efetivo do TRE na vaga reservada à classe. A certeza de que ele será nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro vem da sua ligação com o procurador-Geral da República, o balano Augusto Aras.

Força maior

A pesquisa encomendada pelo prefeito Bruno Reis (DEM) para medir a aceitação dos moradores de Salvador quanto às medidas duras de isolamento na pandemia, cujos resultados foram divulgados na edição de ontem, mostrou também que o retorno às aulas presenciais é rejeitado pela imensa maioria dos 1.277 entrevistados nos últimos dias 17 e 18. De acordo com a sondagem, 69% e 75%, respectivamente, se disseram contra a reabertura das escolas dos ensinos Médio e Fundamental no atual momento.

Ou vai ou racha

Projeções mais recentes dos órgãos de saúde reforçaram no governo do estado e na prefeitura da capital o sentimento de que o lockdown será inevitável em curto prazo. Os dados foram considerados piores do que o previsto.

Rede estadual volta às aulas remotas no dia 15 de março

RETORNO O início do ano letivo 2020/2021 na rede estadual de ensino da Bahia está programado para o próximo dia 15 de março, de forma 100% remota. O planejamento foi anunciado ontem pelo governador Rui Costa e pelo secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, nas redes sociais.

O plano de retorno conta com três fases: remota, híbrida e presencial. A volta do ensino nos modos híbrido e presencial não tem data prevista e está condicionada aos parâmetros sanitários relacionados à covid-19 no estado.

Segundo o anúncio, o começo das aulas com atividades remotas irá contemplar todos os alunos da rede estadual. O secretário Jerônimo Rodrigues explicou como foi planejado o início das atividades: "Nós podemos detalhar essas atividades, neste primeiro momento, em três datas. No dia 1º de março, nós chamaremos os profissionais da educação para se prepararem e, para a divulgação, com maior força, do que nós iremos fazer. No dia 8 de março, nós iniciaremos a jornada pedagógica Paulo Freire, fechando um ciclo de planejamento e preparação da rede estadual. No dia 15 de março, iniciaremos as aulas de forma remota".

O planejamento da Secretaria da Educação do estado prevê a realização dos dois anos letivos, de 2020 e 2021, até o dia 29 de dezembro, com 1.500 horas aula.

A matrícula dos estudantes que já fazem parte da rede estadual de ensino será automática, ou seja, não será preciso se dirigir às unidades escolares ou fazer qualquer tipo de atualização cadastral via internet. Para os estudantes que irão ingressar na rede estadual, um calendário específico está em fase de elaboração e será divulgado em breve.

"Nós vamos disponibilizar canais de co-



O secretário estadual de Educação, Jerônimo Rodrigues, e o governador Rui Costa no anúncio

•• No dia 1º de março, chamaremos os profissionais para divulgação, com maior força, do que nós iremos fazer. No dia 8 de março, iniciaremos a jornada pedagógica. E no dia 15 de março, iniciaremos as aulas remotas Jerônimo Rodrigues

Secretário estadual de Educação

municação com a escola, com a Secretaria, com a Ouvidoria, para tranquilizar os pais sobre a matrícula", acrescentou Jerônimo.

De acordo com a Secretaria da Educação, foram selecionadas plataformas digitais qualificadas, cadernos de conteúdo e livros didáticos para garantir o ensino e a aprendizagem na primeira fase do ano letivo.

"Nós continuaremos usando a TVE, agora com um canal específico, o Educa Bahia, para que a gente possa deixar permanente, durante todo o dia, as atividades programadas de educação e as lives que nós achamos importantes", afirmou o secretário.

As aulas presenciais no estado estão suspensas por decreto até domingo (28).

A rede municipal de ensino de Salvador começou as aulas remotas desde segunda-feira (22). As novidades são o continuum curricular 2020/2021, o aumento do número de canais abertos do Nossa Rede na TV e a expansão das teleaulas para os alunos do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) e da Educação de Jovens e Adultos I (EJA I).

A Secretaria Municipal da Educação (Smed) renovou a parceria com a TV Aratu para manutenção dos canais 4.2 e 4.3, utilizados para veicular as teleaulas em 2020. Além disso, firmou convênio com a Câmara Municipal de Salvador para inserir mais um canal digital ao Nossa Rede na TV: o 12.3. Cerca de 116 mil alunos estão sendo beneficiados com as aulas pela televisão.

Trabalhadores da Ford voltam às atividades pelos próximos 90 dias

CAMAÇARI Os funcionários da Ford voltaram às atividades, em Camaçari, ontem. Depois de um acordo entre o sindicato da categoria e representantes da empresa, cerca de 700 trabalhadores e prestadores de serviço que atuavam na montadora vão trabalhar pelos próximos 90 dias. Está previsto também o retorno de outros trabalhadores em março, abril e maio.

A Ford e o sindicato chegaram a um acordo parcial, após audiência virtual de dissídio coletivo realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT5), realizada na semana passada.

O acordo garante negociações diretas entre as partes, que serão realizadas durante o prazo de 90 dias, com a garantia de salários para todos os trabalhadores que forem ou não convocados para o trabalho. Também ficou decidido que os empregados convocados da Ford e das empresas sistemistas do complexo, que aderirem aos termos pactuados, voltarão ao trabalho para produção das peças de automóveis.

Outro ponto acordado foi que o abono das faltas injustificadas dos trabalhadores convocados desde o dia 28 de janeiro será colocado na mesa de negociação direta, com a Ford assumindo o compromisso de não descontar faltas pelos próximos 90 dias. As partes concordaram ainda em pedir conjuntamente a suspensão da tramitação do dissídio coletivo.

Bolsonaro entrega MP de privatização da Eletrobras

SINAL AO MERCADO O presidente Jair Bolsonaro e os ministros da Economia, Paulo Guedes, de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, entregaram pessoalmente ao Congresso, no início da noite de ontem, texto da MP de privatização da Eletrobras, estatal com foco em geração e transmissão de energia.

Bolsonaro e a caravana de ministros fizeram a travessia do Palácio do Planalto, onde o presidente despacha, ao Congresso, a pé. O objetivo, com o gesto, é sinalizar que o governo não retroagiu de sua agenda liberal após o presidente Jair Bolsonaro intervir no comando da Petrobras. O texto foi entregue aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

"Nossa agenda de privatização continua a todo vapor. Nós queremos, sim, enxugar o Estado, para que a nossa economia possa realmente dar a satisfação, dar a resposta que a sociedade precisa", disse o presidente du-

rante a cerimônia de entrega da MP.

Na semana passada, Bolsonaro provocou quedas expressivas nas ações da Petrobras e da Eletrobras ao sugerir e anunciar interferências nas duas estatais. No caso da Eletrobras, Bolsonaro disse que o governo ia "meter o dedo na energia elétrica, que é outro problema também", sem esclarecer

●● Nossa agenda de privatização continua a todo vapor. Nós queremos, sim, enxugar o Estado, para que a nossa economia possa realmente dar a satisfação, dar a resposta que a sociedade precisa **Jair Bolsonaro**

presidente do Brasil

o que faria.

Medidas provisórias têm força de lei assim que publicadas no Diário Oficial da União. Precisam, contudo, ser aprovadas pelo Congresso para se tornar leis em definitivo. Lira afirmou que pretende pautar o texto no plenário da Câmara já na próxima semana.

"O primeiro passo do que podemos chamar de uma agenda Brasil. Privatizações, discussões, capitalizações, investimentos, a pauta que andarão no Congresso com as reformas. Nós cumprimos todo o nosso papel com unidade, acima de tudo, respeito aos outros poderes e harmonia. É o que o Brasil precisa para destravar as pautas neste ano", disse o presidente da Câmara.

Apesar de o gesto político de Bolsonaro ter sido celebrado tanto por Pacheco quanto por Lira e da demonstração de que há disposição para uma discussão célere do tema no Congresso, o presidente do Senado ressaltou que os parlamentares farão uma "avaliação crítica" da medida.

Postos terão de detalhar imposto embutido nos preços

DECRETO Pressionado pelos caminhoneiros para resolver o preço alto do diesel, o presidente Jair Bolsonaro formalizou ontem mais uma promessa que vem fazendo ao setor. Por decreto, determinou aos postos de combustíveis que detalhem ao consumidor os valores estimados dos tributos que compõem o preço final dos combustíveis. A obrigação passa a valer em 30 dias, conforme o ato publicado no Diário Oficial da União.

Bolsonaro afirma que o peso maior dos tributos sobre os combustíveis não é de sua responsabilidade, mas dos governadores.

Crítico da política de reajustes da Petrobrás, que segue a cotação internacional do petróleo, Bolsonaro disse no sábado que a gasolina e o diesel poderiam ser 15% mais baratos se os órgãos de fiscalização estivessem funcionando.

"Quando você vê a nota fiscal você também não sabe quanto de imposto é federal, quanto é estadual, quanto é a margem de lucro dos postos e quanto se paga também na questão da distribuição", afirmou antes de completar: "Você não sabe de nada, é uma caixa-preta".

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,4417	R\$ 5,4422
Dólar Turismo	R\$ 5,4300	R\$ 5,6030
Euro turismo	R\$ 6,5400	R\$ 6,8270

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	115.227,46	+2,27%

POUPANÇA

24/02/2021	0,1159 %
------------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Janeiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,21%	0,21%	4,19%
INPC/IBGE	0,19%	0,19%	4,30%
IGP-M/FGV	0,48%	0,48%	7,81%

ANAPETRO ENTRA NA CVM CONTRA A VENDA DA RLAM

ATO LESIVO A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) deu entrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com uma representação por eventuais atos lesivos ao patrimônio da Petrobras e aos interesses de seus acionistas, relativa à venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, ao Fundo Mubadala, de Abu Dhabi, por US\$ 1,65 bilhão, anunciada em 8 de fevereiro. A associação acredita que a refinaria baiana tem valor de mercado de deveria ser de US\$ 3,12 bilhões.

TROCA DE COMANDO NA ESTATAL AVANÇA APÓS REUNIÃO

AUTORIZAÇÃO Em reunião tensa, o conselho de administração da Petrobras aprovou ontem a convocação de uma assembleia extraordinária de acionistas que decidirá sobre a destituição do atual presidente da estatal, Roberto Castello Branco, do colegiado da companhia. A decisão, por maioria, atende ao pedido do governo - e, principalmente, do presidente Jair Bolsonaro -, que quer mudar o comando da empresa e indicou o nome do general da reserva Joaquim Silva e Luna, hoje à frente de Itaipu, para o comando da petroleira.

TESOURO DIRETO TEM MAIS RESGATE QUE DEPÓSITOS

TÍTULOS PÚBLICOS O Tesouro Direto, programa de compra e venda de títulos públicos por pessoas físicas, registrou maior saída líquida de recursos que depósitos em janeiro deste ano, segundo informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional nesta terça-feira (23).

De acordo com a instituição, as emissões de títulos públicos por meio do programa somaram R\$ 2,292 bilhões em janeiro, enquanto os resgates totalizaram R\$ 3,027 bilhões no período. A diferença entre o que foi emitido e resgatado é de R\$ 734 milhões no mês passado.

ECONOMIA

Prazo de suspensão de prova de vida é ampliado

PREVIDÊNCIA Em razão da continuidade da pandemia de covid-19, o Ministério da Economia e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) anunciaram nesta terça-feira (23/2) a prorrogação por mais de 60 dias (até maio) da suspensão da necessidade de prova de vida para aposentados e pensionistas para o recebimento de benefícios pagos pela Previdência.

A condicionante para evitar fraudes e pagamentos indevidos está suspensa desde março de 2020 para evitar que idosos saiam de casa em meio à pandemia. A última prorrogação foi publicada no mês passado e valia até o final de março.

A medida impede o corte de benefícios até o fim de abril (pagos em maio). Segundo o

●● **A partir de maio, a prova de vida voltará a ser obrigatória. E isso pode ser feito também pelo celular, sem sair de casa**

Leonardo Rolim
presidente do INSS

INSS, 5,3 milhões de pessoas não fizeram a prova de vida em 2020.

"(A nova prorrogação) É uma medida para dar tranquilidade a todos os aposentados e pensionistas", destacou o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

O governo também anunciou nesta terça a expansão do uso da prova de vida por biometria facial, de 500 mil pessoas no projeto piloto para os 5,3 milhões de aposentados e pensionistas que não realizaram a prova de vida em 2020.

O presidente do INSS, Leonardo Rolim, explicou que a prova de vida digital poderá ser feita por meio do aplicativo "Meu gov br", sem que as pessoas precisem ir a uma agência bancária. As informações serão comparadas com as bases de dados biométricos do Tribunal Su-

perior Eleitoral (TSE) e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

"A partir de maio, a prova de vida voltará a ser obrigatória. E isso pode ser feito também pelo celular, sem sair de casa", detalhou Rolim. "Estamos confiantes de que a maior parte da população conseguirá fazer a prova de vida de maneira simples", completou.

Para Bianco, a tecnologia possibilitará que servidores do INSS possam ser remanejados para outras áreas do órgão.

"De maneira otimista, a pandemia nos obrigou a tomar com mais rapidez medidas que já tomaríamos. A prova de vida digital traz dinâmica, segurança, praticidade e faz com que possamos ser mais objetivos e simples na prestação dos serviços. A população ganha e o setor público também ganha", avaliou.

Se nada for feito, conta de luz vai aumentar 13% diz diretor da Aneel

REAJUSTE O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, defendeu ontem que é necessário buscar alternativas para estancar o aumento das contas de luz dos brasileiros. Durante a reunião semanal da diretoria, ele afirmou que as estimativas da área técnica indicam que, "se nada for feito", as tarifas de energia podem su-

bir, em média, 13% neste ano, o que seria o maior percentual de reajuste desde 2018.

Ele defendeu que cada setor tem que contribuir para aliviar os reajustes. Uma das medidas citadas por ele foi o diferimento do pagamento das empresas de transmissão por ativos amortizados. Segundo Pepitone, esse montante, que entra na conta dos

consumidores, chega a R\$ 3,3 bilhões. Além disso, as empresas vão receber R\$ 2,2 bilhões em remuneração por novas instalações.

A Aneel conta com a devolução aos consumidores de cerca de R\$ 50,1 bilhões pagos a mais em PIS/Cofins na conta de luz nos últimos anos para amortecer as majorações das tarifas pagas pelos consumidores.

RECEITA APRESENTA REGRAS PARA O IMPOSTO DE RENDA

ANO-BASE 2020 A Receita Federal anuncia hoje as regras e os prazos para preenchimento e entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física de 2021, que tem como base o ano de 2020. Como não houve atualização da tabela do Imposto de Renda neste ano, a Receita deverá manter as mesmas regras e valores adotados nos anos anteriores. A expectativa é de que o prazo para declarar siga o padrão e ocorra entre os dias 1º de março a 30 de abril.

No ano passado, devido aos efeitos da pandemia do novo coronavírus, a data limite para a entrega dos documentos foi estendida até o fim de junho. No evento, o Ministério da Economia também vai apresentar a versão 2021 do programa para fazer a declaração. Os bancos e empresas têm até o dia 26 de fevereiro para entregar os informes de rendimento dos contribuintes.

Quem é aposentados ou pensionistas do INSS deve pegar o comprovante no site da Previdência. O contribuinte também precisa ter em mãos o informe de investimentos dos bancos e corretoras onde tem conta. Ele pode ser enviado pela empresa ou baixado no site da instituição financeira.

BENEFÍCIO A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para destravar o auxílio emergencial recebeu uma enxurrada de críticas no Senado e a votação deve ser adiada para a próxima semana. Lideranças cobram a apresentação de um novo parecer mais enxuto sem os itens mais polêmicos.

O fim dos pisos de gastos com saúde e educação foi "sepultado" antes mesmo da apresentação do relatório oficial pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC). Mesmo assim, o relator protocolou ontem o parecer com o dispositivo. Outro ponto polêmico é a revogação do repasse de 28% das receitas do FAT ao BNDES, medida tentada na reforma da Previdência, mas que acabou não avançando pelas resistências de se tirar essa fonte de recursos do banco de fomento.

No início da semana, a minuta do relatório de Bittar provocou reações negativas. "Brincadeira de criança", "o relatório do talvez", "o que isso tem a ver com o mingau?" foram três reações de diferentes líderes a comentar o texto. Após a apresentação do parecer oficial, a pressão para derubar a desvinculação dos gastos com saúde e educação cresceu e senadores ameaçam barrar a PEC, que por sua vez é condição do governo para retomar o auxílio.

Hoje, os estados precisam destinar 12% das receitas com impostos às ações de



Senador Eduardo Braga: "Esse texto do jeito que está não anda"

PEC do auxílio emergencial deve ter votação adiada

Votação da proposta foi marcada para amanhã, mas senadores pedem mais tempo

saúde. Os municípios têm de aplicar o equivalente a 15%. Na União, esse porcentual também era de 15% da receita corrente líquida até 2017, quando o piso passou a ser atualizado pela inflação. No caso da educação, o mínimo é de 25% das receitas com impostos para Estados e municípios. Na União, o piso era de 18% até 2017, quando o valor passou a ser atualizado pela inflação.

"Esse texto do jeito que está não anda", disse o líder do MDB, Eduardo Braga (AM). Segundo ele, a desvinculação de saúde e educação não alcança 49 votos (mínimo para aprovar uma mudança na Constituição no Senado, em dois turnos) para aprovação "nem sob tortura".



INVESTIGAÇÃO

Mata de São João não tem UTI e registrou quatro mortes recentes, uma de paciente esperando regulação

COM 100% DE OCUPAÇÃO

Hospital Geral Clériston Andrade - em Feira de Santana

Hospital da Chapada - em Itaberaba

Hospital Municipal de Serrinha - em Serrinha

Hospital Santa Helena - em Camaçari (RMS)

Hospital Regional Dantas Bião - em Alagoínhas

Hospital Vida Memorial - na cidade de Ilhéus

Hospital Calixto Midlej Filho - na cidade de Itabuna

Hospital São Vicente - Jequié

Hospital Dr. Heitor Guedes De Mello - Valença

Hospital Português - na Barra, em Salvador

Hospital do Subúrbio Salvador

Hospital Municipal de Salvador - em Salvador

No interior sem UTIs, doentes morrem na fila

Pacientes de cidades sem leitos para covid sofrem à espera de atendimento em municípios vizinhos

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.santos@redetbahia.com.br

Explosão de casos ativos de covid-19, unidades de saúde sobrecarregadas e aumento no número de mortes, inclusive de pessoas que não aguentaram esperar na fila da regulação. Essa é a realidade em cidades do interior baiano que não possuem uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em sua infraestrutura hospitalar. O drama na saúde para esses municípios é agravado pelo medo das prefeituras locais de não conseguirem vagas nos hospitais de referência do estado, que já operam com uma ocupação de 80% ou mais nos leitos de UTI para pacientes do coronavírus.

Em Mata de São João, no li-

toral norte baiano, em apenas três dias - entre 17 e 20 de fevereiro -, foram registradas quatro mortes por covid-19. Uma das vítimas foi uma senhora de 73 anos que morreu no Hospital Municipal da cidade aguardando regulação para um leito de UTI. Em Camaçari, no Centro-sul baiano, antecedem, a UPA da cidade estava completamente lotada, com dois pacientes lutando pela vida enquanto aguardavam regulação e necessitando de suporte de oxigênio suplementar. A cidade tem 135 casos ativos e quatro mortes registradas.

Em Araci, no Nordeste do estado, os casos ativos de covid-19 explodiram: são 495 atualmente, em uma população de cerca de 50 mil habitantes. São mais casos ativos do que os 395 de Vitória da Conquista, a terceira maior

cidade baiana, onde vivem 350 mil pessoas. Araci tem ainda o registro de 27 mortes por covid-19. No início do mês, eram 21 óbitos. Das quatro mortes mais recentes, uma aconteceu na UPA da cidade. A vítima foi uma mulher de 66 anos, morta em 13 de fevereiro porque não houve tempo hábil para ela ser regulada para um hospital.

Maracás, no Centro-sul baiano, tem 20 mil habitantes. Em fevereiro, o número de mortes no boletim epidemiológico saltou de 27 para 32, tornando-se o município da região com mais óbitos, segundo o prefeito da cidade, Soya Novaes (PDT). Maracás tem ainda 107 casos ativos de covid-19, atendimento diário de 150 pessoas no centro covid e o hospital municipal opera em capacidade máxima, mesmo sem ter UTI.

Já em Catu, a 70 quilômetros de Salvador, em 15 dias, os casos ativos aumentaram 592%. Eram apenas 12 no dia 7 de fevereiro, número que saltou para 83 no dia 22, segundo o boletim epidemiológico municipal. O número de mortes também cresceu no mesmo período, de 40 para 46. O mesmo ocorreu em Madre de Deus, na Região Metropolitana de Salvador. Lá os casos ativos cresceram 700% em 14 dias: saltaram de 17 para 136 entre os dias 8 e 22.

SITUAÇÃO DRAMÁTICA

O prefeito de Maracás Soya Novaes gravou um vídeo ao lado da secretária de Saúde Darlena Rosa, no Hospital Municipal Álvaro Bezerra, falando sobre a situação da cidade. "É preocupante. A pandemia está aumentando em nossa cidade e a dificul-

dade está muito grande".

A secretária explicou que os casos não param de crescer e o atendimento no hospital passa por dificuldades: "Além da nossa situação, vemos notícias dos leitos de UTI nos hospitais de referência do estado, todos ocupados praticamente em sua capacidade máxima. É angustiante o que vivemos hoje. Não vamos conseguir fazer muita coisa se a população não fizer a sua parte. A pandemia não acabou", enfatizou.

Em Mata de São João, o drama é parecido. A secretária de Saúde local, Tatiane Rebouças, afirma que esse é o pior momento da pandemia no município devido à dificuldade para regular pacientes para os hospitais de referência, que ficam em Salvador.

"Estamos com crescimento enorme de casos notificados e confirmados. Ontem mesmo, 82% dos resultados que saíram foram positivos".

Ainda segundo ela, a situação está tão caótica que a cidade possui dois pacientes cuja regulação para hospitais da capital já saiu, mas ainda se encontram em Mata de São João por falta de transporte.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Bahia registra recorde de internação pelo quinto dia seguido

Os dados sobre a ocupação nos leitos de Unidades de Terapia Intensiva no estado dão a dimensão do caos vivido em algumas cidades que não dispõem dessa estrutura e necessitam apelar para os vizinhos. Pelo quinto dia consecutivo, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) registrou, ontem, o

maior número de pacientes internados em UTIs Covid-19 desde o início da pandemia, ano passado. São 915 doentes em estado grave ocupando leitos nas diversas regiões do estado.

O boletim epidemiológico também registrou 66 mortes e mais de 5 mil novos casos nas últimas 24 horas.

A taxa de ocupação dos leitos de UTI continua desde o domingo, 21, em 80%. Já a situação dos leitos clínicos, para pacientes com menor gravidade, é melhor: 58% de ocupação.

Até às 18h de ontem, 12 unidades de saúde balanas, espalhadas em 10 cidades, estavam com todos os leitos

de UTI completamente lotados. (Confira a lista completa na tabela acima).

Por causa dessa elevação na taxa de ocupação de leitos, há um toque de recolher em vigor no estado, com restrição de circulação das 20h às 5h. A determinação visa provocar uma redução da taxa de crescimento da

covid-19 na Bahia. Caso haja aglomerações em espaços públicos ou privados, qualquer pessoa pode fazer denúncia anônima para facilitar o trabalho da polícia. Para isso, os canais de comunicação oficiais são o 190 ou o telefone (71) 3235-0000, (para a capital); no interior do estado, o número é 181.



Funcionário da Pfizer trabalha na embalagem de lotes de vacina contra a covid-19. O laboratório já está vendendo doses para os Estados Unidos, Reino Unido e países da União Europeia

Produto da Pfizer já pode ser usado em definitivo no Brasil

A Anvisa aprovou, ontem, o pedido de registro definitivo da vacina contra a covid-19 produzida pelo laboratório norte-americano Pfizer, em parceria com a BionTech. Essa foi a primeira autorização do tipo no Brasil e na América Latina. A medida permite que a farmacêutica venda doses para uso em massa na população brasileira. O laboratório, porém, ainda não assinou acordo com o Ministério da Saúde (MS).

No Brasil, até ontem, estavam aprovadas para uso emergencial apenas as vacinas CoronaVac, do laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, ligado à Universidade de São Paulo, e o imunizante Oxford/AstraZeneca, que é produzida no Brasil pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

“Como Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, informo com grande satisfação que, após período de análise de 17 dias, a Gerência Geral de Medicamentos, da Segunda Diretoria, concedeu o primeiro registro de vacina contra a covid-19, para uso amplo, nas Américas”, disse Antônio Barra Torres, presidente da Anvisa.

Após o anúncio da agência reguladora, a FNP – Frente Nacional de Prefeitos – afirmou que vai cobrar do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o destravamento das negociações para a compra de vacinas da Pfizer.

“Nessa questão da Pfizer, especificamente, o nosso foco vai ser para que o governo adquira as vacinas. Porque os prefeitos já provaram que têm grande mobilização local, de velocidade de vacinação”, disse Jonas Donizete, presidente da FNP, pouco antes do resultado do julgamento do STF aprovar a compra direta por estados e municípios.

Supremo abre porta para vacinas

Decisão unânime libera compra direta de imunizantes por estados e municípios

Vinicius Nascimento, com agências de notícias

REPORTAGEM
redacao@corredor24horas.com.br

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por unanimidade, ontem, autorizar a compra e a distribuição de vacinas pelos estados e municípios. A votação foi favorável a uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski e autoriza que a compra pode ser realizada mesmo se os imunizantes ainda não tiverem o registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e independe das metas do governo federal para o Plano Nacional de Imunização.

Na Bahia, a decisão foi recebida com alegria pela prefeitura de Salvador e pelo governo do estado. O prefeito Bruno Reis, inclusive, afirmou em sua conta pessoal do Twitter que a partir da autorização do STF, já começou a articular a compra direta dos imunizantes. O governador Rui Costa, durante live, também afirmou que tem reuniões agendadas para hoje, com o laboratório russo que fabrica a Sputnik V, e amanhã, com a Pfizer, que teve o seu

imunizante aprovado para uso no Brasil, ontem, pela Anvisa (leia ao lado).

“A partir da autorização do STF para a compra das vacinas por estados e municípios, já estou articulando para viabilizar a compra direta dos imunizantes. Isso é importante para acelerar a distribuição ao público prioritário e viabilizar a inclusão dos profissionais de educação”, afirmou Bruno Reis.

O prefeito ainda lembrou ainda que a cidade possui um reserva de R\$ 80 milhões do seu orçamento anual para comprar vacina. O município também já tem conversas prévias com o Instituto Butantan, a Pfizer, o laboratório Janssen, a Fiocruz e com o Centro Gamaleya da Rússia.

Já o governador Rui Costa, pouco depois da decisão do STF, anunciou no seu programa pessoal, o Papo Correria, que o Supremo irá salvar muitas vidas com o posicionamento dos ministros.

“Graças a Deus agora o STF permite que possamos tentar recuperar esse terreno perdido. Já tenho reunião marcada com a Pfizer esta semana e fiz os primeiros contatos com o laboratório russo para que consigamos efetivar a compra independente da quanti-

dade disponível”, disse.

Ainda segundo o governador, a Bahia tinha um pré-contrato com a Rússia para receber 50 milhões de doses da Sputnik V, mas esse acordo se desfez por conta das dificuldades em conseguir a liberação do imunizante junto à Anvisa.

VOTAÇÃO VIRTUAL

O julgamento do STF foi feito em plenário virtual e os ministros do Supremo inseriram seus votos em um sistema eletrônico. A tese aprovou a liminar de Ricardo Lewandowski com as observações defendidas por ele. Emitida em dezembro, a liminar diz que os estados e municípios podem importar e distribuir vacinas caso a Anvisa não dê aval, em 72 horas, após solicitação dos laboratórios. Ele destaca, porém, que a regra vale para os imunizantes com registro em entidades sanitárias de renome fora do país.

No começo de 2020, o Congresso havia aprovado lei que estabelece prazo de 72 horas para a Anvisa se manifestar sobre o uso de vacinas autorizadas por agências dos EUA, Europa, China e Japão. Ontem, o plenário da Câmara aprovou MP que facilita a compra de vacinas.

Laboratório diz que só negociará venda com o governo

Um projeto de lei (PL 534/2021) apresentado ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), abre caminho para a compra de vacinas contra o novo coronavírus por empresas privadas e pelo Distrito Federal, estados e municípios. A decisão do STF também permite que que clínicas privadas comprem o imunizante. Mas, no caso da farmacêutica Pfizer, a direção da empresa já alertou que só irá negociar com o governo.

“Esperamos poder avançar em nossas negociações com o governo brasileiro para apoiar a imunização da população do país”, disse a presidente da Pfizer Brasil, Marta Díez, em comunicado enviado após a aprovação da vacina pela Anvisa.

No início do ano passado, a farmacêutica disse que ofereceu 70 milhões de doses da vacina ao governo brasileiro para entrega ainda em dezembro, mas a oferta foi recusada pelo Ministério da Saúde.

O projeto do presidente do senado diz que a ideia inicial é que as doses adquiridas por pessoas jurídicas de direito privado sejam integralmente doadas ao Programa Nacional de Imunizações do MS. Sobre a aquisição diretamente para comercialização ou utilização das empresas, o texto prevê ainda a possibilidade disso ocorrer apenas após a vacinação dos grupos prioritários do país.

Rodrigo Pacheco disse também que o projeto deverá sofrer alterações nos plenários do Senado e da Câmara durante a votação. Alguns parlamentares defendem, por exemplo, que empresas privadas doem para o Sistema Único de Saúde (SUS), metade das vacinas adquiridas diretamente dos laboratórios.

“Haverá um amadurecimento no processo. Eventualmente, pode-se entender 50% para uso privado e 50% para o SUS”, afirmou.

Tribuna

Rui Costa: “Há possibilidade de haver fechamento total”

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), admitiu que poderá decretar “lockdown” total no estado se as medidas paliativas de toque de recolher e as recomendações de isolamento não funcionarem para conter a segunda onda da Covid-19. Em uma live transmitida nas redes sociais ontem, o petista disse que prever que o Brasil será acometido por uma tragédia sanitária em até duas semanas, já que a nova cepa do vírus é ainda mais perigosa.

“Em mais duas semanas, o Brasil vai estar vivendo uma tragédia nacional. [...] Esse vírus contagia mais rápido do que o outro e é mais letal. Há possibilidade sim de haver fechamento total, que o povo chama de lockdown. Quero que as pessoas compreendam que estamos indo progressivamente para ganhar a consciência e a colaboração das pessoas”, ressaltou, afirmando que se as medidas de toque de recolher não funcionarem, terá que tomar medidas mais duras. Atualmente, o estado conta com 17 mil casos ativos de Covid-19.

Ele enfatizou a necessidade de se evitar eventos

que causem aglomerações - incluindo a realização de missas, cultos, qualquer evento religioso durante a segunda onda da Covid-19. “Estão suspensos quaisquer eventos com aglomeração de pessoas”, reforçou, afirmando que não terá receio de se posicionar sobre qualquer assunto.

Sobre a necessidade de abertura de novos leitos, Rui afirmou que a maior dificuldade é a de formar equipes para as unidades de saúde provisórias. “A dificuldade não é necessariamente espaço. O gargalo não é equipamento. É equipe médica para tocar as UTIs. É uma equipe muito específica, de uma formação muito espe-



RUI COSTA

cífica”. Sobre a polêmica a respeito do prazo de vacinação da segunda dose para se aproveitar o estoque de vacina para vacinar mais gente, o governador se posicionou contrário. Segundo ele, neste momento há profissionais de saúde internados mesmo após tomar apenas a primeira dose. “Essa tese de ficar esticando o prazo de segunda dose é furada. Qual é a urgência

RUI COSTA admitiu que poderá decretar “lockdown” total no estado se as medidas paliativas de toque de recolher e as recomendações de isolamento não funcionarem

está reagindo e vai sair dessa o mais rápido possível”, ressaltou.

Rui voltou a comemorar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que formou maioria liberando a compra e a aplicação de vacinas aprovadas em órgãos internacionais de controle. “Acho que o STF hoje deu uma demonstração de sensibilidade com a vida humana”, declarou, voltando a tecer críticas contra a Anvisa. “O mundo inteiro está usando a Pfizer, a Moderna e a vacina indiana. E só a Anvisa tinha uma opinião diferente, mesmo morrendo mais de mil pessoas no Brasil”.

O petista lamentou o atraso do Governo Federal na aquisição de vacinas e informou que iniciou tratativas com a Pfizer e também com a Rússia para iniciar a aplicação da Sputnik V. Segundo ele, havia uma resistência do laboratório Russo de liberar a importação da vacina antes.

da vacina? É imunizar o máximo de pessoas possíveis”, ressaltou, defendendo obediência aos prazos recomendados pelos laboratórios.

O chefe do Executivo estadual também tranquilizou os cidadãos sobre o estado do titular da Secretaria de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, que chegou a ser encaminhado para a UTI após um agravamento do quadro da Covid-19. “Ele

Tribuna

Otto Alencar vai presidir Comissão de Assuntos Econômicos

Colegiado é o responsável pela análise de empréstimos externos para a União

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O senador Otto Alencar (PSD), foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2021/2022. A CAE, um dos mais importantes colegiados do Senado Federal, tem 27 titulares e 27 suplentes em sua composição e é responsável por deliberar os projetos de lei que tratam de assuntos relacionados à economia.

A Comissão de Assuntos Econômicos é a responsável pela análise de empréstimos externos para a União, estados, estatais e municípios. O colegiado também tem a atribuição de sa-

batinar os diretores do Banco Central e de debater temas econômicos, além de votar projetos que regulamentam reformas como a Tributária.

Além de Otto Alencar, o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), foi eleito para a vice-presidência. "Vamos encontrar um caminho para ajudar estados, municípios e União com recursos. É fundamental garantir mais investimentos para saúde, reforçar o combate à pandemia, comprar vacinas, equipamentos de proteção individual para os profissionais", afirmou o baiano.

Segundo o senador, é preciso disponibilizar vacina para a população se sentir segura e retomar as atividades. "Não tem solução para

a econômica sem a solução da crise sanitária", disse. O novo presidente da CAE considerou também que a revogação dos mínimos constitucionais de investimentos para as áreas de saúde e educação não tem chance de ser aprovada. "Na saúde e na educação, a minha posição é votar contra isso", afirmou.

Otto Alencar anunciou que o colegiado vai se debruçar sobre a análise econômica e orçamentária das medidas de enfrentamento da pandemia. A troca no comando da Petrobras e a política de preços para os combustíveis também poderão ser debatidas pelos senadores, segundo Otto. "Recentemente agora uma questão gravíssima a questão da

Petrobras. Não estamos aqui nem vamos colocar como uma coisa errada que foi feita para diminuir os custos do combustível para o Brasil. Mas a forma foi totalmente equivocada. Tanto é que a empresa perdeu 21% do valor suas ações", declarou.

Além da CAE, nos próximos dois anos, Otto Alencar integrará as comissões de Meio Ambiente (CMA); Constituição e Justiça (CCJ); Assuntos Sociais (CAS); Educação (CE) e Serviços e de Infraestrutura (CI). Desde que tomou posse como senador, em 1º de fevereiro de 2015, Otto Alencar já liderou a bancada do PSD (2019/2020) e presidiu outras comissões permanentes.



O SENADOR Otto Alencar (PSD) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2021/2022

Tribuna

Bolsonaro reclama de ritmo da equipe de Guedes e ameaça mais demissões

UOL

O silêncio do ministro Paulo Guedes (Economia) no caso envolvendo a saída de Roberto Castello Branco do comando da Petrobras, que derreteu as ações da empresa, também pode ser compreendido pelo fato de que o Postolpiranga não quer sofrer novas baixas. No Palácio do Planalto, começou a circular como uma possível baixa na equipe de Guedes o nome do secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

Em setembro do ano passado, Bolsonaro chegou a dar "cartão-vermelho" quando o secretário anunciou propostas que previam restrições em benefícios sociais. Na ocasião, o presidente ficou extremamente irritado com o auxiliar de Guedes. O ministro, porém, conseguiu reverter e abafar o desconforto do presidente. Agora, segundo auxiliares do presidente, a irritação de Bolsonaro está na demora da equipe econômica em apresentar soluções para promessas do presidente, como zerar o imposto federal sobre o Diesel. Até mes-



O MINISTRO Paulo Guedes manteve silêncio sobre a saída de Roberto Castello Branco do comando da Petrobras

mo a conta sobre o valor final do auxílio emergencial não consegue ser fechada.

Justamente, por isso, Bolsonaro voltou a dizer que "o pessoal do Guedes" precisa ser mais ágil para atender aos desejos do governo. Além de Waldery, outro integrante da equipe de Guedes que está na mira de Bolsonaro é o secretário de Orçamento Federal, George Soares, que tem sido resistente a mudanças que signifiquem

manobras fiscais. Aviso prévio? Além de baixas entre os secretários de Guedes, no Palácio do Planalto também já é dado como certo que o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, será um dos próximos a deixar o governo. A questão não é mais "se" isso vai acontecer e sim "quando". Castello Branco e Brandão foram nomes escolhidos por Guedes para compor o governo. A questão não é mais "se" isso vai aconte-

cer e sim "quando". Castello Branco e Brandão foram nomes escolhidos por Guedes para compor o governo. A saída dos dois é um golpe na já tão sofrida agenda liberal do ministro da Economia, que tem sido sacrificada em meio a uma dura e difícil crise de saúde pública: a pandemia. Guedes e outros auxiliares do presidente Jair Bolsonaro tentam sensibilizar o presidente de que novas mudanças não seriam prudentes diante da turbulência do mercado. Pedem ao presidente cautela em novas mudanças. Enquanto isso, Bolsonaro continua com ameaças públicas e diz que "semana que vem teremos mais".

A questão é que da mesma forma que Castello Branco irritou Bolsonaro, Brandão também não está entre os queridinhos. Pelo contrário, o anúncio de uma reformulação no banco fez o presidente demonstrar seu desconforto com o executivo a ponto de "pedir sua cabeça". Na ocasião, Guedes conseguiu segurar a demissão. Agora, até mesmo no ministério da Economia, já há quem admita que vai ser difícil manter Brandão por muito tempo.

Tribuna

Traído por Guedes, mercado concorda com ministro

UOL

O melhor meme que circulou ontem na internet mostrava Jair Bolsonaro tirando uma máscara do rosto. Por baixo dela, o que surgia era... o rosto de Jair Bolsonaro.

"Bolsonaro não cometeu estelionato, sempre foi o que é, só não via quem não queria. Quem nos traiu foi Paulo Guedes", disse ontem um peso pesado da Faria Lima, o quadrilátero paulistano que abriga gigantes empresariais como Bradesco, J.P. Morgan, Google e Facebook. Para esse empresário, o episódio da intervenção de Bolsonaro na Petrobras apenas deixou clara a incapacidade do ministro de controlar os ímpetus antieconomia de mercado e estatizantes do presidente. A cotação de Guedes há muito já andava em baixa.

Ciente disso, o próprio ministro fazia questão de repetir uma frase de efeito a todo empresário que sinalizasse impaciência diante da sua nunca cumprida agenda liberal. "Eu posso não conseguir fazer o que vocês querem, mas sou a garantia de que não haverá alguém que fará o que vocês não querem".

E concluía, desafiador: "Eu sou o pau da barraca". Paulo Guedes continuará

sendo o pau da barraca e a Petrobras continuará de pé.

A estatal que nem a corrupção do petrolão nos governos petistas conseguiu quebrar não é apenas uma das maiores petroleiras do mundo, como ostenta o mais rápido ritmo de expansão no setor (produz hoje 2,9 milhões de barris de petróleo por dia, o que significa 1 milhão de barris a mais do que a média diária de 2013). No pré-mercado de Nova York, as ações da empresa amanhecaram em alta de 4%.

Governos passam e a Petrobras fica, mas se alguma coisa morreu no coração dos habitantes da Faria Lima nessa semana foi a esperança de assistir à aprovação das reformas, vista como condição essencial para a queda dos juros, o alívio no câmbio, a melhora no ambiente de negócios e a retomada do crescimento da economia. "Agora isso tudo ficou para 2023", diz um deles. Paulo Guedes continuará a ser o pau da barraca e a Petrobras continuará de pé.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, elogiou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, após parte do mercado questionar a permanência do economista liberal no governo em meio à interferência do Planalto na Petrobras.

'Silva e Luna vai dar uma arrumada na Petrobras'

O GLOBO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira que o seu indicado para a presidência da Petrobras, o general da reserva Joaquim Silva e Luna, "vai dar uma arrumada" na empresa, porque teria "muita coisa errada". Bolsonaro não especificou a que se referia.

A indicação de Silva e Luna precisa ser confirmada pelo Conselho de Administração da estatal, que está reunido desde a manhã de hoje para discutir o assunto. Um dos pontos da pauta é a convocação de uma Assembleia Extraordinária para mudar o comando da empresa.

O tema promete gerar forte discussão. Representantes dos minoritários e até membros indicados pela União, que é o acionista controlador da Petrobras, resistem à mudança e afirmam que vão registrar em ata sua oposição a uma eventual troca.

Bolsonaro anunciou na sexta-feira que substituiria o atual presidente, o economista Roberto Castello Branco, pelo general da reserva.

Em conversa com apoiadores nesta terça, na saída do Palácio da Alvorada, Bolsonaro afirmou que não está interferindo na

Petrobras porque não determinou uma redução nos preços dos combustíveis — os constantes reajustes foram a principal reclamação do presidente sobre a gestão de Castello Branco.

"O que eu interferi na Petrobras, alguém responde aí? O que eu falei para baixar o preço? Nada, zero. O que essa imprensa está fazendo?", disse o presidente, acrescentando em seguida: "Tem muita coisa errada, o novo presidente vai dar uma arrumada lá".

Em outro momento, Bolsonaro afirmou que a estatal vai "melhorar" e que ele poderá fazer outras mudanças:

"Vocês vão ver a Petrobras como vai melhorar. Assim como, se tiver que fazer qualquer mudança, nós faremos".

Também nesta terça-feira, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que a queda nas ações — de 20%, na segunda-feira — da Petrobras seria recuperável.

A Petrobras divulgou fato relevante confirmando que seu conselho de administração aprovou, por maioria, a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para deliberar a destituição do atual presidente da estatal, Roberto Castello Branco, do board da companhia. A data ainda será definida.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Adary Oliveira

A ferrovia e os sonhos

A exploração dos recursos minerais do Estado da Bahia é um sonho que se desdobra lentamente por muitos e muitos anos e continua sendo escrito com muitos capítulos. O primeiro capítulo desse sonho traz o relato de uma das primeiras iniciativas de transformação química empreendida na Bahia por John Grant, empresário inglês que em 1889 implantou a Cia. Internacional de Marahú para fabricar que-rosene, ácido sulfúrico, velas de parafina e sabão, usando como matéria prima a turfa de Marahú (marauito). Pela importância para o desenvolvimento da mesma região, classifico como segundo, o sonho que teve Juscelino Kubitschek. Desejoso de ter um terminal marítimo que servisse Brasília chegou a começar a construir o Porto de Campinho, por ser o ponto do litoral mais próximo da nova capital. Campinho seria ligado a Brasília por ferro-

via. Seguiu sonhando o meu ex-professor Vasco Neto, que desenhou o traçado de uma ferrovia saindo desse porto, seguindo no sentido Oeste até o Oceano Pacífico, no Peru. Vasco conseguiu fazer um traçado do que seria o primeiro corredor bioceânico com pouca declividade, condição imprescindível para a construção de uma estrada de ferro.

Os tempos passaram e surge o Projeto da Ferrovia Oeste Leste (FIOL), saindo das proximidades de Ilhéus, onde se construiria um porto offshore, indo até Figueirópolis, no Estado de Tocantins. Meio caminho andado do sonho, por ir na mesma direção e buscando o sentido Oeste. Junto com a FIOL e o Projeto do Porto Sul, surgiram vários outros entre os quais o Projeto Pedra de Ferro, da Bahia Mineração (Bamin). O objetivo desse projeto é o da extração de minério de ferro de mina situada no município de

Caetité, fazendo o seu beneficiamento com uso de moderna tecnologia via seca e obtendo um concentrado de minério com mais de 65% de teor de ferro. Enquanto a ferrovia e o porto não ficam prontos a Bamin começou a explorar a mina, transportando o concentrado até o terminal ferroviário de Licínio de Almeida, Bahia. A usina construída tem uma capacidade para processar duas mil toneladas por ano e deverá ser ampliada para 18 mil quando a ferrovia e o porto ficarem prontos.

Também estão à espera da FIOL/Porto Sul vários outros projetos de mineração, principalmente os de minérios de ferro. A Companhia Baiana de Recursos Minerais (CBPM) editou recentemente trabalho intitulado "Potencialidade do Minério de Ferro no Estado da Bahia" citando projetos de 10 grandes mineradoras e descrevendo cinco distritos com 39 depósitos de minério de ferro e reservas estimadas em 20 bilhões de toneladas, que poderiam ser explorados. Muitos deles estão na rota da FIOL.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de

minério de ferro tendo produzido 300,4 milhões de toneladas em 2020. O minério de ferro é a principal matéria prima usada na fabricação do aço, liga metálica de ferro e carbono. O Brasil tem uma capacidade instalada de produção de 47,4 milhões de t/ano de aço bruto, porém, em 2020, produziu apenas 31,0 MM de t, tendo exportado 10,7 MM de t devido a seus elevados custos que limitam sua competitividade internacional. Por outro lado, sendo a China o maior produtor mundial de aço bruto (ÁU600 MM t/a), diante do crescente consumo mundial de aço, aumentou sua voracidade por minérios para manter em funcionamento suas siderúrgicas.

A conclusão do Projeto FIOL/Porto Sul, não só é importante para o fortalecimento econômico da Bahia como também estabelece novo vetor de desenvolvimento ao sul, fora da Região Metropolitana de Salvador.

Adary Oliveira é engenheiro químico e professor (Dr.)
adary347@gmail.com

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/02/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Fevereiro de 2021 - 00:00

Senadores baianos são contra a desvinculação de orçamento para saúde e educação

por **Mari Leal**

Desfazer índice ou eliminar reajustes relacionados à variação do valor de determinados elementos. São estes alguns significados do termo “desindexar”, repetido a exaustão nos dois últimos dias, sobretudo pela classe política que ocupa a Câmara e o Senado brasileiro. A discussão está associada a apresentação do texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, discutida no Senado, cujo objetivo é viabilizar a criação de um novo auxílio emergencial de apoio aos brasileiros no contexto da pandemia da Covid-19.

Uma das cláusulas da proposta, que deve ser apreciada ainda esta semana, a fim de garantir o pagamento da nova ajuda financeira a partir de março, prevê a desindexar, ou simplesmente, desvincular o Orçamento federal. Neste caso, deixaria de existir a obrigatoriedade de gastos mínimos em áreas essenciais, a exemplo de saúde e educação.

Apesar de contar com apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), a proposta encontra resistências, a exemplo dos senadores baianos Jaques Wagner (PT) e Otto Alencar (PSD). Ambos recusam a medida como o caminho para a viabilização do novo auxílio.

Para Wagner, a proposta é um verdadeiro “absurda” e “cruel” por “condicionar o pagamento do auxílio emergencial à retirada de recursos de áreas essenciais, como saúde e educação”. “O SUS está sustentando este país. Precisa, portanto, de mais recursos. Na educação, acabamos de aprovar o novo Fundeb, que aumenta a vinculação do orçamento para o ensino básico. Essa proposta desrespeita a população e também o que o Congresso Nacional votou e aprovou de forma quase unânime. Isso é tripudiar sobre a vida das pessoas mais pobres”, opina o petista.

A emenda constitucional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) citada por Wagner foi sancionada em 28 de dezembro de 2020. Caso a desvinculação do Orçamento federal seja aprovada, os repasses essenciais à manutenção das escolas no país ficarão comprometidos. Também contrário à proposta, Otto Alencar (PSB) acredita na possibilidade de derrubada da proposta de desvinculação orçamentária. O senador, no entanto, não detalhou a avaliação.

Já o senador Angelo Coronel (PSD) não opinou sobre a questão. O político, de acordo com sua assessoria está em viagem e com dificuldade de conexão, mas poderá comentar o assunto nesta quarta-feira (24). O Bahia Notícias também buscou contato direto com senador por telefone, mas sem êxito.

Nesta segunda-feira (22), o senador utilizou as redes sociais para “celebrar” os 59 anos de vida da esposa, Eleusa Coronel, que disputou a vice-prefeitura de Salvador na chapa com o deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante). Na publicação, Coronel afirmou que aproveitaria a ocasião para reforçar os laços matrimoniais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 23 de Fevereiro de 2021 - 21:20

Ipea revisa inflação dos alimentos de 3% para 4,6% em 2021

por Diego Garcia | Folhapress



A inflação dos alimentos deve subir mais em 2021 do que o inicialmente previsto pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O instituto revistou a projeção de 3% para 4,6% a alta nos preços da categoria, segundo carta de conjuntura divulgada nesta terça-feira (23).

Com a pressão nos preços dos alimentos, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deve encerrar o ano em 3,7%, aumento superior aos 3,5% previstos anteriormente pelo Ipea.

A variação se deve à perspectiva de um patamar mais alto nos preços internacionais das commodities neste ano e à piora no cenário para a taxa de câmbio, na avaliação do Ipea.

O instituto ressaltou ainda que os preços de energia elétrica e combustíveis devem sofrer um impacto maior do que o inicialmente previsto do câmbio menos valorizado e da alta do petróleo.

Com isso, os preços administrados devem exercer pressão maior na inflação de 2021 --a projeção do Ipea para a categoria passou de 4% para 4,4%.

Por outro lado, a desaceleração da demanda nos serviços, com exceção de educação, fez a expectativa de elevação de preços do segmento recuar de 4% para 3,6%.

Apesar da redução, os serviços devem ser o item com mais peso na alta do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2021. A expectativa do Ipea é que a categoria encerre o ano com inflação maior do que a observada em 2020, de 1,8%.

Em janeiro, a inflação acumulada era de 4,56%, acima do centro da meta estipulada para 2021, de 3,75%.

COVID-19: PREFEITURA E ESTADO PREPARAM NOVAS MEDIDAS PARA CONTER ALTA DA INFECÇÃO



admin 24 Fevereiro, 2021

Os últimos tem sido de muito trabalho para os profissionais da saúde em toda Bahia. Com número de infectados em alta estado vive seu pior momento na Pandemia. Aliados no combate ao vírus, prefeitura e governo do estado estão preparando novas medidas para conter o vírus no estado e em Salvador.

Prefeitura: Após o STF permitir estados e municípios a comprarem vacinas contra o novo coronavírus sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), afirmou que já iniciou as articulações para a compra de imunizantes. Em publicação no Twitter nesta terça-feira (23), ele disse que a decisão "é importante para acelerar" a imunização da população.

"A partir da autorização do STF para a compra das vacinas por Estados e Municípios, já estou articulando para viabilizar a compra direta dos imunizantes. Isso é importante para acelerar a distribuição ao público prioritário e viabilizar a inclusão dos profissionais da educação", pontuou.

Nesta terça, o STF formou maioria para aprovar a aquisição de vacinas contra a Covid-19 por estados e municípios sem a interferência da Anvisa. Além do relator da medida, o ministro Ricardo Lewandowski, também foram a favor os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Carmen Lúcia.

Governo: O Hospital de Campanha da Fonte Nova vai reabrir com 50 leitos de UTI e 30 de enfermaria. As instalações permitem até 100 leitos de terapia intensiva, como informou o governador Rui Costa durante o Papo Correria. Ainda não há data para a reabertura da arena pois está sendo licitada o responsável por operar o espaço. Como parte dos equipamentos ficou no estádio, a remontagem será feita em poucos dias. O governador explicou que vem recebendo oferta de locais para ampliar os leitos Covid-19. Porém, o maior gargalo não é área, mas pessoal. "Essa é uma formação muito específica. Nós não temos médicos para abrir número mais expressivos de leitos", acrescentou Rui.

O programa contou com a presença da subsecretária, Tereza Paim. Rui informou que o titular da Sesab, Fábio Vilas-Boas, já saiu da UTI e voltou para o quarto. O gestor está internado no Hospital Aliança desde sexta-feira (19), após uma piora no quadro de Covid-19. No Papo Correria, Rui fez uma alerta sobre a necessidade de segunda dose de vacina prevista pelos fabricantes dos imunizantes. "Estamos recebendo muito infectado que recebeu a primeira dose", observou. Tereza Paim acrescentou que a Bahia deve receber novas doses nesta quarta-feira (24), mas o Ministério da Saúde ainda não avisou a hora da chegada e a quantidade.

Rui Costa informou que o gargalo para abrir mais leitos não é espaço e aparelhagem, mas equipes médicas. "Essa é uma formação muito específica. Nós não temos médicos para abrir número mais expressivos de leitos", acrescentou Rui. O governador explicou que alguns profissionais atuam em mais de uma unidade e com quase um ano de pandemia se aproximam de uma exaustão.

PARLAMENTARES BAIANOS CULPAM BOLSONARO NA PETROBRAS



admin 24 Fevereiro, 2021

Os parlamentares baianos atribuem ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a culpa pela perda de cerca de R\$ 100 bilhões em valor de mercado da Petrobras, após ele demitir o executivo e presidente da empresa de economia mista, Roberto Castello Branco, anunciando para o seu lugar o general Joaquim Silva e Luna, diretor-geral da Itaipu Binacional.

Nesta terça-feira, 23, Bolsonaro voltou a negar que sua decisão foi para intervir na política de preços da estatal. "O que que eu interferi na Petrobras? Alguém responde aí? O que eu falei para baixar o preço? Nada, zero", disse para a apoiadores na saída do Palácio da Alvorada. "Tem muita coisa errada, o novo presidente vai dar uma arrumada lá (Petrobras), pode deixar", disse.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu um processo para apurar a troca de comando na Petrobras, pois o anúncio do presidente foi feito à revelia do conselho da empresa de economia mista. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), engrossou o coro do presidente, ao afirmar que reação do mercado se tratava de uma "bolha histórica" e reforçou que não haverá qualquer tipo de ingerência na empresa de brasileira de petróleo e gás.

"Isso criou um clima que, para mim, é uma bolha histórica. (...) Será que o presidente da Petrobras era o único que poderia ter a forma do cálculo ideal de como é feita a conta do combustível, do óleo, da gasolina? Não, e não há nenhuma previsão de ingerência". O senador Jaques Wagner (PT) criticou a atual política de preço da Petrobras, que utiliza o mercado externo como referência, remanejando valores a partir da variação do preço do petróleo no mercado internacional. "Considero um erro fazer a empresa simplesmente acompanhar os preços do mercado, os atrelado ao dólar. Isso não interessa ao Brasil".

Wagner lembrou que, quando o PT estava no governo, havia uma preocupação de "conciliar os objetivos da empresa com os interesses dos acionistas majoritários", como define o povo brasileiro. "O Presidente da República foi eleito pelos acionistas majoritários da Petrobras, que são o povo brasileiro. É sua atribuição indicar os membros do Conselho e da diretoria. Minha opinião é que ele deve trabalhar para atender os interesses destes acionistas, e não os do mercado", destacou Wagner.

Questionado sobre o nome de Silva e Luna para o comando da pasta, o senador teceu elogios. "O que posso dizer é que trabalhou comigo, é um profissional aplicado. Não sei qual a orientação dele para dirigir a Petrobras, mas creio que será melhor que o atual, cujo único objetivo é atender ao mercado". O coordenador da bancada de deputados federais e senadores da Bahia, o deputado federal Marcelo Nilo (PSB), fez duras críticas ao presidente, atribuindo um caráter meramente eleitoreiro à sua decisão.

"Ele não se preocupa com o povo, com a economia; sua preocupação é apenas com sua reeleição. Quando ele se deu conta que perdeu o controle dos preços, deixando o mercado regulando completamente e, infelizmente, sempre aumentando o preço do gás, energia, óleo, gasolina, ele resolveu intervir de forma desastrosa, causando um prejuízo de mais de R\$ 100 bilhões, que será coberto com novos aumentos", sinalizou.

Nilo afirma que a ação também busca agradar a classe dos caminhoneiros e evitar uma greve, que segundo o deputado, contribuiu para elegê-lo em 2018. O político destaca ainda que ato também serve para retirar o foco da atuação do governo no combate à pandemia do novo coronavírus: "Isso é para desviar a atenção da incompetência em relação ao combate da pandemia da Covid-19".

O deputado do PSB critica a "falta de planejamento" e "despreparo do Ministério da Saúde". Ele cita que o "Reino Unido vacinou 30 milhões e o Brasil ainda está na casa dos 4 milhões". Ele também fez críticas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). "Lira está conversando bobagem, a prática mostrou que Bolsonaro interviu na Petrobras e foi um desastre. Lira entende de economia como eu entendo de viagem espacial - nada. Agora quem fica pior é o Paulo Guedes, que tem apego a cargo e poder, e agora perdeu completamente a credibilidade perante mercado, o posto Ipiranga está desmoronando. Eu pensei que ele iria renunciar, agora que descobriu que não manda mais em nada", ironizou Nilo.

Para o vice-líder do PT na Câmara dos Deputados, Afonso Florence, o ato demonstra "incompetência, má gestão e até prevaricação", caso "se comprove que Bolsonaro agiu de caso pensado para derrubar ações da empresa pública". Afonso sinaliza que grandes corretoras indicaram venda de papéis da empresa pública e elas próprias começaram a comprar, com um valor mais baixo, essas ações. "A XP indicou venda e está comprando, isso é um jogo de mercado suspeito".

O petista aponta o fim da administração pública de preços, que vigorava nos governos petistas, como uma das medidas para o enfraquecimento de uma gestão em mão dupla, que beneficiava tanto o mercado como os cidadãos. "Esses eram preços administrados, combustíveis, energia elétrica, eram preços geridos por empresas pública, olhando para o interesse nacional e do mercado, de uma forma profissional".

O vice-líder do PT na Câmara acredita que o ato é uma represália de Jair Bolsonaro contra Roberto Castello Branco por ele ter vetado o pagamento de R\$ 100 milhões em publicidade para duas grandes emissoras de canal aberto, como foi revelado no último domingo pelo jornalista Merval Pereira, do grupo Globo. O deputado federal Bacelar (Podemos), classificou o governo Bolsonaro como um "circo de horrores" e a decisão de mudar o comando da Petrobras como uma "intervenção indo de encontro à tudo aquilo que pregou em sua campanha".

"Um presidente que sempre admitiu publicamente não entender de saúde, economia, petróleo, energia, administração, dizia na sua campanha que não vai interferir na administração das estatais e faz uma intervenção nunca usada antes, em nenhum governo desde que me entendo. Isso resultou em um prejuízo, entre R\$ 70 a R\$ 100 bilhões, com esse valor daria para custear o Auxílio Emergencial sem bulir em nada", avaliou o parlamentar do Podemos.

Bacelar afirma que ato poderá ser usado até para "abertura de um processo de impeachment". O político baiano defendeu a atual política de preços da empresa brasileira de petróleo e gás, que classificou como acertada e fundamental para o seu crescimento". O parlamentar se diz contra uma intervenção na política de preços da Petrobras e sugere que um eventual recurso para cobrir uma desoneração de combustível venha da tributação de lucros e dividendos ou de uma reforma tributária que acabe com o sistema perverso de tributação sobre produtos e sobre a produção.

RUI DIZ QUE NEGOCIA VACINAS DA PFIZER E SPUTNIK



admin 23 Fevereiro, 2021

O governador Rui Costa afirmou nesta terça-feira, 23, que já busca comprar vacinas da contra a Covid-19 para a Bahia. Para isso, já existe reunião virtual marcada essa semana com a Pfizer, cujo registro definitivo foi aprovado nesta terça pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Além disso, o governador tenta agendar uma conversa com os fabricantes da vacina russa Sputnik V.

“A decisão do STF espaço para que a gente corra atrás da vacina. Desde o final de semana passado, estava buscando articulação para retomar las negociações. Ninguém ia ficar com vacina estocada esperando o Brasil. Em dezembro, anunciei que tinha um pré-contrato com a vacina russa. Ofereci ao governo federal, disse que abriria mão e eles poderiam comprar”, disse o chefe do Executivo estadual, em transmissão nas redes sociais. Nesta tarde o STF autorizou que estados e municípios tenham autonomia na compra de vacinas.



Posted in DESTAQUE DO DIA, ECONOMIA / POLÍTICA

GOVERNADOR REAFIRMA QUE PODE “HAVER FECHAMENTO TOTAL”



admin 23 Fevereiro, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), admitiu que poderá decretar fechamento total no estado se as medidas paliativas de toque de recolher e as recomendações de isolamento não funcionarem para conter a segunda onda da Covid-19. A informação foi confirmada em seu programa nas redes sociais na noite de hoje, 23, o Papô Correria.

“Em mais duas semanas, o Brasil vai estar vivendo uma tragédia nacional. [...] Esse vírus contagia mais rápido do que o outro e é mais letal. Há possibilidade sim de haver fechamento total, que o povo chama de lockdown. Quero que as pessoas compreendam que estamos indo progressivamente para ganhar a consciência e a colaboração das pessoas”, ressaltou, afirmando que se as medidas de toque de recolher não funcionarem, terá que tomar medidas mais duras.

Ainda na transmissão, foi informado que um novo lote de vacinas distribuídas pelo Ministério da Saúde deverá chegar a Bahia nesta quarta-feira (24).

CADE NOTIFICA PETROBRÁS SOBRE VENDA DE REFINARIA NA BAHIA



admin 23 Fevereiro, 2021

A Procuradoria Federal Especializada (PFE) que atua junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) notificou a Petrobrás nesta terça-feira, 23, sobre a necessidade de aval do órgão regulador para a venda de refinarias controladas pela estatal.

A manifestação, assinada pelo procurador-chefe do Cade, Walter de Agra Júnior, foi enviada ao advogado da Petrobrás, André Tostes, na esteira das negociações para compra da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, pela Mubadala Investment Company, dos Emirados Árabes, com uma oferta de 1,65 bilhão de dólares.

Em junho de 2019, o Cade e a Petrobrás assinaram um termo de compromisso para a abertura do mercado de refino, com previsão de privatização de oito refinarias. Em troca da suspensão de uma investigação por possível abuso econômico da estatal, uma das prerrogativas concedidas ao Cade foi a análise prévia das propostas de venda pactuadas, afirma a Procuradoria.

“Qualquer ato de concretização/consumação de desinvestimento em sede de cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Compromisso de Cessação – TCC formalizado nos autos do presente processo deve obedecer à sua cláusula 4.4: análises antitruste detalhadas da aquisição dos Ativos Desinvestidos pelos compradores deverão ser feitas em notificações de atos de concentração independentes ao Cade, na medida em que a notificação for obrigatória nos termos legais”, diz um trecho do ofício.

O procurador lembra ainda que o Cade tem até um ano para pedir a submissão dos ‘atos de concentração’ que não se enquadrem na lei. “Por tais razões sugere-se que não seja concretizada qualquer das vendas acordadas no TCC sem a prévia análise da proposta integral pelo Cade”, registra o documento.

A perspectiva de venda da Refinaria Landulpho Alves tem dado dor de cabeça à Petrobrás. Sindicatos de petroleiros na Bahia, ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP), chegaram a anunciar greve na semana passada, mas voltaram atrás na decisão. Em outra frente, a entidade sindical também encabeça, ao lado do senador Jaques Wagner (PT-BA) e do Sindipetro-Bahia, uma ação na Justiça Federal do Estado para suspender a transação em razão do valor ofertado, considerado muito baixo. Foi enviada ainda uma representação do Tribunal de Contas da União (TCU) contra a privatização.

RUI COMEMORA AUTORIZAÇÃO DO STF PARA ESTADOS COMPRAREM VACINA



admin 23 Fevereiro, 2021

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) formar maioria nesta terça, 23, para permitir a compra de vacinas contra a covid-19 por Estados e municípios, foi a vez do governador Rui Costa usar suas redes sociais para comemorar a decisão.

"O STF mostrou compromisso com a vida", disse Rui via Twitter. "Já comecei a me movimentar para viabilizar a compra de vacinas para a Bahia", garantiu.

O entendimento firmado pela Corte é de que Estados e municípios podem comprar e distribuir vacinas caso o Ministério da Saúde falhe ou seja omissivo com o Plano Nacional de Imunização (PNI) ou na hipótese em que a cobertura planejada pela pasta não seja suficiente contra a doença.



JANEIRO DE 2021 BATE RECORDE COM A ABERTURA DE 2.624 NOVAS EMPRESAS NA BAHIA



admin 23 Fevereiro, 2021

A Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), registrou, em janeiro deste ano, a abertura de 2.624 novas empresas. O número de constituições foi o maior se comparado aos janeiros dos últimos dois anos, 2.011 (2020) e 1.995 (2019), indicando que esta pode ser uma aposta para todo ano de 2021. Outro dado a ser destacado é que após 2 anos, o saldo entre constituições e extinções de empresas foi positivo em janeiro.

"Depois de quase um ano vivendo a pandemia da Covid-19, anunciar esses números é animador. O cenário econômico ainda é preocupante, mas a abertura de novas empresas mostra que o empreendedorismo tem sido uma alternativa para muitas pessoas", declara o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Andrea Mendonça, presidente da Juceb, afirma que otimismo é o sentimento sobre os dados apurados pelo órgão em janeiro. "Eles refletem o movimento positivo da economia. E é sinal que nós baianos continuamos apostando no empreendedorismo, que muito contribui para a inovação e, conseqüentemente, geração de emprego e renda no nosso Estado", aponta.

A Juceb encerrou 2020 com um total 27.030 empresas abertas. O segmento do Comércio encabeçou o ranking e foi responsável por 42% do total de aberturas de empreendimentos na Bahia ano passado.

Foto: Ilustrativa



Justiça pede esclarecimentos sobre apps de desconto em combustível

Notificação foi enviada a distribuidoras pela Secretaria do Consumidor



Foto: Ciete Silvério /Fotos Públicas

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, notificou as principais distribuidoras de combustíveis do país para que apresentem esclarecimentos sobre a utilização de aplicativos de concessão de descontos e outros benefícios aos consumidores.

As empresas terão ainda que responder sobre o uso dos dados dos consumidores capturados pelos aplicativos, a garantia de qualidade dos combustíveis e a composição de preço dos combustíveis. Segundo a pasta, a notificação foi enviada ontem (22).

As empresas notificadas têm prazo de dez dias para responder aos questionamentos, a contar do recebimento da notificação. Os aplicativos são usados pelos consumidores, que cadastram informações pessoais, e ganham descontos no abastecimento em redes de postos de combustíveis.

“As respostas às notificações serão analisadas de forma crítica, a fim de identificar como é tratada a relação entre as distribuidoras e revendedoras na composição de preços e na qualidade dos combustíveis fornecidos aos consumidores e como têm sido utilizados os aplicativos para

fidelização de consumidores”, afirmou o coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon, Frederico Moesch, de acordo com a assessoria do ministério.

Em outra medida sobre o setor, o presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que obriga os postos revendedores a informar aos consumidores os preços reais e promocionais dos combustíveis. A medida foi publicada na edição desta terça-feira do Diário Oficial da União e entra em vigor em 30 dias.

Veículo: bahia.ba	
Data: 24/02/2021	Caderno: Brasil



Rio e SP fazem operação conjunta contra fraudes de ICMS

Estão sendo fiscalizadas na ação 66 empresas por emissão de notas fiscais que somam R\$ 5,4 bilhões



Foto: Daniel Isaia/Agência Brasil

As secretarias estaduais de Fazenda do Rio e de São Paulo fazem nesta quarta-feira (24) uma operação conjunta para combater fraudes envolvendo créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Sessenta e seis empresas estão sendo fiscalizadas na ação.

Segundo a Secretaria Estadual de Fazenda do Rio, essas empresas são suspeitas de simular operações, supostamente vendendo mercadorias para São Paulo, com o objetivo de gerar créditos indevidos de ICMS.

Essas empresas investigadas emitiram notas fiscais num valor total de R\$ 5,4 bilhões, o que gerou benefícios indevidos de R\$ 600 milhões em créditos de ICMS.

De acordo com a Secretaria Estadual de Fazenda de São Paulo, as notas fiscais são emitidas com destaque do imposto (ICMS), que é utilizado como crédito pelos destinatários paulistas na

apuração do imposto devido em operações posteriores. Assim, o participante do esquema usa esses créditos para pagar menos imposto ao Estado de São Paulo, causando prejuízos ao erário e à concorrência.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 23/02/2021	



Janeiro de 2021 bate recorde com a abertura de 2.624 novas empresas na Bahia

23 fevereiro 2021



A Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), registrou, em janeiro deste ano, a abertura de 2.624 novas empresas. O número de constituições foi o maior se comparado aos janeiros dos últimos dois anos, 2.011 (2020) e 1.995 (2019), indicando que esta pode ser uma aposta para todo ano de 2021. Outro dado a ser destacado é que após 2 anos, o saldo entre constituições e extinções de empresas foi positivo em janeiro.

“Depois de quase um ano vivendo a pandemia da Covid-19, anunciar esses números é animador. O cenário econômico ainda é preocupante, mas a abertura de novas empresas mostra que o empreendedorismo tem sido uma alternativa para muitas pessoas”, declara o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Andrea Mendonça, presidente da Juceb, afirma que otimismo é o sentimento sobre os dados apurados pelo órgão em janeiro. “Eles refletem o movimento positivo da economia. E é sinal que nós baianos continuamos apostando no empreendedorismo, que muito contribui para a inovação e, conseqüentemente, geração de emprego e renda no nosso Estado”, aponta.

A Juceb encerrou 2020 com um total 27.030 empresas abertas. O segmento do Comércio encabeçou o ranking e foi responsável por 42% do total de aberturas de empreendimentos na Bahia ano passado.

Zero papel

Em paralelo a essa retomada, frente ao período de pandemia, a Juceb informa que aprimorou o atendimento 100% digital, possibilitando que o empresário realize todo o processo sem precisar sair de casa ou escritório. A plataforma digital da Juceb garante a análise de cada processo com eficiência e com toda segurança física aos usuários.

Fonte: Ascom/ SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 23/02/2021	



Requalificação da Marina da Penha já tem 60% das obras concluídas

23 fevereiro 2021



A Marina da Penha, no bairro da Ribeira, em Salvador, já tem 60% das obras concluídas. A requalificação do equipamento náutico está inclusa no escopo do Prodetur Bahia, que beneficia 18 municípios do entorno da Baía de Todos-os-Santos. Sob a responsabilidade da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), o programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nesta terça-feira (23), o secretário de Turismo do Estado, Fausto Franco, visitou a obra, que inclui a construção de restaurante, cafeteria, prédio administrativo, pequenos auditórios, rampa de acesso, flutuantes e mais de 140 vagas para embarcações, divididas entre secas e molhadas, dentre outros. O equipamento está inserido em uma área de 5,4 mil metros quadrados, sendo 2 mil deles de área construída.

“Além moderna, a Marina da Penha vai oferecer estruturas adequadas para a chegada e guarda dos barcos, bem como para a recepção dos visitantes. Esta via servirá como mais uma rota para quem desejar desfrutar das belezas e atrativos da Cidade Baixa, a exemplo da própria Ribeira e da Igreja do Bonfim, fomentando comércio e serviços na região”, explicou Fausto, destacando que o valor do investimento no local é de aproximadamente R\$ 20 milhões.

Ao todo, a Baía de Todos-os-Santos está recebendo uma intervenção cultural (Museu Wanderley Pinho, em Candeias) e 13 intervenções náuticas, dentre elas, 4 marinas (Penha, em Salvador; Salinas da Margarida; Itaparica; e Cacha Pregos, em Vera Cruz).

Fonte: Ascom/ Setur

Veículo: Gov Bahia	
Data: 23/02/2021	



Lançado edital para gestão do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova

23 fevereiro 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Foi publicado, no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (23), o edital para contratação de uma organização social que fará a gestão do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova. A expectativa é que os leitos sejam abertos até o final da semana.

O edital contempla 200 leitos, sendo 100 de Terapia Intensiva (UTI) e 100 clínicos, que serão abertos progressivamente. De imediato estarão disponíveis 50 leitos de UTI e 30 clínicos. “Neste momento é preciso reconhecer que há uma dificuldade na mobilização de profissionais intensivistas, que são especializados no atendimento e tratamento de pacientes graves. Além do número reduzido, muitos já atuam em outras unidades e não tem mais carga horária disponível ou estão exaustos em virtude dos 11 meses de pandemia”, afirma a subsecretária da Saúde, Tereza Paim.

Os interessados poderão obter o edital no site www.comprasnet.ba.gov.br e, em caso de dúvidas, podem enviar um e-mail para dlc.licitacao@saude.ba.gov.br.

Fonte: Ascom/Secretaria da Saúde do Estado (Sesab)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 23/02/2021	



Governo entrega mais 10 mil máscaras para povos e comunidades tradicionais da Bahia

23 fevereiro 2021



Foto: Sepromi

O Governo do Estado enviou, nesta terça-feira (23), 10 mil máscaras reutilizáveis de tecido para serem distribuídas a povos e comunidades atendidas pelos programas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi). Com essas, mais de 170 mil unidades já foram entregues para a Sepromi, desde o início da pandemia do coronavírus. As máscaras são destinadas para famílias de comunidades das periferias, dos segmentos quilombolas, indígenas, fundos e fechos de pasto, grazeiros, extrativistas, dentre outros.

As máscaras foram adquiridas junto a 603 associações, cooperativas e empresas habilitadas para a produção de mais de 13 milhões de unidades, gerando oportunidade de trabalho em toda a Bahia, numa ação realizada em parceria entre as secretarias do Planejamento (Seplan), Desenvolvimento Econômico (SDE) e Desenvolvimento Rural (SDR). Além dessas, o Governo do Estado adquiriu outras 2,6 milhões de máscaras através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

“O Governo da Bahia não tem poupado esforços no combate a esta terrível pandemia, inclusive distribuindo sistematicamente máscaras em todo o território baiano. Estamos atravessando um momento crítico e precisamos que as pessoas utilizem máscaras, pratiquem o distanciamento social e higienizem as mãos com frequência. Só vamos vencer esta guerra com a mobilização de toda a sociedade”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

A secretária estadual de Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis, destaca que “este é, sem dúvidas, um esforço conjunto do Governo do Estado, agregando ações de diversas secretarias no cuidado com a nossa gente. Assim, as políticas de proteção e inclusão da população negra e dos segmentos tradicionais são ainda mais ampliadas num momento tão delicado, somando ao trabalho de lançamento de campanhas e editais específicos para este contexto”.

Fonte: Ascom/Seplan

Veículo: Política Livre	
Data: 24.02.2021	Caderno: Economia



Já comecei a me movimentar para viabilizar a compra de vacinas para a Bahia’, diz Rui após decisão do STF

BAHIA

Através de suas redes sociais, o governador Rui Costa (PT) comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que na tarde desta terça-feira (23) autorizou estados e municípios a comprar vacinas contra a Covid-19 (veja [aqui](#)).

“O STF mostrou compromisso com a vida, formou maioria e autorizou que Estados e Municípios possam comprar vacinas contra a #Covid19. Já comecei a me movimentar para viabilizar a compra de vacinas para a Bahia. Estou trabalhando para poder, brevemente, dar boas notícias aos baianos”, escreveu Rui no Twitter.

POSTO DE COMBUSTÍVEIS NA BARRA VENDE GASOLINA EM 3 VS NOS CARTÕES

Atração para os consumidores com preços dos combustíveis nas alturas

Tasso Franco, da redação em Salvador | 22/02/2021 às 14:37



Atração para os consumidores com preços dos combustíveis nas alturas

Foto: BJA

Com o preço dos combustíveis nas alturas, a gasolina R\$5,25 e o óleo diesel a R\$4,04 o litro este posto na Av Oceânica, Barra, parcela os produtos em 3 vezes sem juros. Os consumidores diante da pandemia do coronavírus reduziram as saídas de casa para o trabalho (muitos estão trabalhando em casa nos seus home-offices) e para o lazer e a venda de combustíveis caiu drasticamente, em alguns postos.

O presidente Jair Bolsonaro para atender aos caminhoneiros que ameaçam uma paralisação diante do aumento do diesel demitiu o presidente da Petrobras. As ações da empresa na Bolsa de Valores de SP caíram 20% e a empresa perdeu 100 bilhões de reais no seu valor de mercado.



As mentiras e as interferências que podem causar guerra com os Estados

Charles Alcantara*

24 de fevereiro de 2021 | 06h15

Acompanhamos há anos a dificuldade fiscal de estados e municípios e uma concentração exacerbada de poder e arrecadação na União. Agora, o presidente Jair Bolsonaro busca implodir o federalismo brasileiro, interferindo diretamente na autonomia dos estados ao tentar mexer em uma das principais fontes de arrecadação dos entes, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Usurpar a competência dos estados e tentar interferir na definição das alíquotas do imposto pode ser interpretado como uma declaração de guerra de um presidente perdido e refém do desejo do mercado financeiro e das elites. Os recentes aumentos no preço dos combustíveis têm uma origem e um culpado, a política de reajuste de preços da Petrobras. Entretanto, os estados estão sendo culpados pelo governo federal, mais diretamente pelo presidente Jair Bolsonaro, que almeja interferir diretamente no ICMS.

O tributo é aplicado sobre mercadorias e serviços e é a principal fonte de arrecadação dos estados. Boa parte do montante recolhido pelo ICMS vem dos combustíveis. Pela Constituição, cada ente federativo tem autonomia para definir suas alíquotas e a maioria dos estados não aumenta os impostos há anos, mesmo em crise econômica.

Em uma tentativa sórdida de ocultar sua responsabilidade e se omitir perante os recorrentes aumentos nos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras, Jair Bolsonaro tenta culpar o ICMS e os governadores pelo valor da gasolina, diesel e afins.

Com sua retórica, Bolsonaro tenta interferir de maneira direta na autonomia estatal, se omite mais uma vez e deixa de enfrentar o real problema, o que favorece apenas os acionistas da Petrobras e afeta diretamente a população, que sofre com as sucessivas altas nos combustíveis. O vilão não é o ICMS, está longe de ser, estados e a população ficam à mercê dos factoides presidenciais.

Os estados, mesmo em grave crise fiscal, se esforçam para socorrer a população neste momento de pandemia. Alguns têm atuado para compensar a ausência do Executivo, inclusive com a implementação de programas locais de transferência de renda e de socorro às micro e pequenas empresas.

A reforma tributária tem o potencial de corrigir o sistema tributário e implementar a progressividade no Brasil, mas foi colocada em segundo plano pelo governo por uma reforma administrativa antipovo. A Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) elaborou um estudo com medidas emergenciais para enfrentar a crise agravada pela pandemia e corrigir discrepâncias do sistema tributário, tornando-o justo e progressivo.

As medidas elencadas pela Fenafisco, em conjunto com outras entidades do Fisco, são focadas na correção das desigualdades, tem potencial arrecadatório de cerca de R\$ 3 trilhões nos próximos 10 anos. As medidas são voltadas para tributação dos super-ricos – aqueles que tem mais de R\$ 10 milhões em patrimônio – e ajudam a tornar o sistema progressivo, já que os mais ricos pagam menos impostos que o restante da população atualmente.

Os aumentos da Petrobras não ficam apenas nas bombas de combustível, eles influenciam toda a camada consumidora e faz com que o preço dos produtos suba ainda mais, principalmente os alimentícios. As camadas mais pobres, que estão sofrendo com o fim do auxílio emergencial e aumento da pobreza e miséria, agora precisam lidar com mais uma desvaneio presidencial.

***Charles Alcantara é presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)**

mercado



Homem à frente da sede da Petrobras, no Rio; ações preferenciais, as mais negociadas, se recuperam e sobem 12% Ricardo Moraes - 22.fev.21/Reuters

Intervenção na Petrobras afugenta investidor estrangeiro

Troca no comando da estatal lança dúvidas sobre influência que Guedes ainda exerce na política econômica

Marina Dias

WASHINGTON A intervenção do presidente Jair Bolsonaro no comando da Petrobras foi o golpe mais forte na confiança do investidor estrangeiro desde o início deste governo e provocou novas dúvidas sobre o tamanho do poder que o ministro Paulo Guedes (Economia) ainda exerce sobre a política econômica do Brasil. Os donos do dinheiro no exterior já estavam bastante cautelosos quanto a fazer aportes no Brasil, que tem perdido relevância global por causa da piora de seus indicadores econômicos e não possui grau de investimento há algum tempo. Assim, o impacto da interferência do presidente na estatal do petróleo causou temor de um efeito cascata em outras empresas públicas e deve ter reflexos a longo prazo no mercado externo.

Muitos dos investidores nos EUA não acreditam que Guedes deixará o cargo em breve. Dizem que o ministro — que sempre afirmou ter sido rejeitado pelos intelectuais da economia — agora se sente aceito no poder.

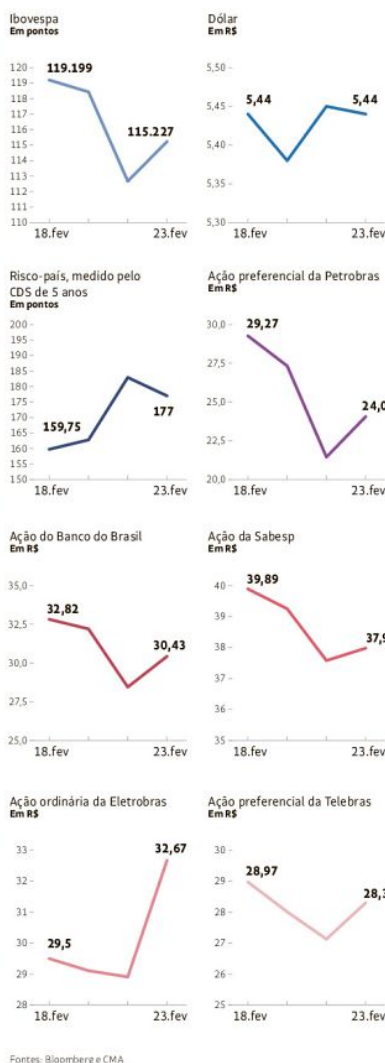
As perguntas que fazem, porém, são sobre a influência que ele terá como fador de uma agenda liberal daqui para a frente, diante da postura intervencionista de Bolsonaro. No fim da semana passada, o presidente anunciou a troca no comando da Petrobras, como indicação do general Joaquim Silva e Luna no lugar de Roberto Castello Branco, economista ligado a Guedes.

A reação do mercado foi histórica, com reflexos negativos na Bolsa, câmbio, risco-país, juros futuros, e a revisão generalizada nas avaliações de bancos e agência de classificação de risco em relação às estatais do país — agora vistas com mais pessimismo.

As ações da Petrobras caíram mais de 21,5% só na segunda-feira (22) e a companhia chegou a perder R\$ 122,5 bilhões em valor de mercado desde sexta-feira (19), quando Bolsonaro anunciou a troca do comando na estatal.

Em Nova York, as ADRs (certificados de ações negociados nos Estados Unidos) da Petrobras caíram 21% na segunda.

Estatais e índices se recuperam no pregão de terça, mas ainda seguem impactados pela intervenção de Bolsonaro



Fontes: Bloomberg e CMA

Esses papéis, que geralmente estão na 34ª posição entre os mais negociados, ficaram em 5º lugar na data, movimentando US\$ 1,64 bilhão, contra média diária de US\$ 400 milhões.

A reação negativa do mercado arrefeceu nesta terça-feira (23) após Bolsonaro aliviar o discurso intervencionista e o governo sinalizar, ao longo do dia, que iria destravar o processo de privatização da Eletrobras. Ainda assim, a petroleira acumulava perda de R\$ 73,5 bilhões no Brasil.

Em NY os papéis subiram 6,68% nesta terça.

Investidores e analistas ouvidos pela Folha afirmam que a interferência de Bolsonaro causou preocupação no mercado estrangeiro, que vê nas ações da Petrobras o principal termômetro da economia do Brasil, e pode ter afugentado os poucos investimentos que entravam no país.

"A reação do mercado diz tudo sobre a reação de investidores. Sem dúvida, o que aconteceu não ajuda a convencer estrangeiros a voltar a investir no Brasil", diz Will Landers, chefe de renda variável para a América Latina do BTG Pactual.

"Começou a entrar um pouco de dinheiro estrangeiro [no Brasil] em novembro. [Esse movimento] tinha continuado nos primeiros 45 dias do ano, mas Petrobras caiu 20% em um dia não ajuda ninguém."

Desde o início do governo Bolsonaro, investidores estrangeiros têm esperado o que chamam de melhor momento para colocar dinheiro no país, mas isso ainda não aconteceu de maneira efetiva e em grande escala.

"Os investidores estrangeiros já não estavam otimistas com o Brasil, estavam agindo com bastante cautela, e o país estava fora das principais escolhas dos gestores", afirma Victor Scalet, estrategista macro da XP Investimentos. "Então não dá para dizer que houve uma grande decepção entre os investidores."

A pandemia e a crise econômica global pioraram o cenário para o Brasil como porta de entrada de dinheiro estrangeiro, mas a avaliação de especialistas é que trocar o comando da Petrobras desta maneira abalou a confiança de forma generalizada — para além do setor energético. Scalet diz que o impacto foi forte, mas com diferenças sobre cada tipo de investidor.

"Para quem trabalha sobre empresas, bateu mais forte, e a principal dúvida é se vai haver um efeito cascata de interferência do governo em outras estatais."

Já para os investidores que operam de olho na macroeconomia do país, explica, as dúvidas são no sentido de se vai haver uma reorientação na política econômica do país. O que mais incomodou os

donos do dinheiro no exterior foi a postura de Bolsonaro, que ameaçou nas redes sociais esta e outras intervenções.

As vésperas das eleições de 2022, eles dizem, o presidente pode adotar novas atitudes intervencionistas ou populistas para tentar conter a alta da inflação e a queda de sua popularidade.

Os investidores estão observando, principalmente, dois fatores a partir de agora: qual impacto das interferências na direção da empresa e na política de preço dos combustíveis e qual o papel que Guedes vai exercer nos próximos meses.

O temor do mercado é justamente uma guinada intervencionista de Bolsonaro, nos moldes do governo Dilma Rousseff. A ex-presidente impediu o reajuste do preço dos combustíveis para tentar controlar a inflação e provocou perdas bilionárias para a Petrobras.

Até os mais otimistas, que acreditavam que Bolsonaro seguiria o roteiro liberal de Guedes, mesmo com certos limites e apesar de seu histórico nacionalista, ficaram mais céticos nos últimos dias.

Nesta terça (23), Guedes era o principal convidado de um evento virtual promovido pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CESI). Ao lado do embaixador do Brasil em Washington, Nestor Forsster, o ministro falaria a analistas e investidores americanos sobre a tentativa de entrada do Brasil na OCDE, apesar de as expectativas dos convidados terem se voltado para a Petrobras nos últimos dias.

Trinta minutos antes do início, porém, Guedes avisou que havia tido um imprevisto e não compareceria ao evento.

Ainda defasada, estatal sobe mais de 12% após tomb

A Petrobras recuperou R\$ 28,98 bilhões dos R\$ 102,5 bilhões em valor de mercado perdidos com a interferência de Jair Bolsonaro (sem partido) na estatal. Nesta terça-feira (23), as ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras subiram 12,16%, para R\$ 24,06, após caírem 21,51% na segunda (22). As ordinárias (com direito a voto) tiveram alta de 8,95%, para R\$ 23,48. "As sinalizações são que essa é uma intervenção pontual, sem intervenções no conselho e na diretoria da empresa, até mesmo pelo respaldo estatutário da Petrobras, que não permite que essas ações sejam feitas", diz Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos. Com a alta, o valor de mercado da petroleira foi para R\$ 309,53 bilhões. Na véspera, eram R\$ 280,55 bilhões.

Bolsonaro obriga postos a informar composição dos preços

Ricardo Della Coletta e Diego Garcia

BRÁSILIA E RIO DE JANEIRO O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que obriga postos de gasolina a informar a composição do valor cobrado por combustíveis.

O decreto determina que os postos revendedores deverão fixar um painel em seus estabelecimentos, em local visível, com os valores estimados do ICMS e de tributos federais que incidem sobre combustíveis.

O quadro informativo deverá conter o preço de referência para o ICMS e o valor da PIS/Cofins, além do da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Também deverá estar visível no posto o valor médio regional no produtor ou no importador.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, o objetivo é que os consumidores tenham "mais clareza dos elementos que resultam no preço final".

"Isso dará noção sobre o real motivo na variação de preços. O decreto também obriga os postos a disponibilizar informações sobre os descontos vinculados ao uso de aplicativos de fidelização", diz a Secretaria-Geral.

Os postos terão dificuldade para cumprir o decreto, segundo análise da federação da categoria.

Análise dos postos é que eles são substitutos tributários, pois o recolhimento dos impostos é feito em elos anteriores da cadeia de distribuição, o que impede o detalhamento pedido pelo presidente.

A categoria compra o combustível das distribuidoras, que por sua vez adquiriram das refinarias. Ou seja, segundo os postos, quando eles recebem a gasolina e o diesel, os impostos já foram recolhidos.

Assim, para conseguirem informar a composição dos valores, os postos precisariam ter essas informações nas notas fiscais emitidas anteriormente.

Bolsonaro enfrenta pressão pela alta no preço dos combustíveis, principalmente de caminhoneiros que se queixam das variações do valor cobrado pelo diesel. O preço do Planalto é que a insatisfação da categoria — próxima a Bolsonaro — leve a nova greve, como a que paralisou o Brasil em 2018. O presidente costuma se defender responsabilizando o ICMS, cobrado por estados.

Bolsonaro enviou ao Congresso projeto que prevê a unificação das alíquotas do imposto, mas a ideia sofre resistência de estados que perderiam arrecadação.

Em meados de fevereiro, Bolsonaro chegou a pedir a seus seguidores nas redes sociais que abastecessem seus veículos com R\$ 100 e compartilhassem a nota fiscal. O objetivo do presidente era questionar o ICMS dos combustíveis cobrado pelos estados.

Em outra frente, ele prometeu zerar tributos federais sobre o diesel durante dois meses e determinou a troca do atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, pelo general Joaquim Silva e Luna.

RS 4,62 é o preço médio da gasolina nos postos do estado de São Paulo, segundo a ANP

RS 3,82 é o preço médio do litro do diesel no estado

Guedes e o show da venda da Eletrobras

De concreto, MP apenas permite estudo da privatização, rejeitada no Congresso

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro não tinha ideia do tamanho da bobagem que fazia com seu chique da Petrobras. Depois do grande sururu nos mercados financeiros e da desmoralização adicional de Paulo Guedes, resolveu passar um leite condensado no seu faniquito estatista e no ministro amargo e amargurado. Junto uma corte de ministros e foi no início da noite desta terça-feira (23) ao Congresso em entregar ele mesmo uma medida provisória que prevê a privatização da Eletrobras.

Um ministro do Planalto diz

que Bolsonaro "sentiu a paulada" e resolveu dar "um passo atrás" no caso da Petrobras. O presidente ainda quer que inventem algum modo de dar previsibilidade aos reajustes de preços — disse não abriria mão, pois seria desautorizado. "Não dá para ter um anúncio por semana de reajuste de combustível"; teria dito Bolsonaro. Quer também que a venda da Eletrobras permita a redução de preços de eletricidade. Mas concordou em moderar a pauta na petroleira e fazer um "gesto" para prestigiar Guedes, que de "superministro" (de nada) vinha sendo reduzido à condição de meme de redes sociais. A MP da Eletrobras serviu para fazer um show.

Do que trata a MP, entre muitos assuntos complicados de concessões do setor elétrico? Na verdade, trata-se de vender novas ações da "holding", o suficiente para fazer com que o governo deixe de ser seu controlador, ideia que vem de 2016, de Michel Temer. Obviamente, ninguém vai vender ou comprar ação alguma antes de haver um planejamento financeiro da venda ("modelagem"). Mas a medida provisória (MP) permite que o BNDES comece a "modelar" a venda.

Até o ano passado, o Congresso não queria aprovar o projeto de lei de privatização da Eletrobras, ignorado em um escaninho. Até a semana passada, não queria ouvir falar de MP de privatização, ideia lançada pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no início deste mês e espalhada por um monte de parlamentares desse mesmo centro que "dá o maior apoio" ao

governo. Albuquerque andava negociando a MP. Dizia que a "modelagem" da venda ficaria pronta neste ano. As ações seriam vendidas em 2022.

A Eletrobras é a cabeça de um sistema de empresas: Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e metade de Itaipu, entre outros agregados. Eletronuclear (as usinas de Angra) e Itaipu ficariam na mão do governo. O resto, se vier privatizado, fica na mão de acionistas privados, nenhum deles com mais de 10% das ações da nova empresa. A Eletrobras é responsável por algo mais do que 35% da geração de energia elétrica no Brasil.

Parte do Congresso não quer privatizar a Eletrobras porque a empresa é uma das grandes vacas leiteiras de cargos gordos restantes no mundo das estatais, com peso grande em Minas, Nordeste, Norte e Sul do país. As empresas têm influên-

cia em várias outras políticas das regiões em que atuam. O próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse em janeiro que a privatização da Eletrobras não era prioridade do Congresso.

"O movimento de 'prestigiar' Guedes deve continuar. Deve-se dar um empurrão no projeto de venda dos Correios, por exemplo. Algo mais deve entrar na fila de modo a disfarçar esse grande fracasso do grande liberal, as privatizações.

Não se sabe o que vai passar desses projetos. Ainda não se entende bem o acordo ou a relação de Arthur Lira, presidente da Câmara, com o governo e com sua base centroeira. As ambiciosas PECs de ajuste fiscal lançadas em 2019 foram reduzidas a arrochinho hipotético, por exemplo. A MP da Eletrobras pode ser liopospirada ou amputada.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Conselho abre caminho para troca na Petrobras

Sem unanimidade, colegiado aprova assembleia que votará indicação de general e reforça que manterá política de preços

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em sua primeira reunião após o anúncio de que o governo quer trocar o comando da companhia, o conselho de administração da Petrobras aprovou nesta terça (23) a convocação de assembleia de acionistas para votar a substituição de Roberto Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna.

Em nota distribuída após a reunião, o conselho frisou que "continuará a zelar com rigor pelos padrões de governança da Petrobras, inclusive no que diz respeito às políticas de preços de produtos da companhia", em um recado contra tentativas de interferência do governo.

Apesar de negar interferências na política de preços, o presidente Jair Bolsonaro tem feito críticas à gestão Castello Branco, especialmente aos últimos reajustes nos preços dos combustíveis, desde que anunciou o desejo de trocar o comando da estatal.

Com a saída de Castello Branco do conselho, outros sete conselheiros também

serão ser destituídos, já que todos foram eleitos de forma conjunta em 2020. Assim, a assembleia, que ainda não foi agendada, vai eleger oito novos conselheiros.

O governo já avisou à Petrobras, porém, que quer reconduzir os executivos que ocupam atualmente as vagas da União no colegiado, excluindo a de Castello Branco, que será substituído por Silva e Luna.

A aprovação não foi unânime — 3 dos 11 membros do colegiado votaram contra a convocação da assembleia. Castello Branco não votou, e Nívio Ziviani não participou da reunião. A Petrobras não divulgou o mapa de votação.

Na reunião, que durou cerca de dez horas, Castello Branco se queixou ao conselho da maneira como sua substituição foi anunciada, primeiro com declarações públicas de Bolsonaro e depois em uma publicação do presidente da República em uma rede social.

Recebeu o apoio dos conselheiros, principalmente aqueles menos alinhados ao governo — entre as indicações feitas pela União, há dois milita-

res e seis executivos ligados ao mercado, com experiência na atuação em conselhos de administração.

Nesse sentido, o conselho registrou no comunicado enviado à CVM apoio ao cumprimento integral do mandato da diretoria vigente, que vence no dia 20 de março.

No fim da semana passada, os conselheiros independentes da estatal chegaram a ameaçar renúncia coletiva, mas recuaram após avaliação de que a empresa está blindada contra intervenções em sua política de preços e a demora na troca do presidente provocaria mais prejuízo aos acionistas.

"O nó górdico da questão estaria na suposta interferência futura na política de preços, problema aparentemente insolúvel mas que, há muito, já fora resolvido de maneira simples e eficaz", disse o conselheiro Leonardo Antonelli à Folha, citando artigo do estatuto social criado na gestão Pedro Parente que obriga a empresa a cobrar da União eventuais prejuízos causados por políticas públicas.

A troca na empresa foi con-

firmada por Bolsonaro na noite de sexta (19), mais de um dia depois das primeiras declarações sobre sua insatisfação com a gestão Castello Branco e já em meio à reação do mercado.

Nesta terça (23), Bolsonaro voltou a defender a nomeação de Silva e Luna, dizendo que o executivo "vai dar uma arrumada" na Petrobras.

"Vocês vão ver a Petrobras como vai melhorar. Assim como se tiver que fazer qualquer mudança nós faremos. Não vem a imprensa, a imprensa de sempre, não sei o quê. Não vai dar certo."

Governo estuda 'bolsa caminhoneiro' contra alta do diesel

Daniel Carvalho

BRASÍLIA Dentre as medidas que o governo Jair Bolsonaro estuda para reduzir o impacto do aumento dos preços dos combustíveis, sem inter-

ferir na política da Petrobras, está a criação de um "voucher caminhoneiro".

A ideia seria calcular uma média dos quilômetros rodados e do consumo de diesel. Quando o preço aumentasse, os profissionais teriam uma restituição do valor equivalente à tributação federal, hoje, PIS/Cofins.

Os defensores da medida dizem que a iniciativa é muito mais barata do que uma isenção para toda a população. No entanto, críticos apontam incoerência na criação de uma "bolsa caminhoneiro" quando o país busca uma solução fiscal para o auxílio emergencial.

Auxiliares de Bolsonaro, porém, veem mais viabilidade em outra medida sobre a mesa: a criação de um fundo com excedentes de royalties para pagar a Petrobras e importadores quando houver oscilação nos preços.

A criação desse colchão foi discutida em 2018, durante a greve dos caminhoneiros no governo Michel Temer (MDB). O vice-presidente Hamilton Mourão disse na segunda-feira (22) ver a criação do fundo

como a única saída.

A medida conta com apoio de representantes do primeiro escalão do governo, como o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, principal interlocutor do Palácio do Planalto com os caminhoneiros — categoria que, mesmo difusa, pressiona pela redução no preço dos combustíveis.

Iniciativa, porém, encontra resistência no Ministério da Economia. De acordo com integrantes do governo, a pasta é contra por ser refratária à criação de fundos.

Um pacote de bondades para os caminhoneiros está em estudo no Executivo, apesar de ainda não haver uma data para ser formalmente apresentado.

Uma das medidas sobre a mesa é alteração na regra da passagem, reivindicação antiga dos condutores.

O governo pondera que, ao alterar a regra, haverá reação imediata das concessionárias de rodovias. Por isso, está sendo analisado como garantir o reequilíbrio dos contratos, que devem ser impactados em 2% a 4%.

Com general, militares comandarão um terço das estatais

Vinicius Sassine

BRASÍLIA Caso se confirme a nomeação de um general da reserva para a presidência da Petrobras, os militares estarão no comando de mais de um terço das estatais federais com controle direto da União.

Um levantamento feito pela Folha mostra que, de 46 estatais com esse perfil, 15 são presididas por militares no governo de Jair Bolsonaro. O general Joaquim Silva e Luna, indicado à Petrobras, seria o 16º (veja lista).

Luna foi ministro da Defesa no último ano do governo Bolsonaro. O general foi reformado em maio de 2018, por ter atingido a idade limite para estar na reserva. Ele é da mesma turma de Luna, a de 1972. Na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), instituição que forma os oficiais do Exército. O presidente da República é da turma de 1977. Para indicar o general reformado à diretoria-geral de Itaipu, o presidente consultou militares para saber qual era

o comando por integrantes das Forças Armadas — e da Polícia Militar, como é o caso do presidente da Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) — vai além das estatais com controle direto da União.

O general da reserva Antonio Carlos Krieger é o diretor-presidente da Eletrosul, subsidiária da Eletrobras. Na Teletbras, três diretores que atuam junto com o presidente são militares.

Para comandar Itaipu Binacional, o governo Bolsonaro indicou outro militar para substituir Luna, o general reformado João Francisco Ferreira. Itaipu não tem as características técnicas de uma estatal, mas de uma empresa binacional, administrada por Brasil e Paraguai.

Ferreira foi reformado (aposentado) em maio de 2018, por ter atingido a idade limite para estar na reserva. Ele é da mesma turma de Luna, a de 1972. Na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), instituição que forma os oficiais do Exército. O presidente da República é da turma de 1977. Para indicar o general reformado à diretoria-geral de Itaipu, o presidente consultou militares para saber qual era

+ Estatais com controle direto da União nas mãos de militares

EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)
General Oswaldo Ferreira

Correios
General Floriano Peixoto Vieira Neto

Valec Engenharia, Construções e Ferrovias
Tenente-coronel André Kuhn

Infraero
Tenente-brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior

Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo)
Policial militar Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo

Companhia Docas do Rio Magalhães Laranjeira
Vice-almirante Francisco Magalhães Laranjeira

Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Almirante Elis Treidler

Companhia Docas da Bahia
Vice-almirante Carlos Autran de Oliveira

Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa)
Vice-almirante Antonio Carlos Guerreiro

EPL (Empresa de Planejamento e Logística)
Arthur Luis Pinho de Lima

Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais)
Vice-almirante Edesio Teixeira Lima Júnior

Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil)
General Adercio Visconte Pardi

INB (Indústrias Nucleares do Brasil)
Capitão de mar e guerra Carlos Freire Moreira

Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados)
Contra-almirante Carlos Henrique Silva Seixas

Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)
General Waldemar Barro Magno Neto

Petrobras
General Joaquim Silva e Luna (indicado por Bolsonaro)

a turma de Ferreira.

O militar vive em Campo Grande há mais de cinco anos, desde a reserva, e não ocupou nenhuma função no governo federal nesse período. Na transição entre os governos Temer e Bolsonaro, em 2018, ele chegou a ser lembrado para cargos na nova gestão, o que não se concretizou.

A última vez que militares comandaram a Petrobras foi no fim da década de 1980, no governo de José Sarney. Os presidentes eram integrantes da Marinha e da Aeronáutica. O último oficial do Exército a estar no comando da estatal foi na década de 1970, durante a ditadura militar.

Os boletins mais recentes do Ministério da Economia apontam a existência de 46 estatais federais com controle direto da União, das quais 19 são dependentes de recursos do governo e 27 são independentes. A lista completa de estatais possui 197 empresas.

Entre as que dependem da União, estão a EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias.

A EBSERH, vinculada ao Ministério da Educação, é responsável por 40 hospitais universitários ligados a univer-

sidades federais. Desde o início do governo Bolsonaro, é comandada pelo general da reserva Oswaldo Ferreira, que atuou na formulação de propostas na campanha eleitoral e na transição. A Valec é presidida pelo engenheiro André Kuhn, que foi tenente-coronel do Exército.

Também são dependentes da União a Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa), a Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados), a INB (Indústrias Nucleares do Brasil) e a Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil). As três primeiras são presididas por oficiais da Marinha. Um general do Exército comanda a Imbel.

Oficiais da Marinha comandam ainda três de sete autoridades portuárias no país: Companhia Docas do Rio, do Rio Grande do Norte e da Bahia. Parte das estatais ocupadas por militares está na mira do programa de privatizações do governo Bolsonaro. São os casos dos Correios, estatal presidida pelo general Floriano Peixoto Neto, que foi demitido da Secretaria-Geral da Presidência da República ainda em 2019; da Ceagesp, comandada pelo policial militar Ricardo Augusto Mello; e da Nuclep.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Antepasto

À espera do anúncio, que deve vir nesta quarta (24), das novas restrições para conter a Covid em São Paulo, donos de restaurantes se reuniram nesta terça (22) para planejar uma reação. Sylvio Lazzarini, presidente do Sindresbar (entidade do setor), diz que enviou ao governo Doria um pedido para que um eventual fechamento completo aconteça só após às 23h. Paulo Solmucci, da Abrasel, afirma que é preciso dar tempo para os funcionários voltarem para casa no fim do expediente.

CEIA Para Cristiano Melles, presidente da ANR, outra associação de restaurantes, em caso de fechamento total, o ideal seria proibir a circulação apenas depois da meia-noite e fiscalizar as festas clandestinas que promovem aglomeração de madrugada. "Isso preservaria o horário do jantar nos estabelecimentos que atendem em mesa e têm atividade legalizada", afirma.

TOMBEI Segundo a plataforma de streaming Deezer, Karol teve pico de músicas tocadas no dia 27 de janeiro, com alta de 41% ante a média dos 30 dias anteriores. No parágrafo, porém, as execuções caíram 45% em relação ao patamar conquistado ao chegar na casa.

PLANO DE VO A Easyjet, companhia aérea britânica de baixo custo, lançou na segunda (22) uma série de aulas online para as crianças que estão em quarentena sem poder voltar para a escola. Os vídeos em inglês, gravados pelos próprios pilotos, ensinam como os aviões voam, falam sobre condições climáticas e outros temas da aviação.

CARRINHO O Grupo Pereira, varejista com atuação em estados como Mato Grosso e Santa Catarina, diz que a fidelização dos clientes das classes C e D cresceu na pandemia depois de usar inteligência artificial na análise de hábitos dos consumidores, como frequência das compras e produtos de maior demanda, para direcionar ofertas.

ASSOPRA A mensagem foi interpretada no setor de infraestrutura como uma tentativa de Bolsonaro de amenzar a imagem de estatizante que ficou colada a ele desde o final de semana, e que pode atrapalhar a atração de investimentos. Entre os mais de 30 empreendimentos, a lista inclui Congonhas e Santos Dumont.

NA BANDEJA A rede de fast-food Habib's colocou faixas dizendo "passo ao ponto" na fachada de suas lojas, uma ação que surpreendeu consumidores nos últimos dias. Mas a empresa afirma que não vai fechar unidades.

TEMPERO Trata-se apenas de uma estratégia de marketing do Habib's para anunciar uma reestruturação que a companhia avalia como "importante no setor de alimentação rápida com foco em acelerar os movimentos internos do grupo, que tem entre suas aspirações ser uma das mais digitais". A empresa diz que divulgará detalhes do movimento nas próximas semanas.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

Indicador	Valor	
JUROS Fev. em % ao mês Mínimo Máximo	7,73 8,00 3,89 7,89	
Checke especial Empréstimo pessoal Fonte: Procon-SP		
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA Competência fevereiro		
Autônomo, empregador e facultativo		
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00		
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71		
O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 mar.		
MEI (Microempreendedor)		
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00		
Assalariado		
Até R\$ 1.100 7,5%		
De R\$ 1.100,01 a R\$ 2.203,48 9%		
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%		
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%		
O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 15 mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição		
IMPOSTO DE RENDA		
Considerando o piso na capital e Grande SP		
Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36
EMPREGADOS DOMÉSTICOS		
Considerando o piso na capital e Grande SP		
Em R\$	Valor, em R\$	
R\$ 1.152,48	96,22	
Empregado	250,46	
Empregador	250,46	
O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5 mar. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.		

Desde 1934, país só não teve gasto mínimo com educação em ditaduras

Especialistas criticam relatório da PEC Emergencial, que prevê extinção dos pisos de investimento no setor e na saúde

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Vigente desde 1934, o piso mínimo de investimento em educação só foi suprimido em períodos de ditadura: na do Estado Novo, em 1937, e na militar, em 1967.

O relatório da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial prevê a extinção dos valores mínimos a serem aplicados em educação e saúde. O texto tem apoio do governo Jair Bolsonaro (sem partido) e está no âmbito da tentativa de viabilizar uma nova rodada do auxílio em meio à pandemia.

O argumento dos defensores é que a vinculação gera ineficiência e, sem ela, gestores teriam mais autonomia para aplicar os recursos. Especialistas e gestores afirmam, no entanto, que o fim do mecanismo acentuaria a redução nos gastos públicos a despeito dos desafios para a garantia desses direitos.

Na educação, o piso apareceu pela primeira vez em 1934. Foi suprimido na Constituição de 1937, com a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Retornou na Carta Magna de 1946 para ser novamente extinto na Lei Maior de 1967, durante a ditadura militar (1964-1985).

Em 1969, foi restabelecida a vinculação para os municípios e, em 1983, estendida novamente a todos os entes federados. A Constituição de 1988 aumentou a exigência para a União de investimento em educação para 18% da receita, mantendo para estados e municípios os percentuais de 25%.

No caso dos serviços de saúde, o piso é de 12% para estados e de 15% para prefeituras.

A procuradora Elida Graziane Pinto considera inconstitucional a retirada dos pisos porque o direito à educação e à saúde são cláusulas pétreas da Constituição.

"Ferrar os pisos de saúde e educação é inviabilizar o financiamento dos principais direitos sociais, é a negação da razão de ser do Estado", afirma ela, do Ministério Público de Contas junto ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo. Segundo Elida, o fato de esses dois direitos sociais terem piso de custeio é uma forma de a Constituição dizer o que é inegociável.

"Podemos aprorrear os gastos com aderência a planejamentos setoriais, mas não extinguir os pisos. É como extinguir o FPM [Fundo de Participação dos Municípios] e o FPE [Fundo de Participação dos Estados], que garantem a forma federativa do estado, outra cláusula pétreia", o que é inimaginável", diz.

"Somente as constituições autoritárias tiraram o piso da educação", completa. "Será uma terra arrasada entregue para gestores que só querem inaugurar placa, fazer asfalto e, em última instância, fazer o que traz voto em curto prazo".

Ela ainda ressalta que, mesmo com um enfoque de curto prazo, a PEC Emergencial é ruim para o SUS (Sistema Único de Saúde) e também não garante o custeio de leitos de UTI em meio à pandemia.

Os ministérios da Educação e da Saúde não responderam a questionamento da Folha sobre a proposta. A ideia de um piso unificado para duas áreas também ressurge, o que é considerado prejudicial sobretudo à educação.

Estudo do Ipea (Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada), de setembro de 2020, tem conclusão nesse sentido. A aplicação de recursos em 80% dos 5,480 municípios analisados é maior do que os mínimos constitucionais de cada área.

"Em um contexto de concorrência por recursos, os gastos em saúde serão mais resilientes, uma vez que tendem a ser menos elásticos, e, por conseguinte, os recursos para a educação estão sob maior risco de perdas", afirma o documento.

Identificou-se que 951 municípios têm maior risco de diminuição dos recursos de educação, enquanto em 97 cidades o risco é para a saúde, uma vez que a aplicação na área está próxima da fronteira mínima, e a da educação, longe dessa fronteira.

O professor da USP Daniel Cará diz que a PEC faz parte de uma lógica estabelecida com o teto de gastos, estipulado por uma emenda à Constituição feita em 2016.

"Com a emenda do teto, congelam os recursos, e, como não consegue congelar despesas de custeio, reduz o investimento", diz ele, vinculado à Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A Folha mostrou na semana passada que os investimentos do MEC nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro chegaram ao menor volume da década. O dinheiro de custeio também caiu.

"Não tem expansão de escolas, de universidades, constrange a demanda e depois começa a reduzir o custeio, com reforma administrativa que vai desatender a população brasileira", diz.

"Para o futuro, representa nenhuma expansão e cada vez mais avanço do sistema privado. O resultado é exclusão social e prejuízo à saúde. Ignorância e morte".

Nota do Movimento Todos Pela Educação diz que a mudança levará a uma "redução substancial" dos gastos com educação e inviabilizar a implementação do Fundeb. Renovado e ampliado no ano passado, o Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica. Ele responde por 67% dos gastos vinculados à educação.

"Os recursos da educação precisam ser protegidos de pressões de curto prazo e do populismo. Uma demonstração do risco iminente é justamente a execução orçamentária e repasses e incôntantes na atual gestão federal".

Vitor de Angelo, presidente do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), aponta que a medida seria "um completo desastre" para a escola pública. Representaria ainda uma "enorme contradição", uma vez que o Congresso aprovou o novo Fundeb no fim do ano passado — o novo formato do fundo prevê aumento dos recursos para a área.

"A educação já é subfinanciada na comparação com outros países e, diante desse cenário, é que o esforço esperado é superar isso, aprovar o fim do piso e desordenar completamente as fontes de financiamento", diz.

O Consed divulgou nota na tarde desta terça-feira (23) criticando a proposta. A Undime (que representa dirigentes municipais de Educação) manifestou indignação

Tirar os pisos de saúde e educação é inviabilizar o financiamento dos principais direitos sociais, é a negação da razão de ser do Estado

Elida Graziane Pinto
procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo

A educação já é subfinanciada na comparação com outros países e, diante desse cenário, é que o esforço esperado é superar isso, aprovar o fim do piso e desordenar completamente as fontes de financiamento

Vitor de Angelo
presidente do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação)

Deveríamos estar discutindo a velocidade da vacinação e não o desmonte da saúde. O pagamento do auxílio não pode ser colocado nessa conta

Gulnar Azevedo
presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva)

perante a PEC.

"O momento atual exige mais investimentos nas áreas sociais e mais garantias aos direitos constitucionais dos cidadãos", disse o órgão.

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo repudiou a medida.

"Atenta contra a Constituição Federal, viola a cláusula pétrea de proteção aos direitos fundamentais, representa retrocesso educacional, jurídico e institucional, caracterizado por irresponsabilidade política, com prejuízos diretos à garantia do direito à educação, à manutenção e desenvolvimento do ensino público, em todos os entes da Federação", cita o texto.

Fim do piso inviabiliza o SUS, dizem entidades

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A possibilidade de o Senado aprovar o fim do piso de gastos com saúde é vista como inconstitucional e um risco à manutenção do SUS (Sistema Único de Saúde), disseram nesta terça-feira (23) entidades ligadas ao setor.

Entidades organizadas na ação Frente pela Vida divulgaram um apelo aos parlamentares pela derrubada do trecho que trata da vinculação de receitas. O grupo defende que o fim do piso de saúde agravará o quadro de financiamento insuficiente da saúde pública.

"A intensa judicialização da saúde, com mais de 2 milhões de ações judiciais", afirma o Frente pela Vida, é consequência do subfinanciamento do setor.

Para Gulnar Azevedo, presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), a discussão do fim do piso mínimo é oportuna, em meio à pandemia, às mortes e às dificuldades enfrentadas pela rede de atendimento do país.

"Devíamos estar discutindo a velocidade da vacinação e não o desmonte da saúde. O pagamento do auxílio não pode ser colocado nessa conta", afirma.

"Além de inconstitucional, é um escárnio discutir isso neste momento em que visemos um caos sanitário", diz a médica sanitária Lucia Souto, presidente do Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde).

A desvinculação de receitas, na avaliação dela, seria o fim de uma luta histórica pela garantia de financiamento da saúde pública.

"O direito universal à saúde é uma cláusula pétrea [trechos da Constituição Federal] que não podem ser alterados nem por meio de PEC". Para que ele seja assegurado, voté precisa de uma arquitetura institucional. Essa foi uma luta histórica nossa", afirma.

Monica de Bolle, do Observatório Covid-19 — rede de divulgação científica criada na pandemia —, considera o fim da vinculação uma medida inovadora e criativa. Para a economista, é contraditório o governo tentar condicionar um benefício temporário a uma medida não emergencial.

"Nada deve condicionar o auxílio. O auxílio é emergencial. O que é emergencial não pode ser condicionado."

Guedes e o show da venda da Eletrobras

De concreto, MP apenas permite estudo da privatização, rejeitada no Congresso

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro não tinha ideia do tamanho da bobagem que fazia com seu chilique da Petrobras. Depois do grande surru no mercado financeiro e da desmoralização adicional de Paulo Guedes, resolveu passar um leve condensado no seu faniquito estatista e no ministério amargo e amargurado. Juntou uma corte de ministros e foi no início da noite desta terça-feira (23) ao Congresso entregar ele mesmo uma medida provisória que prevê a privatização da Eletrobras.

Um ministro do Planalto diz

que Bolsonaro "sentiu a paulada" e resolveu dar "um passo atrás" no caso da Petrobras. O presidente ainda quer que inventem algum modo de dar previsibilidade aos reajustes de preços —disse não abriria mão, pois seria desautorizado. "Não dá para ter um anúncio por semana de reajuste de combustíveis", teria dito Bolsonaro.

Quer também que a venda da Eletrobras permita a redução de preços de eletricidade. Mas concordou em moderar a patada na petroleira e fazer um "gesto" para prestigiar Guedes, que de "superministro" (de nada) vinha sendo reduzido à condição de meme de redes sociais. A MP da Eletrobras serviu para fazer um show.

Do que trata a MP, entre muitos assuntos complicados de concessões do setor elétrico? Na verdade, trata-se de vender novas ações da "holding", o suficiente para fazer com que o governo deixe de ser seu controlador, ideia que vem de 2016, de Michel Temer. Obviamente, ninguém vai vender ou comprar ação alguma antes de haver um planejamento finan-

ciário da venda ("modelagem"). Mas a medida provisória (MP) permite que o BNDES comece a "modelar" a venda.

Até o ano passado, o Congresso não queria aprovar o projeto de lei de privatização da Eletrobras, ignorado em um escaninho. Até a semana passada, não queria ouvir falar de MP de privatização, ideia lançada pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no início deste mês e espantada por um monte de parlamentares desse mesmo centro que "dá o maior apoio" ao

governo. Albuquerque andava negociando a MP. Dizia que a "modelagem" da venda ficaria pronta neste ano. As ações seriam vendidas em 2022.

A Eletrobras é a cabeça de um sistema de empresas: Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e metade de Itaipu, entre outros agregados. Eletronuclear (as usinas de Angra) e Itaipu ficariam na mão do governo. O resto, se vier privatizado, fica na mão de acionistas privados, nenhum deles com mais de 10% das ações da nova empresa. A Eletrobras é responsável por algo mais do que 35% da geração de energia elétrica no Brasil.

Parte do Congresso quer privatizar a Eletrobras porque a empresa é uma das grandes vacas leiteiras de cargos gordos restantes no mundo das estatais, com peso grande em Minas, Nordeste, Norte e Sul do país. As empresas têm influên-

cia em várias outras políticas das regiões em que atuam. O próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse em janeiro que a privatização da Eletrobras não era prioridade do Congresso.

O movimento de "prestigiar" Guedes deve continuar. Deve dar um empurrão no projeto de venda dos Correios, por exemplo. Algo mais deve entrar na fila de modo a disfarçar esse grande fracasso do grande liberal, as privatizações.

vinicus.torres@grupofolha.com.br

Conselho abre caminho para troca na Petrobras

Sem unanimidade, colegiado aprova assembleia que votará indicação de general e reforça que manterá política de preços

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em sua primeira reunião após o anúncio de que o governo quer trocar o comando da companhia, o conselho de administração da Petrobras aprovou nesta terça (23) a convocação de assembleia de acionistas para votar a substituição de Roberto Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna.

Em nota distribuída após a reunião, o conselho frisou que "continuará a zelar com rigor pelos padrões de governança da Petrobras, inclusive no que diz respeito às políticas de preços de produtos da companhia", em um recado contra tentativas de interferência do governo.

Apesar de negar interferências na política de preços, o presidente Jair Bolsonaro tem feito críticas à gestão Castello Branco, especialmente aos últimos reajustes nos preços dos combustíveis, desde que anunciou o desejo de trocar o comando da estatal.

Com a saída de Castello Branco do conselho, outros sete conselheiros também

serão ser destituídos, já que todos foram eleitos de forma conjunta em 2020. Assim, a assembleia, que ainda não foi agendada, vai eleger oito novos conselheiros.

O governo já avisou à Petrobras, porém, que quer reconduzir os executivos que ocupam atualmente as vagas da União no colegiado, excluindo a de Castello Branco, que será substituído por Silva e Luna.

A aprovação não foi unânime —3 dos 11 membros do colegiado votaram contra a convocação da assembleia. Castello Branco não votou, e Nívio Ziviani não participou da reunião. A Petrobras não divulgou o mapa de votação.

Na reunião, que durou cerca de dez horas, Castello Branco se queixou ao conselho da maneira como sua substituição foi anunciada, primeiro com declarações públicas de Bolsonaro e depois em uma publicação do presidente da República em uma rede social.

Recebeu o apoio dos conselheiros, principalmente aqueles menos alinhados ao governo —entre as indicações feitas pela União, há dois milita-

res e seis executivos ligados ao mercado, com experiência na atuação em conselhos de administração.

Nesse sentido, o conselho registrou no comunicado enviado à CVM apoio ao cumprimento integral do mandato da diretoria vigente, que vence no dia 20 de março.

No fim da semana passada, os conselheiros independentes da estatal chegaram a ameaçar renúncia coletiva, mas recuaram após avaliação de que a empresa está blindada contra intervenções em sua política de preços e a demora na troca do presidente provocaria mais prejuízo aos acionistas.

"O nó górdio da questão estaria na suposta interferência futura na política de preços, problema aparentemente insolúvel mas que, há muito, já fora resolvido de maneira simples e eficaz", disse o conselheiro Leonardo Antonelli à Folha, citando artigo do estatuto social criado na gestão Pedro Parente que obriga a empresa a cobrar da União eventuais prejuízos causados por políticas públicas.

A troca na empresa foi con-

firmada por Bolsonaro na noite de sexta (19), mais de um dia depois das primeiras declarações sobre sua insatisfação com a gestão Castello Branco e já em meio à reação do mercado.

Nesta terça (23), Bolsonaro voltou a defender a nomeação de Silva e Luna, dizendo que o executivo "vai dar uma arrumada" na Petrobras.

"Vocês vão ver a Petrobras como vai melhorar. Assim como se tiver que fazer qualquer mudança nós faremos. Não vem a imprensa, a imprensa de sempre, não sei o quê. Não vai dar certo."

Governo estuda 'bolsa caminhoneiro' contra alta do diesel

Daniel Carvalho

BRÁSILIA Dentre as medidas que o governo Jair Bolsonaro estuda para reduzir o impacto do aumento dos preços dos combustíveis, sem inter-

ferir na política da Petrobras, está a criação de um "vouchercaminhoneiro".

A ideia seria calcular uma média dos quilômetros rodados e do consumo de diesel. Quando o preço aumentasse, os profissionais teriam uma restituição de valor equivalente à tributação federal, hoje, PIS/Cofins.

Os defensores da medida dizem que a iniciativa é muito mais barata do que uma isenção para toda a população. No entanto, críticos apontam incoerência na criação de uma "bolsa caminhoneiro" quando o país busca uma solução fiscal para o auxílio emergencial.

Auxiliares de Bolsonaro, porém, veem mais viabilidade em outra medida sobre a mesa: a criação de um fundo com excedentes de royalties para pagar a Petrobras e importadores quando houver oscilação nos preços.

A criação desse colchão foi discutida em 2018, durante a greve dos caminhoneiros no governo Michel Temer (MDB). O vice-presidente Hamilton Mourão disse na segunda-feira (22) ver a criação do fundo

como a única saída.

A medida conta com apoio de representantes do primeiro escalão do governo, como o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, principal interlocutor do Palácio do Planalto com os caminhoneiros —categoria que, mesmo difusa, pressiona pela redução no preço dos combustíveis.

A iniciativa, porém, encontra resistência no Ministério da Economia. De acordo com integrantes do governo, a pasta é contra por ser refratária à criação de fundos.

Um pacote de bondades para os caminhoneiros está em estudo no Executivo, apesar de ainda não haver uma data para ser formalmente apresentado.

Uma das medidas sobre a mesa é alteração na regra da pesagem, reivindicação antiga dos condutores.

O governo pondera que, ao alterar a regra, haverá reação imediata das concessionárias de rodovias. Por isso, está sendo analisado como garantir o reequilíbrio dos contratos, que devem ser impactados em 2% a 4%.

Com general, militares comandarão um terço das estatais

Vinicius Sassine

BRÁSILIA Caso se confirme a nomeação de um general da reserva para a presidência da Petrobras, os militares estarão no comando de mais de um terço das estatais federais com controle direto da União.

Um levantamento feito pela Folha mostra que, de 46 estatais com esse perfil, 15 são presididas por militares no governo de Jair Bolsonaro. O general Joaquim Silva e Luna, indicado à Petrobras, seria o 16º (veja lista).

Luna foi ministro da Defesa no último ano do governo de Michel Temer e é diretor-geral de Itaipu Binacional desde o início de 2019, o primeiro ano do governo Bolsonaro.

As empresas controladas por fardados e ex-fardados cuidam de áreas essenciais no país, como administração de hospitais universitários, envio de correspondências e encomendas, energia nuclear, administração de portos e financiamento de projetos de pesquisa.

Se Luna for confirmado no cargo de presidente da Petrobras, a produção e o refino de petróleo também passarão pelas mãos de um militar, o que não ocorria desde o fim da década de 1980.

O comando por integrantes das Forças Armadas —e da Polícia Militar, como é o caso do presidente da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) — vai além das estatais com controle direto da União.

O general da reserva Antonio Carlos Krieger é o diretor-presidente da Eletrosul, subsidiária da Eletrobras. Na Telebras, três diretores que atuam junto com o presidente são militares.

Para comandar Itaipu Binacional, o governo Bolsonaro indicou outro militar para substituir Luna, o general reformado João Francisco Ferreira. Itaipu não tem as características técnicas de uma estatal, mas de uma empresa binacional, administrada por Brasil e Paraguai.

Ferreira foi reformado (aposentado) em maio de 2018, por ter atingido a idade limite para estar na reserva. Ele é da mesma turma de Luna, a de 1972, na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), instituição que forma os oficiais do Exército. O presidente da República é da turma de 1977. Para indicar o general reformado à diretoria-geral de Itaipu, o presidente consultou militares para saber qual era

Estatais com controle direto da União nas mãos de militares

EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)
General Oswaldo Ferreira

Correios
General Floriano Peixoto Vieira Neto

Vallec Engenharia, Construções e Ferrovias
Tenente-coronel André Kuhn

Infraero
Tenente-brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior

Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo)
Policial militar Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo

Companhia Docas do Rio
Vice-almirante Francisco Magalhães Laranjeira

Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Almirante Elis Treidler

Companhia Docas da Bahia
Vice-almirante Carlos Autran de Oliveira

Amazul (Amazônia Azul Tecnológica de Defesa)
Vice-almirante Antonio Carlos Guerreiro

EPL (Empresa de Planejamento e Logística)
Arthur Luis Pinho de Lima

Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais)
Vice-almirante Edson Teixeira Lima Júnior

Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil)
General Adérico Visconte Pardi

INB (Indústrias Nucleares do Brasil)
Capitão de mar e guerra Carlos Freire Moreira

Nuclep (Nuclebras Equipamentos Pesados)
Contra-almirante Carlos Henrique Silva Seixas

Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)
General Waldemar Barroso Magno Neto

Petrobras
General Joaquim Silva e Luna (indicado por Bolsonaro)

a turma de Ferreira. O militar vive em Campo Grande há mais de cinco anos, desde a reserva, e não ocupou nenhuma função no governo federal nesse período. Na transição entre os governos Temer e Bolsonaro, em 2018, ele chegou a ser lembrado para cargos na nova gestão, o que não se concretizou.

A última vez que militares comandaram a Petrobras foi no fim da década de 1980, no governo de José Sarney. Os presidentes eram integrantes da Marinha e da Aeronáutica. O último oficial do Exército a estar no comando da estatal foi na década de 1970, durante a ditadura militar.

Os boletins mais recentes do Ministério da Economia apontam a existência de 46 estatais federais com controle direto da União, das quais 19 são dependentes de recursos do governo e 27 são independentes. A lista completa de estatais possui 197 empresas.

Entre as que dependem da União, estão a EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias.

A EBSERH, vinculada ao Ministério da Educação, é responsável por 40 hospitais universitários ligados a univer-

sidades federais. Desde o início do governo Bolsonaro, é comandada pelo general da reserva Osvaldo Ferreira, que atuou na formulação de propostas na campanha eleitoral e na transição. A Valec é presidida pelo engenheiro André Kühn, que foi tenente-coronel do Exército.

Também são dependentes da União o Amazul (Amazônia Azul Tecnológica de Defesa), a Nuclep (Nuclebras Equipamentos Pesados), a INB (Indústrias Nucleares do Brasil) e a Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil). As três primeiras são presididas por oficiais da Marinha. Um general do Exército comanda a Imbel.

Oficiais da Marinha comandam ainda três de sete autoridades portuárias no país: Companhia Docas do Rio, do Rio Grande do Norte e da Bahia.

Parte das estatais ocupadas por militares está na mira do programa de privatizações do governo Bolsonaro. São os casos dos Correios, estatal presidida pelo general Floriano Peixoto Neto, que foi demitido da Secretaria-Geral da Presidência da República ainda em 2019; da Ceagesp, comandada pelo policial militar Ricardo Augusto Mello; e da Nuclep.

O Simples e a redução de benefícios fiscais

Não se pode admitir, por força do princípio da isonomia, uma tributação desigual, menos favorecida

Por **Filipe Harzer Gomes Almeida**

24/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O mês de janeiro foi marcado pela discussão acerca do aumento direto/indireto do ICMS que ocorreu no Estado de São Paulo, sob a alegação de que a medida é necessária para cobrir um déficit estimado de R\$ 10,4 bilhões em 2021. A controvérsia, em verdade, começou com o advento da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que, em seu artigo 22, criou a possibilidade de redução de benefícios fiscais relacionados ao imposto estadual por ato unilateral do Poder Executivo.

Com base nesse dispositivo legal, foram editados os Decretos 65.252, 65.253, 65.254 e 65.255, todos de 15 de outubro de 2020, que, em síntese, passaram a prever a necessidade de recolhimento do ICMS para produtos, até então, isentos ou que tinham alíquota reduzida.

Não se pode admitir, por força do princípio da isonomia, uma tributação desigual, menos favorecida

Após forte pressão do setor de alimentos e de medicamentos, o governo do Estado de São Paulo voltou atrás e revogou a redução dos benefícios ao menos para operações internas com medicamentos genéricos, produtos hortifrutigranjeiros em estado natural, insumos agropecuários, bem como determinou o retorno da isenção no fornecimento de energia elétrica para estabelecimento rural, sem indicação de uma quantidade mínima de consumo.

A revogação de parte das alterações instituídas pelos decretos, no entanto, não foi suficiente para afastar várias inconstitucionalidades arraigadas nos novos atos normativos do governo paulista. Uma delas, que tem gerado grande insatisfação é a retirada da redução de base de cálculo quando da comercialização de diversas mercadorias (carne, produtos de couro, produto resultante da industrialização de mandioca etc) para contribuintes enquadrados no Simples Nacional. Logo aqueles que mais precisam de apoio.

Toma-se como exemplo a redução de base de cálculo prevista no artigo 74, anexo II, do RICMS/SP, aplicada para as saídas internas de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de ave, leporídeo e gado bovino, bufalino, caprino, ovino ou suíno, que, com o advento do Decreto nº 65.255, não se aplica às mercadorias destinadas a estabelecimentos sujeitos às normas do Simples Nacional.

Em outras palavras: vender para o açougue, geralmente optante do Simples Nacional, acarreta ICMS maior que vender para uma grande rede atacadista. Em tempos de pandemia e de necessidade de preservação de empregos, isso faz algum sentido? Penalizar os pequenos, que são os grandes empregadores do país, não vai causar mais concentração de mercado e de renda e mais desemprego?

A limitação imposta exclusivamente para a comercialização de mercadorias destinadas às empresas do Simples Nacional vai de encontro à Constituição Federal, que, em seus artigos 170, inciso IX e 179, conferiu às empresas de pequeno porte tratamento favorecido, com o objetivo de incitá-las não só pela simplificação de suas obrigações tributárias, mas também com práticas que a incrementam no cenário econômico.

A providência tomada pelo Estado de São Paulo desconsidera a consequência extrafiscal que pode ser gerada - o desincentivo tributário na comercialização para empresas do Simples Nacional - enquanto a Constituição Federal prega justamente o oposto. Nessa linha, nunca sai de cena as palavras de Chief of Justice, John Marshal, da Corte dos Estados Unidos da América, que ressaltou que “o poder de tributar envolve o poder de destruir”.

E ainda que não houvesse um tratamento mais favorecido, não se pode admitir, por força do princípio da isonomia, insculpido no artigo 150, inciso II, da Carta Política de 1988, uma tributação desigual, menos favorecida, simplesmente pelo fato de que as mercadorias são destinadas para contribuintes do Simples Nacional, que, retoma-se, deveriam ser incentivados economicamente.

Outro ponto, e não menos importante, é o de que as alterações promovidas pelo Poder Executivo estabelecem diferença tributária em razão do destino da mercadoria, o que é vedado pelo artigo 152, da Constituição Federal. Em outras palavras, o que os decretos estaduais fizeram foi, inconstitucionalmente, instituir tributação mais gravosa, tendo como única justificativa o fato de as mercadorias serem destinadas às empresas do Simples Nacional.

Em tempos em que se busca a simplificação, a medida tende a complicar o já muito complexo sistema tributário, posto que a documentação fiscal e o recolhimento serão diferentes a depender do comprador.

Além desses pontos, também não está fora da discussão a impossibilidade de a Lei nº 17.293, de 2020, ter atribuído ao Poder Executivo a competência para, via decreto, reduzir benefícios fiscais, enquanto a Constituição Federal, em seu artigo 150, parágrafo 6º, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, prevê a necessidade de edição de lei específica para a sua concessão. É um cheque em branco para o governador que, a qualquer tempo, com uma canetada pode aumentar a taxa, retirando do Poder Legislativo a sua mais nobre missão.

Apesar de o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ter suspenso quatro liminares que mantinham benefícios fiscais cortados com o advento dos decretos 65.252, 65.253, 65.254 e 65.255, e, portanto, ter criado um precedente desfavorável aos contribuintes, se vê com bons olhos a discussão sobre a retirada da redução de base de cálculo quando da comercialização para empresas do Simples Nacional, que ainda não conta com a análise do tribunal bandeirante.

Tamanhas inconstitucionalidades devem ser analisadas sobre um enfoque específico e, de nenhum modo, se limitam à decisão proferida pela presidência da Corte. A matéria está posta à mesa, nos resta defendê-la.

Filipe Harzer Gomes Almeida é advogado tributarista do Peluso, Stupp e Guaritá Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A maneira mais pratica e segura de se exercitar

MEU ITEM FAVORITO

LINK PATROCINADO

Relógio premium com acabamento em couro vira febre em Salvador

NOVA COLÔNIA

LINK PATROCINADO

Usando este produto ela parou de ir ao salão de beleza

BELIZZ

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Brigada de incêndio adverte: nunca deixe uma garrafa de água dentro do seu carro

CONSELHOS E TRUQUES

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

PEC deixa de lado servidores e mira educação e saúde

PEC busca se desviar da rota de colisão com os lobbies corporativos dos funcionários públicos

24/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A PEC emergencial que chega para o voto do Senado amanhã abre o caminho para a sustentação do teto de gastos, com gatilhos para deslanchar medidas de reequilíbrio, e com a criação de um estado de calamidade nacional, com medidas para evitar o aprofundamento de crises fiscais. Não há uma mudança de qualidade clara entre o esforço que União, Estados e municípios terão de realizar em uma situação normal de aperto fiscal - que se prolonga por seis anos - e a de calamidade, exceto o grau de liberdade concedido ao Executivo para esquecer por algum tempo o teto de gastos. O relator Márcio Bittar (MDB-AC) resolveu eliminar o piso obrigatório de gastos com saúde e educação, que afetam a maioria dos brasileiros. Corte de salários proporcionais ao corte de jornada do funcionalismo foi deixado de lado, talvez por ser politicamente inviável.

No curto prazo, pouca coisa deve mudar. O auxílio passará ao largo da PEC como crédito extraordinário - ainda sem montante - e do teto de gastos e não afetará a meta de déficit fiscal, de R\$ 247 bilhões, de um Orçamento ainda não votado. O espaço para mais gastos poderá ser aberto, inacreditavelmente, com a desvinculação dos recursos destinados à saúde e educação. É uma saída muito polêmica e um desvio inaceitável.

A sensibilidade social do governo se mostrou mais uma vez pelas sucessivas tentativas de arrumar dinheiro (pouco) dentro do teto para o novo auxílio. Foi proposta a desindexação das aposentadorias acima de um salário mínimo. Na

versão mais recente, cogitou-se retirar a obrigatoriedade de correção do salário mínimo, assim como a do seguro-desemprego e de outros benefícios sociais. Essas ideias foram ficando, felizmente, pelo caminho.

O caminho da PEC busca se desviar da rota de colisão com os lobbies corporativos dos funcionários públicos, uma minoria bem remunerada e protegida em relação à imensa maioria dos brasileiros. A folha de pagamentos da União é sua segunda maior despesa - R\$ 363,4 bilhões previstos para 2021. O governo não pretende, e o Centrão não quer, mexer nesse setor. Apesar do congelamento do salário dos servidores neste ano, os militares receberão aumentos. A possibilidade de corte de até 25% com redução de jornada é crucial, mas foi abandonada. O relator Márcio Bittar assinalou corretamente em seu parecer: “A redução de remuneração com redução da jornada constitui, dentre as medidas previstas, a única efetivamente capaz de acarretar uma diminuição da despesa com pessoal. As demais somente poderão evitar que ela continue a crescer”. A proposta foi desprezada.

A primeira fonte de despesas da União, a Previdência, já foi objeto de uma reforma que começa a dar frutos. Mesmo assim, o governo tentou atingir as aposentadorias via congelamento do salário mínimo, provando uma distribuição de renda ao reverso - a cada 0,1% adicional do INPC, são cerca de R\$ 700 milhões de economia com a Previdência. Mas a “maldade” atingiria todos os trabalhadores que ganham o mínimo, quando mal há emprego.

O relator optou pela mudança nos recursos na saúde e educação, com apoio do novo presidente da Câmara, Arthur Lira. Eles consomem R\$ 219,4 bilhões (Orçamento de 2021), muito menos que as despesas com funcionalismo. Não se trata só de números, porém. É inacreditável que durante uma pandemia mortal a correção de gastos de um Estado paquidérmico recaia sobre saúde. A covid-19, além disso, atrasou a instrução de todos em um ano e esse tempo perdido que precisa ser recuperado, principalmente nas escolas públicas - com menos recursos, se a PEC for aprovada. Antes, o governo sugeriu segurar o aumento de verbas ao Fundeb.

A discussão das vinculações são complexas e já deveriam ter sido enfrentadas pelo Congresso, mas não deveriam entrar de afogadilho em uma PEC Emergencial que está no Congresso desde 2019 e que foi desfigurada. Pior, para fazer a desvinculação, a PEC muda o capítulo dos direitos sociais - moradia, trabalho, saúde,

educação etc - acrescentando um parágrafo: em sua promoção, “deve ser observado o equilíbrio fiscal intergeracional”. Com uma penada vai-se parte importante da Constituição de 1988. Essa discussão é crucial, as opções em país pobre como o Brasil são exíguas, mas este é outro tema importante demais para ser deixado nas mãos do governo Bolsonaro e dos arrivistas do Centrão.

Pelo desejo dos líderes do Congresso, a aprovação da PEC no Senado bastará para que uma MP deslanche o pagamento do auxílio. Pelas ambições iniciais e pelo resultado final, a montanha governista pariu um rato bem feio.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mais durabilidade e ótimo custo-benefício.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Se lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Rastreador sem mensalidades que permite o motorista acompanhar em tempo real, finalmente chega ao Brasil com um preço especial!

RASTREADOR GPS-I FOUND

por taboola

Conteúdo Publicitário

Pacheco diz que desvinculação pode ser alterada

Presidente da Casa deu a entender que governo e Congresso terão que discutir desvinculação

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

24/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), admitiu ontem que haverá resistências à proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial, diante da decisão do relator de manter no texto uma desvinculação das receitas da saúde e educação. Apesar da pressão, líderes do governo explicaram que a manutenção da medida foi uma “decisão política”, tomada em conjunto com a base aliada, a equipe econômica e o Palácio do Planalto.

A explicação de interlocutores do Executivo leva em conta o posicionamento público do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que já defendeu a revogação dos mínimos constitucionais. Pacheco, por outro lado, deu a entender que governo e Congresso terão que discutir para avaliar se isso continuará ou não no texto final.

“De fato, o parecer mantém a regra da desvinculação e já houve manifestações de senadores, inclusive líderes, contrários à ideia. Vamos propor, sentar e conversar para ver se vai manter. Não será imposta a posição do senador Bittar nem minha própria posição. Vamos amadurecer entre hoje [ontem] e amanhã [hoje]”, explicou.

Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), entretanto, o parecer apresentado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) foi o “texto possível” e vai permitir a estabilização da dívida pública. “A PEC é fruto de

entendimentos prévios entre partidos que apoiam governo, Ministério da Economia e Segov. É uma leitura do que seria o texto possível. Isso foi costurado ao longo dos últimos dez dias e se tomou decisão política de manter a desvinculação. A gente sabe que existe reações, críticas, mas vamos trabalhar para ver o que teremos de compreensões ou incompreensões em relação a vários aspectos”, afirmou.

Para Bezerra Coelho, a repercussão da PEC é “muito boa”. Ele não quis responder, porém, se a questão dos pisos constitucionais foi incluída no relatório final como “gordura”, ou seja, algo a ser cortado após negociações que garantam a aprovação da matéria na Casa.

“Este ponto [desvinculação] é o único ponto [de divergência]? Só vamos saber isso na hora que encerrarmos o prazo de emendas, que é quando vamos ver os pontos de preocupação colocados pelos senadores e aí vamos fazer um balanço por onde se construir um caminho médio que o Pacheco está falando. Isso pode ser ou não pela desvinculação. Ainda é cedo”, disse.

Já o novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Otto Alencar (PSD-BA), deu o tom da insatisfação com a proposta. Ele afirmou não enxergar qualquer chance de a matéria ser aprovada da forma como foi apresentada por Bittar. “Nós aprovamos no ano passado a PEC do Fundeb e agora vai se desvincular essa coisa que foi feita? Dá para ter estabilidade política, administrativa numa situação dessa? É brincadeira aprovar a PEC do Fundeb e agora desvincular [o piso], não existe isso. Na saúde e educação, a minha posição é votar contra isso. Não vejo chance de passar isso aqui”, criticou.

O senador do PSD afirmou ainda que o plenário do Senado não deverá aprovar a quebra de interstício da PEC se os pontos “polêmicos” não forem retirados do parecer final. “Se forem retiradas essas coisas que são polêmicas, aí sim podemos quebrar o interstício para votar a PEC [em dois turnos]”, explicou. Por ser tratar de uma emenda à Constituição, que exige a aprovação em dois turnos, o plenário do Senado precisa autorizar a quebra do interstício para que a matéria seja examinada duas vezes na mesma sessão.

Maioria no Supremo é contra excluir ICMS da CPRB

Faltava apenas ontem o voto do ministro Luiz Fux para a conclusão da sessão

Por Beatriz Olivon e Joice Bacelo — De Brasília e Do Rio

24/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para manter o ICMS na base da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). O julgamento foi retomado no Plenário Virtual há pouco mais de uma semana e a maioria foi formada ontem à noite. Faltava apenas o voto do ministro Luiz Fux para a conclusão da sessão.

O processo foi um dos temas tributários tratados recentemente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com o presidente do STF, ministro Luiz Fux. A maioria formada contra o contribuinte surpreendeu alguns tributaristas, que esperavam o mesmo resultado do julgamento que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins - apesar de haver uma diferença entre as teses.

Os advogados esperavam que o ministro Nunes Marques votasse pela exclusão, por causa de seus precedentes quando desembargador, que excluía o ISS da base do PIS e da Cofins e também o ICMS da CPRB - caso em que replicou decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No STF, ele votou para manter o imposto estadual.

No recurso ao STF, a empresa Midori Auto Leather Brasil questionou decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (SP e MS). O TRF entendeu que o

montante relativo ao ICMS integra o conceito de receita bruta para fins de determinação da base de cálculo da contribuição previdenciária.

A empresa alega que compete à União criar contribuição sobre o faturamento ou a receita bruta e, por isso, a decisão desrespeita o artigo 195 da Constituição. Já a União argumenta que o conceito de receita bruta deve ser o previsto na legislação, e não o da Constituição (RE 1187264).

Para o relator, ministro Marco Aurélio Mello, é incompatível com a Constituição Federal a inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB. O ministro afirma em seu voto que o tema não é novo e ele mesmo já decidiu que o imposto não pode ser incluído na base de outra contribuição social, a Cofins. Depois o Plenário definiu, em 2017, a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

Ainda segundo o relator, para tentar distinguir o caso da CPRB dos precedentes, a União articula a facultatividade da sujeição ao regime substitutivo da CPRB, buscando flexibilizar a observância à moldura constitucional do tributo. “O argumento seduz, mas não convence”, diz ele em seu voto, que foi seguido pelo ministro Ricardo Lewandowski e pelas ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber.

O ministro Alexandre de Moraes divergiu. Para ele, a Emenda Constitucional nº 42, de 2003, inaugurou uma nova ordem previdenciária, ao inserir o parágrafo 13 ao artigo 195 da Constituição - alteração que permite a instituição de contribuição previdenciária substitutiva da incidente sobre a folha de salários e pagamentos. Diante da autorização constitucional, foi editada a Lei nº 12.546, de 2011, e criou-se a CPRB, um benefício fiscal facultativo.

“De acordo com a legislação vigente, se a receita líquida compreende a receita bruta, descontados, entre outros, os tributos incidentes, significa que, contrario sensu, a receita bruta compreende os tributos sobre ela incidentes”, afirma.

Ele acrescenta em seu voto que permitir que a recorrente entre ao novo regime abatendo do cálculo da CPRB o ICMS ampliaria “demasiadamente” o benefício fiscal. O entendimento foi seguido pelos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e Luís Roberto Barroso.

O ministro Luiz Fux não votou até o fechamento da edição e pode suspender o julgamento com um pedido de vista. O término estava previsto para ontem.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Mais durabilidade e ótimo custo-benefício.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Se lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

VALOR INVESTE

IRB terá novo presidente do conselho ou novo presidente até fim de março

VALOR INVESTE

Surto de covid-19 em Wuhan pode ter sido antes e maior, diz OMS

Intervenção na Petrobras é ‘ruído’ e pode afetar atividade

Para economistas, governo erra ao adicionar mais incerteza à economia

Por Ana Conceição — De São Paulo

24/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A intervenção do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras pode levar a uma piora das condições financeiras e a um consequente impacto negativo na atividade, se a medida se materializar em mudanças de fato na política de preços da estatal.

Economistas afirmam que é preciso acompanhar o desenrolar do caso para avaliar melhor o dano potencial ao crescimento previsto para o ano. Mas é consenso de que este não é o momento para adicionar ainda mais ruído à economia.

“É cedo. Precisamos acompanhar essa história, ver até onde chega, para ter ideia dos potenciais efeitos para a atividade”, afirma Alessandra Ribeiro, sócia-diretora da área de macroeconomia da Tendências Consultoria.

Se confirmada a interferência na gestão de preços praticados pela estatal, o impacto para a atividade seria negativo.

A Tendências estima crescimento de 2,9% neste ano, abaixo da mediana do Focus, de 3,3%, e deve manter esse cenário conservador por causa do recrudescimento da pandemia e das incertezas fiscais.

“Em princípio, não devemos mudar esse número, mas há um risco baixista”, diz Ribeiro.

Hélcio Takeda, sócio da Pezco Economics, argumenta que, se não houver mudança na política de preços da petroleira, a pressão vista sobre os ativos financeiros nos últimos dias refluirá.

“Vai se dissipar ao longo do tempo se não houver uma alteração efetiva”, diz ele.

A Pezco estima crescimento do PIB em 3% em 2021. Por um lado, espera recuperação na atividade de serviços com o avanço da vacinação. Por outro, considera esgotado o ímpeto de consumo de bens duráveis que puxou o varejo em 2020.

Ainda sobre a Petrobras, de imediato, a decisão do presidente da República afeta a confiança dos agentes, num momento em que as estimativas de crescimento estão sendo revisadas para baixo, e as de inflação, para cima, observa Takeda.

A reação inicial do mercado ao anúncio de Bolsonaro foi uma forte alta nos juros futuros, depreciação cambial, queda da bolsa e aumento do risco-país, na segunda-feira.

Ontem, houve uma descompressão com notícias relacionadas à privatização da Eletrobras e expectativa de avanço da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial no Congresso.

“Se os preços continuarem a oscilar ao redor dos patamares atuais, depois de certa defasagem, podem afetar a atividade econômica. Juros mais altos encarecem o crédito. É um canal direto. A percepção de risco mais alto se refletiria num câmbio mais depreciado, que elevaria as expectativas de inflação e poderia levar a um Banco Central mais duro em relação ao ajuste na política monetária”, diz Ribeiro, da Tendências.

O câmbio, afirma Takeda, é uma variável que tem frustrado as expectativas na medida em que muitos imaginavam uma taxa mais próxima de R\$ 5,15 e R\$ 5,20 nesta época que os atuais R\$ 5,44, o que já ajuda a piorar a expectativa de inflação.

Os ruídos trazidos pela intervenção de Bolsonaro na Petrobras se adicionam a esse cenário.

No episódio envolvendo a estatal chama novamente atenção a perda de força do ministro da Economia, Paulo Guedes, e de sua agenda, mais uma vez colocada em xeque, diz Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria.

“O risco é o governo seguir para uma trajetória fiscal ruim, o que naturalmente bate em câmbio, em inflação, pressiona o prêmio de risco, reduz investimento e prejudica a trajetória de recuperação”, comenta.

A 4E estima crescimento de 3,7% neste ano, uma projeção que por enquanto está mantida diante de uma expectativa de recuperação no setor de serviços, em especial no segundo semestre, quando a vacinação contra a covid-19 estiver mais avançada.

A consultoria casa também espera para o segundo semestre retomada do emprego com recomposição de horas trabalhadas e da massa de salários.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Bônus de até R\$ 15 mil para Sprinter!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Se lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

Governo ganha meios para garantir teto até 2022

Para a União, a PEC prevê dois “gatilhos” que acionam as medidas de ajuste fiscal

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

24/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Se o substitutivo da proposta de emenda constitucional (PEC) 186, apresentado ontem pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), for aprovado, o governo terá os meios para conter as despesas e fechar o Orçamento deste ano e também o de 2022, respeitando o teto de gastos. Para a União, a PEC prevê dois “gatilhos” que acionam as medidas de ajuste fiscal.

Em situação normal, as medidas poderão ser adotadas se a despesa obrigatória primária, submetida ao teto de gasto, superar 95% da despesa primária total. A proposta orçamentária para este ano, que ainda não foi votada, foi elaborada com a projeção de que a despesa obrigatória primária, submetida ao teto, ficaria em 94,2% do limite.

O problema é que a proposta, elaborada em agosto de 2020, utilizou um INPC de apenas 2,09% no ano passado, quando ele terminou o ano em 5,45%. O INPC corrige o salário mínimo, os benefícios previdenciários e assistenciais. Com isso, a proposta terá que ser substancialmente modificada. Fontes credenciadas disseram ao **Valor** que a despesa obrigatória primária está em torno de 98% do teto, o que aciona o “gatilho” das medidas.

A expectativa é que para o próximo ano ela também ficará acima do limite, pois ainda não existe a proibição de reajuste salarial para os servidores, já adotada para

2021. Ao disparar o “gatilho”, o governo poderá não conceder aumento aos servidores também em 2022, entre outras medidas. A PEC proíbe ainda elevação do valor de benefícios de cunho indenizatório destinados a qualquer membro de Poder, servidor ou empregado da administração pública.

Se o Congresso Nacional decretar situação de calamidade pública por conta do recrudescimento da pandemia de Covid-19, como faculta a PEC 186, a União também terá que adotar as medidas de ajuste pelo prazo de dois anos. Ou seja, estará proibida de conceder aumento de salários para os servidores, realizar concurso público, alterar estrutura de carreiras, criar ou ampliar auxílios, instituir despesa obrigatória e adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação. Essas medidas compensariam a prorrogação do auxílio emergencial.

Para os Estados e municípios, a PEC estabelece que se as despesas correntes superarem 95% das receitas correntes, apuradas no período de 12 meses, é “facultado” aos governadores e prefeitos aplicar as medidas de ajuste. Portanto, a adoção do aperto fiscal não é uma exigência a ser cumprida por eles na situação definida pela PEC. Há, no entanto, um “gatilho” intermediário.

Quando a despesa corrente superar 85% da receita corrente, o governador ou o prefeito poderá adotar as medidas de ajuste fiscal. Mas terá que submetê-las ao Poder Legislativo. O ato perderá eficácia se for rejeitado pelo Legislativo, mas será reconhecida a sua validade durante a sua vigência. Também perderá eficácia se não for apreciado no prazo de 180 dias.

Se o Congresso decretar a calamidade pública por conta da pandemia, os Estados e municípios também serão obrigados a adotar medidas de ajuste fiscal e elas terão a duração de dois anos. Assim, eles teriam que congelar os salários dos seus servidores também em 2022. Várias Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais já aprovaram reajuste para os servidores a partir de janeiro do próximo ano. Elas teriam, portanto, de cancelar as medidas.

É interessante observar que o substitutivo da PEC 186 acaba com as punições para o Poder ou órgão público que descumprir o teto de gastos. Este é o reconhecimento

da impossibilidade de que isso ocorra, ou seja, de que o teto seja descumprido, da forma como está redigida a emenda constitucional 95/2016.

Outra mudança importante é que o acionamento das medidas de ajuste ocorrerá, de acordo com a PEC 186, no processo de aprovação da lei orçamentária. Não fica claro, no texto, se é o relator-geral da proposta que fará o ajuste ou ele solicitará ao governo que refaça as estimativas de gasto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mais durabilidade e ótimo custo-benefício.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Se lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Rastreador sem mensalidades que permite o motorista acompanhar em tempo real, finalmente chega ao Brasil com um preço especial!

RASTREADOR GPS-I FOUND

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

Fim do piso para educação significa repetir práticas de duas ditaduras

Criada em 1934, medida só foi suspensa no Estado Novo e no regime militar

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

24/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Mozart Ramos: “Nós sabemos que há gestores que não entendem a educação como investimento, mas sim custo” —
Foto: Claudio Belli/Valor

Entidades e especialistas em educação criticaram ontem a proposta de eliminar o piso constitucional para investimento em educação e saúde. No caso do ensino, a medida representaria a quebra de uma vinculação criada pela primeira vez em 1934. Desde então, o Brasil viveu dois períodos sem um patamar mínimo de despesa para educação: de 1937 a 1945, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, e na ditadura militar, de 1967 até 1985, quando foi regulamentada a Emenda Calmon.

Os gastos com educação só registraram queda contínua justamente nos períodos em que não houve vinculação mínima constitucional, lembra o professor Romualdo Portela de Oliveira, diretor de pesquisa e avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). “Os valores aplicados em educação diminuíram nessas ocasiões. Se o desejo é garantir condições mínimas para a população, o governo deve tentar outros meios, mas não tirando da educação e saúde. A reforma tributária, por exemplo, seria um caminho. É aquele argumento de ocasião e, na verdade, uma agenda que sempre esteve na mesa e voltou agora”, afirma.

O parecer final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, divulgado ontem, confirmou a retirada dos pisos para educação e saúde. Desde a Constituição de 1988, o governo federal é obrigado a destinar 18% da receita para educação, enquanto Estados e municípios devem aplicar 25%. Já para a saúde, o mínimo constitucional é de 12% da receita para Estados e de 15% para os municípios.

“Esse é um filão que o ministro Paulo Guedes já tinha colocado desde o início do governo e aproveitou agora esse momento da pandemia. Ocorre que esse jogo tem um custo bastante complexo e danoso tanto para a educação como para a saúde. Nós sabemos, por exemplo, que há gestores que não entendem a educação como investimento, mas sim custo”, afirma Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para Mozart, é equivocada a percepção de que aumentar o gasto com educação não tem relação direta com a melhora da aprendizagem. “Sempre digo que é preciso melhorar a gestão das despesas também, mas isso também ocorre por meio da vinculação. Se eu coloco 37% do meu orçamento [no caso dos Estados] para educação, há um olhar diferenciado para esse dinheiro.”

Ele ainda cita casos de sucesso em que o valor adicional aplicado em educação ajudou a trazer mais resultados. “Basta lembrar o impacto do Ceará quando se passou a redistribuir parte do ICMS de acordo com o número de crianças alfabetizadas, e não só matriculadas. Quando atrelamos dinheiro a resultados, há outro sentido e importância para o planejamento e resultado de uma atividade”, afirma Mozart.

Oliveira, do Cenpec, ainda avalia que a extinção do piso acabaria por implodir o novo Fundeb, aprovado no ano passado e que eleva gradualmente de 10% para 23% os repasses da União para as redes de ensino com menos recursos no Brasil. “O Fundeb é uma redistribuição de recursos vinculados, se não tem a vinculação, não tem Fundeb”, resume.

A Undime, entidade que representa os secretários municipais de Educação, considera a alteração “impensável”. “É temerário repetir o discurso de que há recursos e de que o problema é de gestão, ou de que a desvinculação daria mais autonomia aos entes federados”, diz nota divulgada ontem. Posição semelhante também veio do Consed, que reúne os secretários estaduais de Educação. “No que se refere à educação, muito ainda há que se investir na manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública, para que se alcancem patamares satisfatórios de qualidade”, diz nota da instituição.

O movimento Todos pela Educação lembrou que a medida vai na direção contrária às regras do novo Fundeb. “Importante lembrar que a Emenda Constitucional 108, aprovada de forma quase unânime no Congresso Nacional em 2020, tornou o Fundeb mais justo e eficiente na distribuição dos recursos educacionais”, diz nota da entidade.

Dividido, governo estuda fundo para combustíveis

MME avalia 'colchão' para aliviar reajustes, mas Economia é contra

Por **Daniel Rittner e Fabio Graner** — De Brasília

24/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Ministério de Minas e Energia (MME) está atualizando estudos sobre a criação de um fundo para compensar grandes variações no preço de combustíveis. A ideia, já discutida pelos técnicos da pasta entre o fim de 2019 e o início de 2020, é encontrar um mecanismo capaz de amortecer o efeito de altas súbitas do petróleo no mercado internacional sobre os valores da gasolina e do diesel no Brasil.

Pela proposta em debate, sempre que o barril do óleo no exterior superar o patamar de referência no Orçamento Geral da União (OGU), o excedente de receitas obtidas com a arrecadação de royalties e participações especiais iria para esse novo fundo.

A proposta orçamentária de 2021, ainda em tramitação no Congresso Nacional, prevê uma média de US\$ 44,49 para o preço do barril de tipo Brent (referência internacional). Com base nisso e nas atuais estimativas de produção, prevê-se um total de R\$ 51,8 bilhões em receitas advindas da exploração de petróleo neste ano.

Com a recuperação da economia global nos últimos meses, impulsionada pelo avanço da vacinação contra a covid-19 nos países ricos, o Brent tem ficado acima do patamar de US\$ 60 nas últimas semanas. Esse movimento, aliado à desvalorização do real, explica o aumento da gasolina e do diesel pela Petrobras.

O mecanismo em estudo pelo MME prevê “bandas” ou “gatilhos” de preço. A partir de determinado valor, possivelmente quando a cotação internacional ultrapassar o nível projetado no orçamento, parte dos recursos ou todo o adicional iria para esse fundo de compensação. Na avaliação de técnicos que defendem o mecanismo, isso permitiria atenuar reajustes dos combustíveis sem desarrumar as finanças públicas. Obviamente o governo deixaria de usar essa arrecadação “extra” no resultado primário, mas não prejudicaria as contas em relação ao definido no OGU.

Por outro lado, quando a cotação do petróleo estiver abaixo do patamar indicado na lei orçamentária, não haveria necessidade de acionar o “colchão” amortecedor porque os preços menores no mercado internacional já provocam, por si só, certo alívio no plano doméstico. Para sair do papel, a constituição do fundo exigiria aval do Congresso Nacional - o que não tende a ser problema, graças ao apelo do tema.

Essa possibilidade, porém, encontra resistências no Ministério da Economia, que não vê o mecanismo como solução no curto prazo. Para integrantes da equipe econômica, a experiência internacional é de fracasso com o modelo.

Uma das críticas, entre interlocutores do ministro Paulo Guedes, é que a medida requereria um orçamento novo e também iria em direção contrária ao espírito de redução dos fundos públicos que a Economia quer promover.

Outro elemento contrário a essa proposta é o custo, dado que exigiria um elevado volume de recursos para suavizar os preços. A fonte levanta ainda a existência de um risco enorme de captura e desvio de dinheiro, sem falar nos custos de gestão que implicaria.

O mecanismo, concorda a fonte da área econômica, lembra a antiga conta-petróleo, que foi extinta ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e que era um mecanismo para amortecer os preços de aquisição de petróleo importado. Ela foi substituída pela Cide, um imposto regulatório sobre combustíveis que hoje se encontra com alíquota zerada.

A equipe econômica segue trabalhando em medidas de compensação para redução na tributação de combustíveis. Como o **Valor** já publicou, a retirada de isenção do

IOF sobre fundos constitucionais de financiamento e mexidas na tributação de bancos e benefícios ao setor petroquímico estão em estudo pelos técnicos do governo.

O vice-presidente Hamilton Mourão comentou, na segunda-feira, sobre a ideia de um “colchão” amortecedor dos preços de combustíveis. “A solução para isso é se a gente conseguisse criar um fundo soberano, com base nos royalties do petróleo, e esse recurso, quando houvesse essas flutuações, fosse utilizado para amortecer os aumentos”, opinou Mourão, que foi questionado sobre as mudanças na Petrobras. **(Colaborou Matheus Schuch)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Mais durabilidade e ótimo custo-benefício.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Se lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Peças que não podem faltar no seu guarda-roupa

AMARO

por taboola

Conteúdo Publicitário



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

Desvinculação pode fortalecer democracia

Pandemia não mudou viés liberal da agenda econômica

24/02/2021 05h00 · Atualizado há 4 minutos

Em novembro de 2018, definida a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial, Paulo Guedes, escolhido para ser o ministro da Economia do novo governo, foi a Brasília tomar pé da real situação fiscal do país. Foi recebido no Palácio do Planalto pelo então presidente Michel Temer, o ministro Moreira Franco (articulação política), o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR). Temer queria saber de Guedes que plano ele tinha para a então 7ª economia do planeta.

Os encontros não se limitaram aos integrantes da cúpula do governo e do Congresso. O atual ministro se reuniu também, na ocasião, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. Com o entusiasmo típico de quem chega a Brasília achando que, a bordo de suas (boas) ideias, a Ilha de Vera Cruz finalmente saltará do século XIX para o XXI, Guedes disse a todos, com sinceridade desconcertante, o que discorrera a Temer.

Pandemia não mudou viés liberal da agenda econômica

"Olha, vocês têm uma vida muito difícil hoje porque 96% do orçamento está carimbado. Vocês são eleitos, têm que tentar pegar cargos nas estatais para desviar recursos para financiamento de campanha, que é assim que financiamento político

é feito no Brasil. Aí, vocês têm que fugir do [juiz] Sergio Moro por dois, três, quatro anos. Se tudo der certo, vocês são reeleitos. Quando vocês são reeleitos, o jogo político é 'voltem para a casa 1 [do tabuleiro]'. Vocês, então, começam tudo de novo. Mas, aí, no terceiro ou quarto mandato, serão presos", observou Guedes, segundo depoimento de participantes daqueles convescotes.

"Por exemplo, o Aécio Neves, a Dilma Rousseff e o Lula estão acossados. Quase pegaram o senhor, presidente Temer. Os senhores acham que essa é uma forma razoável de viver?", indagou o ministro para, na sequência, expor aos interlocutores seu plano mais ambicioso. "O que nós queremos é devolver os orçamentos e a responsabilidade dos orçamentos para a classe política. Para quê? Para não ter que fazer um financiamento lateral [de campanha], tortuoso, todo equivocado. Vocês têm que ser eleitos porque fizeram boas coisas com suas decisões e não porque desviaram mais recursos [públicos] para seus financiamentos de campanha", prosseguiu Guedes, colhendo dos poucos espectadores um silêncio profundo, "ensurdecidor" para quem não acha palavras nem argumentos racionais que desembaracem o constrangimento generalizado.

Temer, o mais eloquente dos ouvintes, disse apenas: "Ousado. Teria todo o meu apoio se eu estivesse aqui". Quebrando um liturgia do cargo de primeiro mandatário da República, o então presidente levou Paulo Guedes ao elevador e o acompanhou até o térreo.

Três dias depois, Guedes foi convidado para almoçar com os então presidentes do TCU, José Múcio Monteiro; do STF, Dias Toffoli, e do STJ, João Otávio Noronha. O ministro repetiu sua pregação pela desvinculação das receitas - como obriga a Constituição nos casos da saúde e da educação - e a desindexação das despesas, como os benefícios da previdência.

Guedes expôs, então, a ideia de criação do Conselho Nacional da República, que reuniria, a cada três meses, os chefes do três poderes da República para discutir a situação fiscal do país, uma ideia, de fato, fabulosa, embora inexecutável para um país dominado por uma chaga secular chamada "pa-tri-mo-ni-a-lis-mo", a mais vil de todas as correntes da corrupção e a mais intocada, aceita e defendida de peito aberto pelos donos do poder nesta Ilha de Vera Cruz desde a invasão dos europeus, em 1500.

Nota do redator: se alguém necessita de desenho para entender o que é patrimonialismo, segue aqui humilde sugestão. É a ideia de os usuários do poder, em todas as suas categorias (funcionalismo público, políticos, empregados de estatais, sindicatos patronais e de trabalhadores e empresas privadas fornecedoras de bens e serviços para o Estado), sejam - ou se sintam e se comportem como - donos da coisa pública. São os donos, literalmente, daquilo que chamamos de República.

Entusiasmadíssimo com a explanação do futuro ministro da Economia, Toffoli reagiu da seguinte maneira: "Nós vamos para a História se tivermos essa coragem. Vamos dormir no Brasil e acordar nos Estados Unidos, na Alemanha, em qualquer país desenvolvido do mundo porque é isso o que acontece."

O Plano Guedes, que já foi chamado de Plano Mansueto, morreu com a pandemia, mas renasce agora com a vontade política decisiva de um presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disposto a brigar por ideias polêmicas.

Ontem, na **Live do Valor**, Lira detalhou a agenda econômica ambiciosa que pretende votar até o fim deste ano. Entre os temas mencionados, constam, nesta ordem de importância, a PEC Emergencial que institui regras para o "shutdown" da União, dos Estados e municípios, isto é, os mecanismos que os entes da Federação poderão usar para enfrentar crises fiscais provocadas, por exemplo, por situações de calamidade pública, como a pandemia.

O ponto mais importante e polêmico da PEC, porém, é a proposta de desvinculação de receitas - como as existentes na educação e na saúde, fixadas na Constituição - e a desindexação de algumas despesas. Lira tem convicção de que a desvinculação, que vem sendo debatida desde o governo Collor (1990-1992), tem chance de ser aprovada pelo Senado, onde tramita a emenda neste momento, e depois pela Câmara.

O presidente da Câmara sustentou que a rigidez orçamentária, decorrente da vinculação de receitas, provoca ineficiência nos gastos, e a educação comprovaria isso, uma vez que o país desembolsa hoje algo em torno de 6% do PIB, mas a qualidade do ensino público básico e fundamental só piora.

O deputado informou que, se o Senado aprovar a PEC ainda nesta semana, a Câmara poderá usar rito sumário para votar a PEC, uma vez que as comissões da Casa ainda não foram instaladas - o regimento permite que, neste caso, a matéria (a PEC) possa ser votada sem ter que percorrer todo o caminho tradicional (admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça, apreciação por comissão especial criada para essa finalidade, etc).

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Alarmes Verisure N°1 | Proteção 24h

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Novo cartão de crédito atinge marca de 1 milhão de pedidos. Peça o seu!

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Peças que não podem faltar no seu guarda-roupa

AMARO

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Com troca na Petrobras e desoneração de combustíveis, Bolsonaro afasta mais governo da linha de Guedes

Comércio prevê cortes em locais que já adotaram restrição

Lista inclui Amazonas, Paraíba, Ceará, Bahia e São Paulo

Por Cibelle Bouças, Marina Falcão e Marta Watanabe — De Belo Horizonte, Recife e São Paulo

24/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Medidas como o toque de recolher ou o lockdown têm sido adotadas por mais Estados e municípios a cada dia e, embora estabelecidas para enfrentar disseminação intensa da covid-19, criam incertezas para segmentos como os de bares, restaurantes e comércio em geral. Entre os Estados que já decretaram restrições do tipo, estão Amazonas, Paraíba, Ceará e Bahia. Entre as prefeituras, Uberlândia (MG) adotou toque de recolher, e Araraquara (SP), lockdown.

Com restrição de acesso às vias públicas durante todo o dia desde o último domingo, Araraquara está até mesmo com comércio de produtos essenciais, como o supermercados e varejo de alimentos, trabalhando com portas fechadas, com vendas apenas por telefone ou internet e presença de até 30% do total de empregados. Ontem à tarde o lockdown foi ampliado até as 6h do dia 27.

A expectativa, diz José Janone Junior, presidente da Associação Comercial e Industrial de Araraquara, é que depois disso as medidas para o comércio sejam flexibilizadas. Atualmente, diz, o comércio de bens não essenciais está impedindo até mesmo de fazer entregas. Sem alguma flexibilização, diz Janone, haverá nova leva de fechamento de empresas.

No ano passado, diz ele, estima-se que 30% do comércio fechou as portas definitivamente. Entre bares e restaurantes, o índice foi de 50%. A ampliação do

lockdown, diz Antonio Deliza Neto, presidente do Sincomercio, abala ainda mais a confiança para o consumo, cujo ímpeto já se enfraqueceu com o fim do auxílio emergencial. No conjunto de janeiro e fevereiro, diz Deliza Neto, as vendas do comércio de Araraquara já caíram 50% em média contra igual período de 2020. E no ano passado o setor fechou com queda de 30% em média do faturamento, aponta.

Com 46 operações em 17 Estados, a tradicional rede Coco Bambu avalia encerrar atividades de oito restaurantes na capital cearense, depois de demitir 147 dos 606 funcionários do quadro local. Desde de quinta-feira, todo o comércio na capital cearense, incluindo os restaurantes, só podem abrir até às 20h. Nos fins de semana, o horário está restrito até 15h.

Sócio do Pirata Bar, em Fortaleza, o empresário Taiene Riguette, presidente da Associação de Bares e Restaurantes do Ceará (Abrasel-CE), diz que durante a semana, o movimento caiu pela metade, na média, e nos fins de semana recuou 80%. O empresário, que demitiu 75 dos 160 funcionários que tinha desde o início da pandemia, afirma que 40% dos negócios do setor no Ceará já fecharam as portas e estima que na segunda onda mais 10% dos estabelecimentos no Estado devem “quebrar”.

Em João Pessoa, a medida para bares e restaurantes é ainda mais restritiva, com funcionamento proibido a partir das 16h, com exceção dos serviços de delivery e “pegue e leve”. A regra começa a vigorar a partir de amanhã. “O impacto será devastador”, diz Marco Muzzini, diretor da Abrasel na Paraíba e dono de uma pizzaria. “O delivery e o take away representam só 15% do faturamento dos restaurantes.”

A prefeitura de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, decretou toque de recolher e lei seca desde ontem. No período das 20h às 5h, fica proibida a circulação de pessoas e veículos nas vias públicas. A venda de bebidas alcoólicas foi proibida em todos os estabelecimentos em qualquer horário.

Para a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), a medida terá impacto significativo no varejo, especialmente para micro e pequenos empreendedores. “Muitos comerciantes estavam se reestruturando e retomando

até mesmo contratações e agora sentem o impacto dos fechamentos novamente”, diz Paulo Romes Junqueira, presidente da Aciub. Ele lembra que os benefícios que existiam em 2020, como suspensão dos contratos de trabalho e redução de jornada e salário não estão mais disponíveis, o que dificulta a recuperação das empresas.

Patrícia Prado, sócia de uma loja da Cacau Show no centro de Uberlândia, disse que demitiu três pessoas no ano passado por causa do impacto da pandemia, ficando com dois funcionários. E agora pode ter que demitir novamente. “Sem a possibilidade de redução de jornada e de salário e sem auxílio emergencial vai ser pior.”

Marcelo Cruz Resende, dono da Spiral Papelaria, relata uma queda de 65% nas vendas neste ano, em comparação com o mesmo período de 2020. Resende, que emprega hoje 20 pessoas, disse que demitiu quatro pessoas no ano passado e pode voltar a fazer cortes na equipe, dependendo da duração das restrições.

Danilo Pires, dono da Center Joias, diz que as suas vendas estão 30% menores do que em 2020, sendo que no ano passado as vendas já encolheram 28%. O empresário diz ser a favor das medidas de isolamento, mas considerou que o governo deveria ter adotado medidas mais restritivas antes, para evitar a explosão no número de casos.

“A prefeitura devia ter reprimido com veemência todas as aglomerações e festas. Não o fez. Agora temos que ajudar a enxugar o leite derramado”, critica Cícero Novaes, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Uberlândia. O executivo considera acertadas a proibição da venda de bebidas alcoólicas e o toque de recolher que, de acordo com ele, vão impedir a realização de festas clandestinas, que provocam aglomerações. Mas considera exagerado o fechamento do varejo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

Bolsonaro entrega MP da Eletrobras

Presidente leva pessoalmente propostas com regras para a privatização da companhia

Por Fabio Murakawa, Edna Simão, Raphael Di Cunto, Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro, Vandson Lima e Ana Luiza de Carvalho — De Brasília e São Paulo

24/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro entregou ontem ao Congresso Nacional a medida provisória que trata da capitalização da Eletrobras. Acompanhado de uma comitiva de ministros, Bolsonaro caminhou do Palácio do Planalto até a sede do Legislativo, para encontrar-se com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Bolsonaro, que foi deputado entre 1991 e 2018, disse ter “satisfação de voltar ao Congresso” para fazer a entrega da MP da Eletrobras. Ele disse ainda acreditar que Câmara e Senado tramitarão a matéria com celeridade.

“Nossa agenda de privatização continua a todo vapor e nós queremos, sim, enxugar o Estado, diminuir o tamanho do mesmo para que a nossa economia possa realmente dar a satisfação, a resposta que a sociedade precisa”, afirmou.

O presidente está sob críticas por intervir na Petrobras, ao queixar-se da política de preços da estatal e anunciar que não reconduzirá ao cargo o atual presidente, Roberto Castello Branco.

Pacheco, por sua vez, afirmou que o texto remetido pelo governo terá “a devida atenção, como todas as MPs”. Ele ponderou, no entanto, que as duas Casas Legislativas farão as modificações que julgarem necessárias. “É um gesto por parte

do presidente de respeito ao Congresso Nacional e que nós agradecemos, disse. “Vamos manter essa relação de cordialidade, respeito e independência entre os poderes que é fundamental para o bem do Brasil”, ressaltou o senador.

Lira, por sua vez, afirmou que dará início na próxima semana à tramitação da MP. “O Senado cumprirá seu papel, e a Câmara iniciará com muita rapidez a discussão dessa medida provisória, já com pauta para a próxima semana no plenário da Câmara.”

Lira classificou a entrega da MP como “primeiro passo de uma agenda que podemos chamar Agenda Brasil”. Como parte dessa agenda, ele citou privatizações, capitalizações e investimentos.

“Nós cumprimos nosso papel com unidade, acima de tudo respeito aos outros Poderes, harmonia que é o que o Brasil precisa para destravar neste ano”, disse.

O texto com o conteúdo da MP foi publicado em edição extra do “Diário Oficial da União” momentos após a visita de Bolsonaro ao Congresso. Ele permite o início dos estudos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E traz mudanças em relação projeto de lei que tratava da desestatização da Eletrobras, o PL 5877/2019. O projeto de lei foi enviado em novembro ao Congresso por Bolsonaro.

Entre as mudanças, está a prorrogação por 30 anos da concessão da hidrelétrica de Tucuruí. Em comunicado ao mercado, a Eletrobras afirmou que a unidade já está no regime de produtor independente, e não sob regime de cotas.

Outra mudança é a obrigação de aportes de recursos para revitalização dos recursos hídricos nas áreas de usinas hidrelétricas de Furnas. Serão destinados R\$ 230 milhões, em dez anos, para contratos de concessão afetados pela MP.

Além disso, foram estabelecidos aportes de R\$ 295 milhões para reduzir os custos de geração de energia na Amazônia Legal, também por dez anos. Outros R\$ 3,5 bilhões serão destinados para revitalizar a bacia do Rio São Francisco.

Haverá uma nova repartição de receita entre a União e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A CDE será responsável pelo pagamento de quotas anuais durante 30 anos, enquanto caberá à União a bonificação de outorga.

Será criada ainda uma classe especial de ações preferenciais, de propriedade exclusiva da União, que dará poder de veto nas deliberações sociais previstas na MP.

A MP remetida ao Congresso autoriza a União a criar sociedade de economia mista ou empresa pública a fim de manter sob o controle da União a operação de usinas nucleares, além da titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional por órgão ou por entidade da administração pública federal.

Ainda de acordo com a MP, se o governo não criar uma nova empresa, essas atribuições serão de responsabilidade da Eletronuclear.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Ilhados com Beats

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

NOVO PEUGEOT 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Se lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Mais durabilidade e ótimo custo-benefício.

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Garanta bolsas de até 50%* em sua graduação

Opinião do GLOBO

PEC Emergencial desidratada embute riscos

Projeto deveria criar regras fiscais para auxílio, restabelecer gatilhos e manter pisos na Saúde e Educação

A pesar do acerto entre Executivo e a cúpula do Congresso na semana passada para a aprovação da PEC Emergencial, com uma cláusula de calamidade a fim de viabilizar o auxílio emergencial, o projeto apresentado ontem ao Senado foi desidratado e embute vários riscos. O relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), já pusera em circulação no final do ano passado uma proposta sem muita capacidade de conter gastos públicos. Foi mal recebido. Em vez de se corrigir, repetiu a dose.

O primeiro grande risco nada tem a ver com o espírito original da PEC. Trata-se da recriação do auxílio emergencial ao largo de todas as âncoras fiscais que zelam pela saúde das contas públicas. No texto de Bittar, o novo auxílio fica não apenas fora do teto de gastos, mas também à margem do cálculo da meta fiscal e da regra de ouro (segundo a qual, o Estado não pode se endividar para gastar em custeio). Pelas contas do Ministério da Economia, se o gasto não passar de R\$ 40 bilhões por quatro meses, poderá ser compensado pela extensão do congelamento salarial do funcionalismo para este

ano. Mas não há garantia alguma de que o Congresso não queira ser mais generoso. Abre-se uma nova brecha para a explosão fiscal.

Também em 2020, o Orçamento de Guerra liberou dos controles fiscais os recursos para o auxílio. Embora a medida fosse necessária e urgente para lidar com a emergência da pandemia, seu custo ficou além do que era preciso — e ampliou a já exorbitante dívida pública. No campo da bondade, sempre haverá no governo correntes “desenvolvimentistas” prontas a impulsionar a economia por meio de despesas públicas sem qualquer preocupação fiscal. É uma receita desastrosa.

No ano passado, a liberação da ajuda a estados e municípios acertadamente implicou o imediato congelamento dos salários do funcionalismo. Desta vez, a PEC Emergencial estipula o veto a diversas medidas geradoras de gastos, como contratações, promoções ou reajustes. É o princípio correto. Mas Bittar retirou do texto o gatilho que, numa situação de grave crise fiscal, determinava corte de 25% nos salários dos servidores com igual redução da carga horária. Embora as demais medidas de contenção de despesas sejam desejáveis, fi-

cam aquém do necessário diante do descalabro fiscal que o país atravessa.

Finalmente, numa espécie de manobra diversionista que despertou reação virulenta nos setores afetados, Bittar incluiu na PEC a revogação dos pisos constitucionais dos gastos em Saúde e Educação, para União, estados e municípios. É preciso mesmo reduzir as despesas obrigatórias naquele que talvez seja o Orçamento mais engessado do mundo. Mas abandonar o compromisso com gasto mínimo em áreas tão estratégicas não é medida que possa ser tomada sem reflexão sobre as consequências.

No caso da Educação, o texto desfaz o que o próprio Congresso fez ano passado ao aprovar o novo Fundeb, principal fonte de recursos para o ensino público básico. Não é aceitável usar a PEC para abrigar esse enorme jabuti.

Tudo precisa voltar ao começo, com a reposição dos gatilhos, a retirada da desvinculação dos gastos com Educação e Saúde e um mínimo de disciplina na criação do auxílio emergencial. Se não for assim, além do descontrole da pandemia, o país enfrentará um aprofundamento sem limites da crise fiscal. Será uma dupla tempestade perfeita.

DECISÕES EM PROL DA VACINA

Governos locais poderão comprar doses, diz STF

BRUNO GÓES, PAULA FERREIRA E VICTOR FARIAS
em estab@globo.com.br

Em meio a críticas sobre a lentidão do Ministério da Saúde para imunizar a população contra a Covid-19, movimentos no Judiciário e no Legislativo para facilitar a aquisição e distribuição de imunizantes marcaram o dia de ontem. O Supremo Tribunal Federal formou maioria em torno do entendimento de que estados e municípios podem comprar os produtos caso o governo federal não cumpra o Plano Nacional de Imunização.

A Corte também ratificou a liberação do uso de imunizantes autorizados por determinadas agências reguladoras estrangeiras, se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não deliberar sobre o tema em 72 horas.

O placar de ontem confirma decisão liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski em dezembro do ano passado, autorizando a compra por estados e municípios e determinando o prazo de 72 horas para decisão da Anvisa. A ação em julgamento é de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Esse prazo está previsto na lei 13.979 e serve para garantir a autoridades a importação de vacina, mesmo diante da demora da Anvisa para aprovar o imunizante. Pela interpretação do STF, essa norma pode ser utilizada

da não apenas pelo governo federal, mas também por estados e municípios na compra de vacinas.

As agências estrangeiras que acelerariam o registro no Brasil, caso já tenham dado o aval a um imunizante, são a Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos; a European Medicines Agency (EMA), da União Europeia; a Pharmaceuticals and Medical Devices Agency (PMDA), do Japão; e a National Medical Products Administration (NMPA), da China.

PRESSÃO NO LEGISLATIVO

O julgamento, que ocorre em plenário virtual, estava previsto para terminar ontem. Até a conclusão desta edição, seis dos onze ministros haviam votado pela autorização. Além de Lewandowski, são eles: Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Marco Aurélio Mello, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Já a Câmara dos Deputados aprovou na tarde de ontem a Medida Provisória 1.026, que facilita a compra de vacinas pelo Brasil. O relator do texto, Pedro Westphalen (PP-RS), acolheu sugestões de colegas e estabeleceu prazo de sete dias úteis para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avaliar o registro emergencial de imunizantes já aprovados por outras agências estrangeiras — a última MP sobre o tema aprovada pelo Congres-



Distribuição. Em São Paulo, o governador João Doria acompanhou o carregamento de 1,2 milhão de doses da Coronavac, que serão repassadas aos estados

so definiu em cinco dias a obrigatoriedade de a agência dar o seu parecer.

Na MP votada ontem pela Câmara, que agora vai ao Senado, foi incluído no rol de agências reguladoras estrangeiras que acelerariam a avaliação de registro no Brasil o órgão de vigilância da Índia, que já autorizou a vacina Covaxin, que deve ser adquirida pelo governo federal. Na MP anterior, a agência russa, que aprovou a Sputnik, já havia sido incluída, e está contemplada. Na mesma linha da decisão do STF, também foi incluída a possibilidade de aquisição por estados e municípios, caso o governo federal não compre doses suficientes para atender o Plano Nacional de Imunização.

A Anvisa, que já havia reclamado de prazo de cinco

dias para liberar imunizantes, estipulado em uma medida provisória aprovada pelo Congresso que poderá ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, voltou a pedir "prazo para fazer uma análise mínima".

— Nós não defendemos um prazo justo para a análise porque nós queremos fazer retribuição, ou nós queremos ser criteriosos ou burocráticos. A importância de ter um tempo adequado para a nossa análise é o fato de que existem questões específicas para o nosso país que precisam ser endereçadas — disse Gustavo Mendes, gerente-geral de Medicamentos da Anvisa, durante coletiva de imprensa ontem sobre a aprovação da vacina da Pfizer (leia mais na página seguinte).

Com o aval do STF, governa-

dores retomaram negociações com fornecedoras de imunizantes contra a Covid-19. Governador do Piauí e representante do Fórum de Governadores, Wellington Dias (PT) disse que o grupo vai procurar o Instituto Butantan e a Fiocruz para questionar sobre a possibilidade de aquisição de produção excedente.

Outras três vacinas estão no radar dos gestores estaduais: a Sputnik V, com a qual alguns estados já têm conversas avançadas, a Covaxin e a da Pfizer. No caso desta última, a estratégia do Fórum é esperar a aprovação de medidas no Congresso que facilitem a compra do imunizante e, caso o Ministério da Saúde não feche o contrato, negociar com a farmacêutica pela via estadual.

Estados como a Bahia, no entanto, não pretendem espe-

rar esse processo e já marcaram reunião com a Pfizer para esta semana. As negociações do governo brasileiro com a empresa estão travadas.

— Eles afirmaram que deram até a semana que vem para o ministério se posicionar, caso contrário iriam disponibilizar (as doses) para outros países ou para os estados — disse Rui Costa, governador da Bahia.

Para Wellington Dias, o "ideal" é que o governo federal efetue a compra de vacinas, mas, "na ausência deles", os estados entrarão em campo.

— É importante a decisão do STF também para vacinas que já estão autorizadas por uma das agências reguladoras, já estão em uso e com demonstrada eficiência, com prova de imunização elevada, para que a gente tenha o direito de comprar.

“É importante a decisão do STF também para vacinas que já estão autorizadas por uma das agências reguladoras”

Wellington Dias, governador do Piauí

“Eles (da Pfizer) afirmaram que deram até a semana que vem para o ministério se posicionar (sobre a compra)”

Rui Costa, governador da Bahia

“A importância de ter um tempo adequado para a análise é o fato de que existem questões específicas para o nosso país”

Gustavo Mendes, gerente-geral de Medicamentos da Anvisa

COMBATE À POBREZA

SOCORRO NA PANDEMIA

Rio aprova auxílio de até R\$ 300 que pode chegar a 653 mil pessoas

ANDRÉ CECILIANO, SELMA SCHMIDT
E JOÃO PEDRO FRAGOSO*
jpf@o.globo.com.br

Com a indefinição sobre o auxílio emergencial do governo federal, que mesmo sendo aprovado deve ter o total de beneficiários reduzido, os deputados do Rio votaram ontem, por unanimidade, um "cheque social" de até R\$ 300 para pessoas abaixo da linha da pobreza no estado. A medida, considerada necessária no quadro de pandemia e crise econômica, também preocupa especialistas que temem falta de critérios e uso eleitoral. Embora o texto final do projeto ainda não tenha sido publicado, é possível estimar que para atender a cerca de 653 mil pessoas será gasto pelo menos R\$ 1,3 bilhão este ano. Também serão contemplados pequenos empreendedores que poderão receber até R\$ 50 mil para alavancar seus negócios, com prazo de cinco anos para pagar e carência de seis meses.

Com o Rio em estado de calamidade e sob ajuste fiscal desde 2017, o dinheiro para manter o programa de assistência deverá sair de fundos estaduais — como o de combate à pobreza e o Fecam, voltado para o meio ambiente —, que poderão ter até 30% de seus montantes remanejados.

SEM ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

O projeto é do presidente da Assembleia Legislativa do Rio, André Ceciliano (PT), e tem o apoio do governador Cláudio Castro, que deve sancionar a lei. Poderão se candidatar ao benefício pessoas de famílias com renda mensal de até R\$ 178 por integrante, trabalhadores desempregados e profissionais autônomos. Internamente, deputados estimam que os valores possam começar a ser pagos na segunda quinzena de março. Cada beneficiário receberá R\$ 200, com mais R\$ 50 por filho menor de idade até o limite de dois dependentes. Não é possível acumular o benefício com o Bolsa Família e um novo auxílio emergencial da União.

— Esse dinheiro vai voltar na economia, na arrecadação — afirma Ceciliano.



QUANTO VAI CUSTAR A AJUDA

O auxílio emergencial será de R\$ 200 mensais, podendo ser acrescido de R\$ 50 por filho menor de idade, mas não poderá ultrapassar o valor de R\$ 300

A estimativa é que a lei beneficie pelo menos 653 mil pessoas

Se o valor começar a ser pago em março, serão dez parcelas. Então, levando em consideração o valor mínimo a ser depositado, o estado terá que desembolsar pelo menos R\$ 1,3 bilhão este ano

A fonte de financiamento serão os fundos estaduais. Um deles é o Fundo de Combate à Pobreza, que recebe dois pontos percentuais de todo o ICMS

Previsão arrecadação para este ano: **R\$ 4,6 bilhões**

Desvinculação de 30% (quanto o estado pode usar fora de sua destinação original): **R\$ 1,38 bilhão**

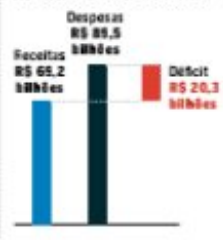
Presidente da Comissão de Tributação da Alerj, o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (Cidadania) garante que a verba do Fundo de Combate à Pobreza, por conta da desvinculação de 30% do montante no fim de 2019, já está pronta para ser usada. Sem afetar, segundo ele, ações hoje financiadas:

— A última coisa que o fundo financia hoje é o combate à pobreza.

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza tem arrecadação prevista para 2021 de R\$ 4,6 bilhões. O projeto também prevê a utilização das receitas com pagamentos da Dívida

Ativa e do programa de refinanciamento de débitos tributários estaduais. O Cadastro Único do estado tem 553 mil pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza que não recebem Bolsa Família, e o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), 100 mil desempregados, segundo estimativa da Alerj, totalizando 653 mil pessoas, o que daria uma certa reversibilidade do total de beneficiários. Mas as regras para se chegar aos autônomos ainda deverão ser definidas em decreto pelo governo. Entre eles, estão trabalhadores da economia solidária, agricultores familiares, produ-

A PREVISÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA ESTE ANO



Editoria de Arte

pegarem fora do Cadastro Único, os chamados invisíveis, que não estão no Bolsa Família. O Rio tem uma economia informal maior que a de outros estados — observa.

EFEITO NA POPULARIDADE

Desde que implantou o auxílio emergencial no ano passado, o presidente Jair Bolsonaro sentiu impactos positivos na sua popularidade, que tenderia a despencar com a pandemia. Alguns deputados pediram para entrar como coautores do projeto. O professor Eurico Figueiredo, cientista político da UFF, entende que o auxílio é importante, mas pode haver consequências políticas e econômicas, como aumento do déficit público.

— A medida pode ser transformada em moeda política. No caso do auxílio emergencial, quem capitalizou foi o presidente Bolsonaro e não os deputados federais. No Rio, pode acontecer isso, beneficiando o governador.

A lista dos beneficiários com os últimos cinco números de seus CPFs será divulgada.

*Estagiário sob supervisão de Vera Araújo

Unanimidade. Deputados estaduais aprovam, em regime de urgência, auxílio mensal para pobres, desempregados e autônomos, que deve exigir ao menos R\$ 1,3 bilhão este ano



"Esse dinheiro vai voltar na economia, na arrecadação"

André Ceciliano, deputado autor do projeto e presidente da Alerj

"A medida pode ser transformada em moeda política. No caso do auxílio emergencial, quem capitalizou foi o presidente Jair Bolsonaro e não os deputados federais. No Rio, pode acontecer isso, beneficiando o governador"

Eurico Figueiredo, professor da UFF

ASSEMBLEIA É PRÓXIMO PASSO

PETROBRAS

Conselho abre caminho para a troca de comando da estatal

NA MESA DE DECISÃO

7 Indicados de acionista controlador (governo)

1 Eleito pelos Empregados

3 Eleitos pelos Acionistas Minoritários



O INDICADO

Joaquim Silva e Luna
Fama de confiança de Bolsonaro, general e doutor-geral do Itaipu



DE SAÍDA

Roberto Castello Branco
Presidente da estatal desde 2019, ex diretor e político de provos da companhia



Eduardo Bacellar Leal Ferreira
É o presidente do conselho eleito pelo acionista controlador. É almirante da reserva



João Cox Neto
Economista e foi presidente da Telcel e da Claro



Omar Carneiro da Cunha Seabra
Foi CEO de várias empresas, incluindo Shell Brasil, AT&T Brasil e Yang



Paulo Cesar de Souza e Silva
Formado em Ciências Econômicas, ele é membro do conselho da Cemig e foi CEO da Embratel



Nívio Ziviani
F.H.D. em Ciência da Computação e com licença médica



Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
É sócio fundador da Leblon Equities, gestora de recursos focada em ações brasileiras



Rosângela Buzanelli Torres
Foi eleita conselheira em primeiro turno na eleição realizada pelos empregados



Rodrigo de Mesquita Pereira
É bacharel em Direito e pós-graduado em gestão empresarial pela FGV



Roy Flaks Schneider
É engenheiro industrial mecânico e de produção pela PUC-RIO e oficial da reserva do Marinha



Leonardo Pietro Antonelli
É advogado, sócio-fundador do escritório Antonelli Advogados e mestre em Direito Econômico pela UCM

BRUNO ROSA, DANIEL GULLINO e JOÃO SORIANA NETO escrevem e fotografam com foto de Bruno Rosa

Em uma reunião tensa, marcada por divergências, e que se estendeu por cerca de 12 horas, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a convocação de assembleia geral extraordinária para analisar o nome do general Joaquim Silva e Luna, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, para assumir o comando da estatal. Como ante-

cipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim, não houve unanimidade. Em um conselho de 11 integrantes, seis votaram a favor da assembleia, que abre caminho para a escolha do governo. Outros três integrantes votaram contra. O atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que ocupa um lugar no conselho, não votou, assim como Nívio Ziviani, afastado por licença médica. A data da assembleia não foi marcada, e prazo é de no mínimo 30 dias

após a convocação. Castello Branco e os diretores devem cumprir o mandato até o final, em 20 de março. Desde o início, houve divisão de três grupos no conselho com posições divergentes: militantes e a representante dos trabalhadores; os outros cinco indicados pela União e os conselheiros selecionados pelos acionistas minoritários. Entre os indicados pelo governo, apesar da resistência à troca, havia receio de contrariar a União. Na assembleia ge-

ral, o conselho vai ser destituído, mas a União acenou com a recondução dos integrantes ao cargo, exceto Castello Branco. **AÇÕES TÊM DIA DE ALTA** Os conselheiros registraram em ata e em ofício à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que o objetivo é zelar pelos padrões de governança da estatal, com atenção especial ao respeito à política de preços. A preocupação não é à toa. Parte dos conselheiros teme ser responsabilizada caso a mu-

dança seja questionada na Justiça. Escritórios já trabalham em ações coletivas contra a troca no comando, anunciada por Bolsonaro na sexta-feira nas redes sociais, um dia após se queixar dos reajustes do diesel e da gasolina. A própria CVM já abriu processo para investigar a forma como a mudança foi anunciada. Na reunião, Castello Branco mostrou indignação com a forma como foi tratado pelo presidente e recebeu o apoio de quase todos os conselhei-

ros. Ele ainda disse que vai falar ao mercado após a divulgação dos resultados da empresa, marcada para hoje. Ontem, Bolsonaro disse que "teria interferido na Petrobras e que a estatal vai "melhorar". Acenou com a possibilidade de mais alterações ao afirmar que o governo levará adiante qualquer mudança que julgar necessária. —O que eu interfeiri na Petrobras, alguém responde aí? O que eu falei para baixar o preço? Nada, zero —disse—. Tem muita coisa errada, o novo presidente vai dar uma arrumada lá. O presidente comemorou a alta das ações da Petrobras. Depois de registrar a segunda maior queda de sua história na Bolsa, de 20%, no pregão de segunda-feira e de acumular perda de quase R\$ 100 bilhões em valor de mercado em dois dias, as ações da Petrobras deram sinais de recuperação. Os papéis ordinários (com voto) subiram 8,96% e os preferenciais, sem voto, avançaram 12,17%. A Bolsa subiu 2,27%, aos 115.227 pontos. O dólar caiu 0,24%, a R\$ 5,44. Para analistas, mais do que uma percepção de mudança em relação aos rumos da companhia, a alta indica que a ação ficou barata. Além disso, há expectativa em relação ao balanço da companhia. —É oportunidade de preço. Sobre a criação de valor para a companhia ainda há muita dúvida com a troca de comando. Não se sabe como será a Petrobras daqui para a frente —disse Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), minimizou a troca de comando e disse que houve "um clima de bolha histórica" em live promovida pelo Valor. —Não vejo risco de ingerência nos preços.

Procuradoria junto ao TCU pede que estatal suspenda troca

Objetivo é dar tempo à Corte para julgar se Bolsonaro interferiu na empresa. Eletrobras cobra explicações ao Ministério de Minas e Energia

GERALDA DOCA para o GLOBO e fotos de Bruno Rosa

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, entrou com representação para que a Corte determine, em caráter cautelar, que a Petrobras não realize qualquer atividade relacionada ao comando da empresa até que o órgão julgue se o presidente Jair Bolsonaro interferiu na estatal.

O pedido se estende também à decisão do presidente Jair Bolsonaro em reduzir impostos federais sobre o diesel e o gás de cozinha, sem apontar de onde viriam as receitas para cobrir essa renúncia fiscal. **'INTERESSES PARTICULARES'** Na avaliação do procurador, as medidas tomadas pelo presidente Bolsonaro são indícios de "sobreposição de interesses particulares com fins eleitorais ao interesse público e des-

vio de finalidade do ato administrativo, com ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e da moralidade", diz trecho do pedido. Furtado solicita que o TCU avalie os motivos da substituição do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, pelo general Joaquim Silva e Luna, anunciada por Bolsonaro nas redes sociais sexta-feira. Também questiona as razões do corte nos impostos federais sobre o gás de cozinha e

o diesel, além de realizar controle prévio a fim de conhecer os interesses de Bolsonaro ao dizer que vai "meter o dedo na energia elétrica". "Minha preocupação se acentua ao notar que há indícios de interesses do atual governo em intervir politicamente em outras empresas estatais", diz o procurador. O pedido foi apresentado ontem. O próximo passo será a abertura de um processo junto à área técnica do TCU.

No entendimento de um interlocutor, há limites na atuação do TCU sobre a conduta de presidente. Contudo, a expectativa é que as ações adotadas no caso da Petrobras sejam analisadas em procedimento específico porque há formas de trocar o comando de uma estatal sem causar prejuízos à empresa e gerar ruídos entre investidores. Em outra frente, a diretora financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, El-

vira Cavalcanti Presta, enviou carta ao Ministério de Minas e Energia reclamando da divulgação de dados e lembrando que a empresa tem capital negociado nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri. A carta cita notícias sobre a declaração de Bolsonaro de que iria "meter o dedo" no setor elétrico e a revelação, feita pelo GLOBO, de que o governo tem pronta medida provisória (MP) para privatizar a empresa. Ontem, o governo entregou a MP ao Congresso. "Serve a presente para reiterar junto a esse ministério a importância de que se observe a política de divulgação e uso de informações relevantes da Eletrobras", diz o texto.

Presidente elogia 'galhardia' de Guedes e defende troca na Petrobras

DANIEL GULLINO E GUSTAVO MAIA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em meio a críticas de que estaria abandonando a orientação liberal do governo na economia, o presidente Jair Bolsonaro fez um afago público ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que as críticas pela troca de comando

na Petrobras são "infundadas".

— Vivemos um momento muito difícil no ano passado. E eu aqui pude contar com um grupo inicialmente de 22, depois 23 ministros, para levar avante propostas e meios para bem atendê-los. E uma das pessoas mais importantes nessa luta foi o senhor ministro Paulo Gue-

des — discursou Bolsonaro.

Ele admitiu que Guedes tem "opositores" por cuidar das finanças do governo, mas disse que ele trata a todos com "galhardia":

— Que, obviamente, por ser o homem que decide as finanças do governo, ele tem amigos e opositores, mas todo mundo, a todos ele

tratou com muita galhardia.

Para Bolsonaro, a troca no comando da estatal é "natural" por ocorrer no fim do mandato de Roberto Castello Branco.

PROGRAMA DE GOVERNO

O presidente, que fez críticas aos reajustes de preços da Petrobras, afirmou em seu programa de governo

registrado Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que a política da estatal deveria seguir os "mercados internacionais", com apenas uma "suavização" das flutuações de curto prazo. Após o anúncio de troca no comando da empresa, a maior incerteza no mercado é se haverá ou não mudança na política.

"Os preços praticados pela Petrobras deverão seguir os mercados internacionais, mas as flutuações de curto prazo deverão ser suavizadas com mecanismos de hedge apropriados", diz o programa.

Os mecanismos de *hedge* são operações de proteção financeira à companhia e já eram adotados pela estatal para compensar defasagens ocasionais entre o preço cobrado aqui e a paridade com a cotação internacional do petróleo.

Especialistas criticam fim do piso para saúde e educação

Economista vê risco de sucateamento do SUS durante a pandemia

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

A aprovação da PEC Emergencial como proposta pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) desmonta serviços essenciais de saúde e diminui a oferta na educação, na avaliação de especialistas em financiamento dessas áreas. O dispositivo da PEC, atualmente no Senado, prevê acabar com a exigência de gastos obrigatórios com

saúde e educação.

Embora a desvinculação não signifique corte de recursos, ela deixa nas mãos do Congresso a decisão sobre quanto será alocado, e os especialistas temem que isso resulte em verba menor.

A Constituição diz que estados devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Municípios têm de gastar 15% da receita com saúde e 25% com educação. No caso do governo federal, o piso de

gastos nas duas áreas não pode cair e ainda deve ser corrigido pela inflação do ano anterior.

No caso da Saúde, o orçamento proposto para 2021 é de R\$ 126 bilhões, R\$ 32 bilhões inferior ao de 2020 (quando recebeu créditos extras por causa da pandemia) e R\$ 44,9 bilhões a menos do que o necessário, segundo o Conselho Nacional de Saúde.

— Esse é um quadro desastroso, e a PEC Emergencial consegue piorá-lo ainda

mais. Do ponto de vista financeiro, essa medida tende a agravar o desfinanciamento do SUS no momento em que a sociedade mais precisa dele — avalia Carlos Ocké, economista do Ipea especializado em saúde coletiva.

Para Ocké, este ano o orçamento da saúde deveria ficar fora do teto de gastos, devido ao recrudescimento da pandemia e à necessidade de vacinação em massa para a retomada da atividade econômica.

— Com a PEC, a tendência é piorar o gasto público, e as famílias serem ainda mais penalizadas diante do sucateamento no SUS — diz Ocké. — Cada real aplicado na saúde tem um retorno de R\$ 1,70 na economia. Aumentar gastos na área significa aliviar as fa-

mílias com remédio, médico e plano de saúde.

Já a educação tem orçamento previsto de R\$ 144 bilhões, 2% a menos do que em 2020. Hoje, 2.377 dos municípios vivem situação de subfinanciamento na área — problema que seria resolvido até 2026 quando a complementação da União ao Fundeb chegasse a 26%, o ponto máximo, como prevê a lei aprovada em 2020.

FUNDEB PODE ENCOLHER

No entanto, segundo Lucas Hoogerbrugge, gerente de Estratégia Política da organização Todos pela Educação, essa conquista fica em risco com o fim do piso constitucional de investimento em educação. Isso porque os dispositivos que regulamentam o Fundeb fi-

cam desregulados com essa mudança.

— A consequência disso é que o Fundeb pode ser menor, o que diminui a contribuição da União — afirma.

Segundo Hoogerbrugge, a falta do mínimo constitucional reduz a previsibilidade do Orçamento para o ano seguinte. Isso, segundo ele, inibe o gestor público a fazer investimentos de médio e longo prazos. Dessa forma, fica em risco a ampliação de serviços essenciais, como oferta de creche, pelos municípios, e de ensino médio integral ou profissionalizante, pelos estados:

— Essas são etapas e modalidades que se mostraram extremamente relevantes para qualidade da educação e desenvolvimento dos jovens.

Votação da PEC Emergencial deve ser adiada

Parlamentares querem levar para a semana que vem apreciação do texto, que põe fim à exigência de gastos mínimos com saúde e educação. No Congresso, já se cogita aprovar apenas o trecho que libera o auxílio e avaliar o ajuste fiscal depois

GERALDA DOCA, JULIA LINDNER, MANGEL VENTURA, GABRIEL SHINOBUARA E NATÁLIA PORTINARI escrevem a @globo.com.br

Inicialmente prevista para amanhã, a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que destrava a prorrogação do auxílio emergencial deve ficar para semana que vem. O relator do texto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), apresentou oficialmente ontem seu relatório, mantendo o fim dos gastos mínimos com saúde e educação. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Otto Alencar (PSD-BA), disse que a proposta seria apreciada na próxima terça-feira.

A mudança ocorreu após um grupo de partidos iniciar uma ofensiva no Senado para adiar a votação.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), deixou o prazo em aberto:

— Vamos ter muita democracia para escolher um bom momento para apreciar a PEC. Não sei da probabilidade, está na pauta de quinta-feira e se manterá assim. Agora, será votada na quinta? Ou será a etapa de um debate mais profundo? — disse Pacheco, ressaltando que se a votação ficar para a semana que vem “não haverá prejuízo”.

Para Alencar, após aprovação no Senado, até meados de

março, a tramitação na Câmara deve ser rápida. Ele reforçou que a medida provisória que prorroga o auxílio emergencial só deverá ser editada após a promulgação da PEC.

A mudança de data foi defendida durante a sessão pelo líder do MDB, Eduardo Braga (AM), que pediu mais tempo para a apresentação de emendas parlamentares:

— Estamos num esforço conjunto para a construção de um texto da PEC Emergencial que represente, de um lado, a responsabilidade social e, do outro, a responsabilidade fiscal de que o Brasil precisa — disse Braga, citando o fato de o parecer do relator só ter sido entregue ontem.

PACHECO: SEM IMPOSIÇÃO

Mais cedo, Pacheco tinha dito que a posição do relator pela desvinculação dos pisos constitucionais da saúde e educação “não vai ser imposta” aos outros parlamentares:

— O que nós vamos propor é que possamos sentar com os líderes partidários para entendermos justamente o alcance dessa desvinculação e se ela deve ser mantida ou não no texto. Não vai ser imposta a posição do senador Márcio Bittar e nem a minha própria.

Parlamentares já cogitam aprovar apenas trecho que libera o benefício e apreciar o ajuste fiscal depois.



Pressões. O senador Márcio Bittar rebateu críticas à PEC: “Quem manda na educação do Brasil são as corporações”

Nos bastidores, aliados do presidente do Senado admitem a possibilidade de adiamento. Ao GLOBO, o líder do PT, Paulo Rocha (PA), afirmou que, além do MDB, outras siglas estão empenhadas no adiamento:

— Se eles colocam um bode na sala, a gente coloca o rebanho todo — ironizou Rocha, em referência à desvinculação dos pisos constitucionais da saúde e educação.

Na noite de segunda-feira, Bittar tinha dito que as críticas ao seu parecer eram fruto

da pressão de corporações:

— Quem manda na educação do Brasil não é prefeito, governador, presidente da república, são as corporações — afirmou. — Começa com a eleição para diretores de escola, reitores, sindicatos, eles comandam a educação no Brasil.

Em seu relatório, ele afirma ser “inadequado e irreal buscar a imposição de regras rígidas e inflexíveis para toda a Federação (...) Essa tutela excessiva, às raias da ingerência, enfraquece nossa democracia, ao impedir que a população pos-

sa soberanamente fazer suas escolhas de políticas públicas.”

Ele diz ainda que “as realidades em nosso país continental são heterogêneas, múltiplas, díspares, e demandam as mais variadas alocações orçamentárias, o que somente pode ocorrer em um cenário de flexibilidade orçamentária.”

A Constituição hoje exige que estados e municípios apliquem ao menos 25% da receita na educação.

No caso da União, o percentual mínimo era de 18% até 2017. O teto de gastos, po-

rém, estipulou que a partir de 2018 a União investirá no mínimo o mesmo valor de 2017 mais a inflação do ano anterior medida pelo IPCA.

Na Saúde, o percentual mínimo é de 12% da receita, para estados, e 15%, para municípios. O piso da União também é atualizado pelo IPCA.

MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS

O texto da PEC prevê o pagamento do auxílio emergencial sem o corte de gastos de forma imediata. Mas prevê congelar salários e contratação de servidores públicos por dois anos a partir da decretação do estado de calamidade pública, que depende de solicitação do Executivo e autorização do Congresso.

O auxílio emergencial ficará fora das metas fiscais, do teto de gastos (que limita as despesas da União) e da regra de ouro (que impede o endividamento para pagar despesas correntes).

O texto também acaba com a destinação de 28% da arrecadação do PIS e Pasep ao BNDES. Além disso, o governo terá de escamotear, em seis meses a partir da promulgação da PEC, um projeto ao Congresso para detalhar cortes de benefícios tributários. Os cortes deverão ser de 10% no primeiro ano. Os custos desses benefícios deverão cair dos atuais 4,2% do PIB para 2% em oito anos.

Bolsonaro entrega ao Congresso MP para privatizar Eletrobras

Medida tenta agilizar tramitação do projeto de venda da estatal e dilui fatia do governo, que espera arrecadar R\$ 25,5 bi

MANUEL VENTURA
E GUSTAVO MALA
com fotos de Alisson Gouveia
/G1

Depois da crise provocada pela troca no comando da Petrobras, que alimentou o temor de ingerência política nas estatais e o fim da agenda liberal do governo, o presidente Jair Bolsonaro foi ontem pessoalmente ao Congresso entregar uma medida provisória (MP) para acelerar a privatização da Eletrobras. O governo prevê arrecadar R\$ 25 bilhões com a operação.

—A Câmara e o Senado vão dar a devida urgência à matéria. A nossa agenda de privatização continua a todo o vapor. Nós queremos sim enxugar o Estado, para que a nossa economia possa dar a resposta que a sociedade precisa — disse Bolsonaro.

A medida foi entregue aos

presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, que sempre defendeu as privatizações.

A ida de Bolsonaro ao Congresso, a pé, foi vista como uma forma de mostrar compromisso com as privatizações. Pacheco disse que era “uma demonstração, um gesto, de respeito ao Congresso Nacional”.

Conforme antecipou O GLOBO, a proposta foi editada como forma de sinalizar o compromisso com a agenda de privatizações após as mudanças na Petrobras. Além disso, a fim de sinalizar avanço na agenda de desestatizações, o projeto para privatizar os Correios deve ser encaminhado ao Congresso ainda esta semana.

Lira disse que a MP entra

na pauta de plenário já na semana que vem:

— É o primeiro passo do que a gente pode chamar de Agenda Brasil. Uma pauta que andará no Congresso junto com as reformas.

O governo aumentou a previsão de arrecadação com a medida. A expectativa agora é arrecadar R\$ 25,5 bilhões para o Tesouro Nacional. Antes, a projeção era de R\$ 16 bilhões.

CAPITALIZAÇÃO DE R\$ 61 BI

Outros R\$ 25 bilhões levantados com a capitalização serão destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo do setor elétrico. O objetivo é reduzir as contas de luz. Além disso, haverá destinação de recursos para a revitalização de bacias hidrográficas.

Com isso, a previsão é que a capitalização da empresa le-



Urgência. Bolsonaro vai ao Senado e entrega a Lira e Pacheco texto da MP. Privatização só sai do papel com aval do Congresso

vante R\$ 61 bilhões. Com a capitalização, o governo terá sua participação diluída na estatal para menos de 50%. Hoje, a fatia é 60%. Para garantir que não haja controle definido, nenhum acionista ou bloco de acionistas terá mais de 10% dos votos.

Uma MP tem validade imediata e prazo máximo de 120 dias para ser votada por deputados e senadores — depois desse período, deixa de valer.

Apesar de propor a privatização por MP, o texto estabelece que a venda da companhia só ocorrerá após a aprovação do Congresso. A MP também já permite ao BNDES iniciar os estudos para a privatização, o que

deve durar nove meses.

Para tentar reduzir resistências políticas à proposta, o governo inseriu no texto garantias de que, depois de privatizada, a Eletrobras mantenha por uma década pagamentos para regiões específicas onde a estatal tem forte presença.

Nesse contexto, a MP determina à empresa destinar R\$ 230 milhões anualmente, por dez anos, para a revitalização das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, subsidiária da Eletrobras com forte atuação em Minas Gerais.

Também prevê o pagamento de R\$ 295 milhões, por dez anos, para a “redução estrutural

de custos de geração de energia na Amazônia Legal”. E confirma um pagamento de R\$ 350 milhões anuais, também por uma década, para a revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco.

A MP também permite a criação de uma nova estatal, que será responsável por administrar a hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra. A privatização de Itaipu não é possível porque se trata de uma empresa binacional, administrada junto com o Paraguai. No caso das usinas de Angra, a Constituição determina que a exploração da energia nuclear é monopólio da União.